

Direção-Geral das Atividades Económicas

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

Direção - Geral das Atividades  
Económicas

**Ficha técnica****Autoria:**

Divisão de Planeamento e Apoio

Direção-Geral das Atividades Económicas

**Data de edição:**

13 abril de 2017

## GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS

### *Unidades Orgânicas da DGAE*

DAP	Divisão de Avaliação de Políticas
DC	Divisão das Contrapartidas
DCAE	Divisão de Coordenação dos Assuntos Europeus
DCSR	Divisão do Comércio Serviços e Restauração
DDS	Divisão do Desenvolvimento Sustentável
DEC	Divisão da Economia Circular
DMIS	Divisão de Mercado Interno de Serviços
DPA	Divisão de Planeamento e Apoio
DPCE	Divisão da Política Comercial Externa
DPE	Divisão da Política Empresarial
DPS	Divisão da Política Setorial
DRI	Divisão de Redes e Infraestruturas
DRIn	Divisão das Relações Internacionais
DSAE	Direção Serviços dos Assuntos Europeus
DSCI	Direção Serviços do Comércio Internacional
DSCSR	Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração
DSPE	Direção de Serviços para a Política Empresarial
DSSE	Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial

### *Outras siglas e acrónimos*

ADISEGI	Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AMA, I.P.	Agência para a Modernização Administrativa
AMAL	Comunidade Intermunicipal do Algarve
AMB3E	Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APD	Agenda Portugal Digital
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
APICER	Associação Portuguesa da Indústria de Cerâmica
ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
BdE	Balcão do Empreendedor
BIT	Tratado de Investimento Bilateral
CAGER	Comissão de Acompanhamento de Resíduos
CCCPAT	Comissão Consultiva para a Certificação de Produtos Tradicionais
CE	Comissão Europeia
CEIIA	Centro de Excelência para a Inovação da Indústria Automóvel

CELE	Comércio Europeu de Licenças de Emissão de Gases com Efeito de Estufa
CETA	Comprehensive Economic and Trade Agreement
CFN	Conselho Florestal Nacional
CGD	Caixa Geral de Depósitos
CIAE	Comissão Interministerial dos Assuntos Europeus
CICL	Camões, Instituto da Cooperação e da Língua
CIIE	Comité da Indústria, Inovação e Empreendedorismo
CIM Oeste	Comunidade Intermunicipal do Oeste
CIPE	Comissão Interministerial de Política Externa
CNDH	Comissão Nacional dos Direitos Humanos
COM	Comissão Europeia
COMTEX	Comité Têxtil
CPAI	Comissão Permanente de Apoio ao Investidor
CPC	Comité de Política Comercial
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DCIAP	Departamento Central de Investigação e Ação Penal
DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGAE	Direção Geral das Atividades Económicas
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGT	Direção Geral do Território
DIAP	Departamento de Investigação e Ação Penal
DL	Decreto-Lei
DR	Diário da República
EEM	Estatuto de Economia de Mercado
EGA	Acordo de Bens Ambientais
EM	Estados Membros
ENAAAC	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
EPG	Grupo Política Empresarial
ERAC	Comité Espaço Europeu
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
EUROMED	Associação Euro Mediterrânica
FAO-UN	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FAQ`s	Frequently Asked Questions
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
GAN	Grupo de Alto Nível
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos
GEPAC	Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais
GPEARI-MF	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
GRACE	Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial
GT	Grupo de Trabalho
GTT	Grupo de Trabalho Temático
IAPMEI, I.P.	Agência para a Competitividade e Inovação
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas

ICS	International Court System
IDC	Instrumentos de Defesa Comercial
IES	Informação Empresarial Simplificada
IIE	Indústrias Intensivas em Energia
IMS	Information Management School
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPI	Instrumento de Mercados Públicos
LNEG	Laboratório Nacional de Energia e Geologia
MAAC	Comité Consultivo de Acesso ao Mercado da Comissão Europeia
MODCOM	Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
ME	Ministério da Economia
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MNE	Ministério Negócios Estrangeiros
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PARCA	Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar
PARF	Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais
PIRC	Práticas Individuais Restritivas do Comércio
PME	Pequenas e Médias Empresas
PCN	Ponto de Contacto Nacional
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PROBA	Grupo dos Produtos de Base
PROBEB	Associação Portuguesa das Bebidas Refrescantes
PT	Portugal
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
QEPIC	Quadro Estratégico da Política Climática
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REEE	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
REUE	Rótulo Ecológico da União Europeia
RJACSR	Regime Jurídico de Acesso e Exercício a Atividades de Comércio, Serviços e Restauração
RoHS	Comité Técnico de Restrições de certas Substâncias Perigosas
RSE	Responsabilidade Social das Empresas
RSO	Rede Responsabilidade Social das Organizações
RSOPT	Rede Nacional de Responsabilidade Social
SBA	Small Business Act
SCC	Setor Cultural e Criativo

SGME	Secretaria-Geral do Ministério da Economia
SHERPAS	Ponto focal
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública
SIGRE	Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens
SIGREEE	Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
SME Envoy	Representante das PME
SPG	Sistema de Preferências Generalizadas
TAP	Transportes Aéreos Portugueses
TiSA	Acordo Comércio de Serviços
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia
TTIP	Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento
UE	União Europeia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNTACD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
WPSME	Working Party on SME's and Entrepreneurship

## ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

### FIGURAS

### QUADROS

<a href="#">Quadro I</a>	Objetivos do QUAR-2016
<a href="#">Quadro II</a>	Resultados dos indicadores do objetivo 1
<a href="#">Quadro III</a>	Taxa de recomendação de políticas públicas
<a href="#">Quadro IV</a>	Resultados dos indicadores do objetivo 2
<a href="#">Quadro V</a>	Resultados dos indicadores do objetivo 3
<a href="#">Quadro VI</a>	Resultados dos indicadores do objetivo 4
<a href="#">Quadro VII</a>	Resultados dos indicadores do objetivo 5
<a href="#">Quadro VIII</a>	Resultados dos indicadores do objetivo 6
<a href="#">Quadro IX</a>	Avaliação global do serviço
<a href="#">Quadro X</a>	Recursos Humanos
<a href="#">Quadro XI</a>	Estrutura da despesa em 2016
<a href="#">Quadro XII</a>	Comparação do orçamento disponível e da despesa efetuada entre 2015 e 2016
<a href="#">Quadro XIII</a>	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração (DSCSR)
<a href="#">Quadro XIV</a>	Atividades não previstas, realizadas pela Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração (DSCSR)
<a href="#">Quadro XV</a>	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial (DSSE)
<a href="#">Quadro XVI</a>	Atividades não previstas, realizadas pela Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial (DSSE)
<a href="#">Quadro XVII</a>	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE)
<a href="#">Quadro XVIII</a>	Atividades não previstas, realizadas pela Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE)
<a href="#">Quadro XIX</a>	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços dos Assuntos Europeus (DSAE)
<a href="#">Quadro XX</a>	Atividades não previstas, realizadas pela Direção de Serviços dos Assuntos Europeus (DSAE)
<a href="#">Quadro XXI</a>	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços do Comércio Internacional (DSCI)
<a href="#">Quadro XXII</a>	Atividades previstas, realizadas pela Divisão das Contrapartidas (DC)

<a href="#">Quadro XXIII</a>	Atividades previstas, realizadas no âmbito da Divisão de Planeamento e Apoio (DPA)
<a href="#">Quadro XXIV</a>	Nível de realização das atividades previstas por Unidade Orgânica
<a href="#">Quadro XXV</a>	Resultados do Questionário de Satisfação interno
<a href="#">Quadro XXVI</a>	Resultados do Questionário de Satisfação por parte dos destinatários dos serviços
<a href="#">Quadro XXVII</a>	Médias dos resultados do Questionário de Satisfação dos destinatários dos serviços
<a href="#">Quadro XXVIII</a>	Avaliação do sistema de controlo interno
<a href="#">Quadro XXIX</a>	Principais indicadores do Balanço Social

## GRÁFICOS

<a href="#">Gráfico 1</a>	Taxa de concretização dos objetivos
<a href="#">Gráfico 2</a>	Taxa de concretização dos parâmetros
<a href="#">Gráfico 3</a>	Evolução do orçamento disponível e da despesa efetuada
<a href="#">Gráfico 4</a>	Satisfação Global por Área
<a href="#">Gráfico 5</a>	Percentagem de trabalhadores por escalão etário entre 2012 e 2016

## INDICE

<b>GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS .....</b>	<b>3</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS .....</b>	<b>7</b>
<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1 Análise conjuntural .....	13
1.2 Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo .....	31
<b>II. AUTOAVALIAÇÃO .....</b>	<b>35</b>
2.1 Análise dos resultados alcançados .....	35
2.1.1. <i>Resultados dos Indicadores</i> .....	36
2.1.2. <i>Resultados dos Objetivos</i> .....	44
2.2 Análise dos desvios relativamente aos recursos .....	46
2.2.1. <i>Recursos Humanos</i> .....	46
2.2.2. <i>Recursos Financeiros</i> .....	47
2.3 Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano de Atividades .....	49
2.3.1. <i>Projetos e atividades no âmbito do Programa SIMPLEX+ 2016</i> .....	50
2.3.2. <i>Atividades desenvolvidas pelas Unidades Orgânicas</i> .....	51
2.4 Análise das causas de incumprimento de atividades ou projetos não executados .....	136
2.5 Avaliação dos trabalhadores e dos dirigentes intermédios .....	138
2.6 Apreciação da qualidade dos serviços por parte dos destinatários dos serviços .....	141
2.7 Avaliação do sistema de controlo interno .....	144
<b>III. BALANÇO SOCIAL .....</b>	<b>148</b>
<b>IV. AVALIAÇÃO FINAL .....</b>	<b>151</b>
4.1 Apreciação qualitativa dos resultados alcançados .....	151
4.2 Conclusões prospetivas .....	152

## Anexos

<b>ANEXO I</b>	Organograma da DGAE
<b>ANEXO II</b>	QUAR da DGAE – Resultados
<b>ANEXO III</b>	Relatórios de Licenciamentos
<b>ANEXO IV</b>	Questionário de satisfação - Trabalhadores
<b>ANEXO V</b>	Questionário de satisfação - Destinatários dos serviços
<b>ANEXO VI</b>	Balanço Social

## I. INTRODUÇÃO

A partir de outubro de 2015, com a publicação da Portaria n.º 316/2015, de 30 de setembro, a Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE) passou a funcionar com uma nova estrutura orgânica, o que implicou a abertura de concursos para todas as chefias intermédias (cinco do 1.º grau e treze do 2.º grau). Não obstante a DGAE não ter um departamento de recursos humanos (já que, no âmbito da prestação centralizada de serviços, essas funções são asseguradas pela Secretaria-Geral do Ministério da Economia), foram desencadeados, com base nos recursos internos, todos os procedimentos concursais e apenas dois não ficaram concluídos em 2016.

De realçar, também, os resultados da autoavaliação do serviço que foram positivos, com reduzidos desvios em relação ao planeado. Com efeito, foram alcançadas ou ligeiramente ultrapassadas as metas de todos os indicadores, os objetivos foram atingidos ou superados, o mesmo se verificando em relação aos parâmetros “eficácia”, “eficiência” e “qualidade”.

Para se atingirem esses resultados, foi muito importante a implementação de um sistema de controlo de gestão, a par dos já existentes, permitindo monitorizar em permanência os indicadores constantes do QUAR, assim como outros indicadores de gestão, sem que isso implicasse um acréscimo de trabalho para os dirigentes e trabalhadores. Claro que os resultados poderiam ter sido melhores se o planeamento não tivesse sido, simultaneamente, rigoroso e ambicioso, com a colocação das metas a níveis exigentes.

Cabe-me, de igual modo, salientar os resultados, bastante positivos, da apreciação dos trabalhadores e dos dirigentes intermédios, assim como dos destinatários dos serviços sobre o desempenho e a qualidade dos serviços prestados pela DGAE.

Esses resultados positivos só foram possíveis de alcançar devido ao empenho dos dirigentes intermédios e ao profissionalismo e dedicação da generalidade dos trabalhadores da DGAE, num contexto nem sempre o mais favorável.

Com efeito, os recursos financeiros colocados à disposição da DGAE têm vindo a ser inferiores de ano para ano, assim como o número de trabalhadores (tendo-se registado um decréscimo de 17,5% entre 2013 e 2016), obrigando a um esforço acrescido para se atingir os resultados pretendidos.

Nesse aspeto, cabe aqui referir que, no ano transato, devido a restrições orçamentais não foi possível concretizar o plano de formação aprovado pela DGAE e que seria extremamente relevante para a qualificação e para a melhoria de desempenho dos nossos técnicos.

Colocando o foco nos referidos resultados, gostaria, aqui, de começar por sublinhar o papel da DGAE em determinados domínios. Desde logo, no âmbito da nova Estratégia para o Mercado Interno, a iniciativa, em conjunto com interlocutores de Itália, de elaboração de um *Non-Paper* sobre a implementação do *services e-card* (anteriormente, Passaporte dos Serviços), que visa a simplificação e desmaterialização administrativas, bem como a eliminação de obstáculos regulamentares à livre prestação dos serviços no Mercado Único Europeu, que foi formalmente apresentado à Comissão e aos Estados-Membros no Conselho de Competitividade de 28 de novembro, com o apoio da Espanha e da Dinamarca. Esse documento viria a ser consagrado no "Pacote Serviços", sob a forma de uma proposta de Diretiva e Regulamento da Comissão Europeia.

É, igualmente, de realçar a elaboração de um documento de reflexão, com a colaboração de diversos serviços da DGAE, sobre o BREXIT, nomeadamente sobre os possíveis impactos da saída do Reino Unido da União Europeia em vários domínios da economia portuguesa, matéria que, pela sua importância, continua a ser acompanhada com principal acuidade pela DGAE.

Devo referir, também, os trabalhos realizados pela DGAE na apresentação da proposta de revisão do quadro legislativo do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens, incluindo os novos projetos de licença das entidades gestoras do sistema.

Sublinho, de igual modo, os trabalhos desenvolvidos pela DGAE no âmbito das medidas previstas no SIMPLEX +, designadamente a elaboração do Guia da Restauração e a preparação, em conjunto com a Direção-Geral do Consumidor, de um documento que compila todas as obrigações de informação ao consumidor que devem ser afixadas nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.

Ainda no quadro da melhoria da prestação do serviço público aos agentes económicos, não posso deixar de evidenciar a criação de uma central de atendimento para as atividades de comércio, serviços e restauração que, em simultâneo com os seminários que estamos a desenvolver sobre estas atividades económicas, estão no roteiro de boas práticas do INA.

Como se poderá verificar já no ponto seguinte, múltiplas atividades com relevo foram realizadas pelos serviços da DGAE.

O Diretor-Geral,

Artur Lami

## 1.1 *Análise conjuntural*

Em termos organizacionais há a referir, essencialmente, dois aspetos. Em primeiro lugar, a DGAE foi objeto de uma reestruturação que só ficou concluída no final do ano de 2015, com a publicação da Portaria n.º 316/2015, de 30 de setembro, que determinou a sua estrutura nuclear e as competências das respetivas unidades orgânicas nucleares. Isto significa que o ano de 2016 foi o primeiro em que a DGAE esteve a funcionar com uma nova orgânica<sup>1</sup> e com algumas novas chefias, em resultado dos concursos que foram abertos para Diretores de Serviço e Chefes de Divisão. Em segundo lugar, verificou-se um ajustamento nessa estrutura orgânica com a publicação do Decreto-Lei n.º 79/2016, de 23 de novembro, que determinou a transição das suas atribuições de coordenação das relações bilaterais, europeias e internacionais nas áreas das infraestruturas, dos transportes e das comunicações, para o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (IMT, I. P.). Em termos práticos, esta transição de atribuições só viria a concretizar-se em 2017, pelo que, até ao final do ano de 2016, a DGAE passou a reportar ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas os assuntos respeitantes a estas áreas.

No âmbito do comércio, serviços e restauração, a atividade ficou marcada pela consolidação das atividades decorrentes do novo regime jurídico de acesso e exercício das atividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR)<sup>2</sup>. A caixa de correio<sup>3</sup> criada especificamente para dar apoio nesta área deu resposta a 789 pedidos de esclarecimento técnico solicitados pelos agentes económicos, associações e municípios, enquanto a linha telefónica (criada com o mesmo propósito) deu resposta a 4.584 pedidos de esclarecimento sobre o novo regime. Neste âmbito, procedeu-se à atualização do Guia RJACSR, com as principais FAQ's, que se encontram disponíveis no *site* da DGAE.

---

<sup>1</sup> Anexo I – Organograma da DGAE.

<sup>2</sup> Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.

<sup>3</sup> [rjacsr.apoio@dgae.min-economia.pt](mailto:rjacsr.apoio@dgae.min-economia.pt)

Tendo, no decurso do ano - e decorrente das questões apresentadas pela caixa de correio e central de atendimento referidas – sido percecionada pela DGAE a necessidade de capacitação dos interlocutores do RJACSR, designadamente, dos Municípios, foi implementado um Plano de Formação dirigido aos Municípios. Neste âmbito, em 2016, foram realizados dois Seminários de capacitação, um na CIM Oeste e o outro na CIM Algarve, com a presença de 27 Municípios.

Ao longo do ano, na área do comércio, serviços e restauração foi assegurada a emissão de 76 pareceres relativos a projetos de diploma nos prazos solicitados pela tutela, tendo sido dado apoio aos Gabinetes Governamentais do Ministério da Economia (ME), através da apreciação de exposições, queixas e pontos de situação. Foram, igualmente, apreciados 5 pedidos de relevante interesse público para projetos em Reserva Agrícola Nacional. Foi, também, dada resposta a 177 solicitações de contributos no âmbito do mercado único e dada resposta a vários pedidos de esclarecimento da Comissão Europeia. Foram analisados diversos diplomas, a fim de detetar requisitos passíveis de notificação no âmbito do mercado interno, tendo sido efetuadas 4 notificações no Sistema de Informação (IMI), o que gerou 7 versões complementares, resultados da interação com a Comissão Europeia.

Nesta área do comércio, serviços e restauração, foi analisada a transposição de vários diplomas para o ordenamento nacional, bem como dada resposta ao "Processo por incumprimento NIF 2013/2176 – transposição da Diretiva 2005/29/CE por Portugal", em que foram solicitados esclarecimentos no âmbito da transposição para o ordenamento interno da Diretiva 2005/29/CE, relativa às práticas comerciais desleais das empresas face aos consumidores no mercado interno e a um pedido de observações da Comissão Europeia relativo ao "Processo EU PILOT 8750/16/TAXU - Tributação das atividades de jogo e a sua conformidade com a livre prestação de serviços".

Em matéria de propostas de formulação de políticas públicas, em 2016 foi elaborado um *Non-Paper on the Single Market Strategy* – PT/IT, apresentado no Conselho de Competitividade, de 28 de novembro, por Sua Exa. o Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Comércio, versando

o procedimento de notificações e o cartão eletrónico europeu de serviços. Realce-se o sucesso desta iniciativa, pois o denominado **services e-card e a Reformulação no Procedimento de Notificações**, previsto no "Pacote Serviços", que veio a ser divulgado oficialmente no dia 10 de janeiro de 2017, em Bruxelas, encontravam-se em consonância com as propostas constantes no referido *Non-Paper*.

Foi, ainda, proposta uma Resolução de Conselho de Ministros com vista à criação de um grupo de trabalho com o objetivo de analisar e efetuar propostas de política pública no âmbito da Economia Colaborativa, e uma proposta legislativa com vista a melhor implementar o procedimento de notificação, em Portugal, no âmbito da Diretiva Serviços.

Ainda no âmbito de propostas e recomendações de políticas públicas, foi apresentada a Medida para a Requalificação do "Comércio Tradicional", que integrou um modelo de implementação similar ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU) aplicável ao comércio, tendo abrangido os desafios do Mercado Único Digital, uma proposta de criação de uma plataforma única de redes de conhecimento e de comércio *online*, tendo apresentado uma proposta de alteração legislativa ao NRAU. No mesmo sentido, foi apresentada a proposta de alterações legislativas, destinadas a admitir, como entidade beneficiária da medida Comércio Investe, os estabelecimentos de restauração e bebidas.

Relativamente ao Programa SIMPLEX+, a DGAE elaborou um "Guia para a instalação e exploração de estabelecimentos de restauração e bebidas", materializando, assim, a medida 23 "Abrir um Restaurante", e colaborou com a Direção-Geral do Consumidor na Medida 133 "Obrigações de Informação ao Consumidor + Simples".

Em 2016, deu-se por concluído o processo negocial conducente à assinatura de uma nova Convenção de Preços de Manuais Escolares, aplicável aos anos letivos de 2016/2017 e 2017/2018.

Durante o ano de 2016, foi assegurada a participação da DGAE num conjunto de iniciativas e Grupos de Trabalho (GT), designadamente, o GT para a Resolução alternativa de Litígios, o GT para a Gratuitidade e Reutilização de Manuais Escolares, o GT sobre o IVA da Restauração, o GT sobre a Informação Empresarial Simplificada (IES) e Projeto de avaliação de impacto concorrencial OCDE – AdC. Foi, ainda, assegurada a participação ativa da DGAE na Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI) e na Comissão Consultiva para a Certificação de Produtos Tradicionais (CCCPAT).

De salientar a nomeação do Diretor-Geral das Atividades Económicas, em representação do Ministério da Economia (ME), para a Comissão de Acompanhamento do “Acordo 2016/2018 entre os Ministérios da Economia, da Saúde e das Finanças e a Indústria farmacêutica”, com vista à redução dos encargos para o SNS da despesa pública com medicamentos.

Foi assegurado o funcionamento da Comissão de Investimentos do Fundo de Modernização do Comércio, tendo a DGAE garantido a presidência desta estrutura, durante o ano de 2016.

Na área da Responsabilidade Social, foi elaborado o "Plano Nacional de Ação para a Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos", entretanto submetido a consulta para contributos por parte dos outros ministérios envolvidos na sua implementação e desenvolvimento, sendo expectável a sua aprovação pela Tutela, através de RCM, em 2017. Este Plano de Ação apresenta-se como uma das primeiras iniciativas específicas de política pública abrangente em matéria de Conduta Empresarial Responsável, direcionada para as empresas e alinhada com as diretrizes europeias e internacionais na matéria.

Com os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Responsabilidade Social, pretende-se que uma Conduta Empresarial Responsável gere ações nas empresas que beneficiem a sociedade, contribua com uma política social, diminuindo os impactos negativos no meio ambiente e nas comunidades, preservando recursos ambientais e culturais, respeitando a diversidade e reduzindo a desigualdade social, sem pôr em causa o fim a que se destinam, de gerar lucro e proporcionar crescimento económico.

Foi organizada pela DGAE, em novembro de 2016, em parceria com o GRACE, a Conferência “Sustentabilidade Empresarial: Desafios e Oportunidades”, cuja elevada adesão de participantes e variada temática abordada pelos oradores convidados, valorizaram e prestigiaram a atuação da Direção Geral das Atividades Económicas.

Acresce que, no âmbito das competências desta DGAE no quadro da Responsabilidade Social e Direitos Humanos, de entre as principais atividades desenvolvidas em 2016 nesta área, destacam-se: a representação na Comissão Nacional para os Direitos Humanos (CNDH), nomeadamente, através da participação em reuniões e no desenvolvimento e coordenação de contributos sobre diversas temáticas; o desenvolvimento das medidas previstas nos instrumentos de política pública na área dos direitos humanos<sup>4</sup>, tendo participado ativamente e contribuído com o cumprimento das medidas que foram assumidas em reuniões multiministeriais.

A DGAE integrou, ainda, a Rede Responsabilidade Social das Organizações (RSO), onde foram desenvolvidos diversos trabalhos, cujo resultado será um manual/brochura sobre a importância de/como elaborar um Código de Ética e de Conduta dirigido às organizações e, em particular, às PME.

No quadro da revisão da Diretiva sobre Comércio Europeu de Licenças de Emissões de Gases com Efeito de Estufa (CELE), a DGAE procurou defender o que foi considerado serem os interesses das atividades económicas nacionais neste contexto, tendo sido promovidas consultas junto dos operadores económicos e prestada assessoria direta aos Gabinetes Governamentais do Ministério da Economia.

---

<sup>4</sup> Designadamente, V Plano Nacional de combate à Violência Doméstica; III Plano Nacional de combate ao Tráfico de Seres Humanos; V Plano Nacional de promoção da Igualdade de Género e Direitos Humanos; no âmbito do Alto Comissariado para as Migrações - a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR).

Considera-se que o modelo da Diretiva CELE em vigor é um instrumento que tem elementos positivos, sendo necessário o equilíbrio entre as preocupações ambientais e a competitividade externa das empresas nacionais. Entende-se que a sustentabilidade empresarial tem como objetivo permitir o crescimento económico a par de preocupações ambientais e não para estrangular as atividades económicas com pretextos de controlo de emissões.

Com este intuito, a DGAE participou em diversas reuniões do Grupo Ambiente em Bruxelas (Conselho), bem como em reuniões nacionais com outros organismos do Ministério da Economia, para consolidação da posição do ME sobre o tema. Foram igualmente promovidas reuniões com a DGAE/MNE e a APA, com vista a consensualizar a posição nacional, reforçando a necessidade de cumprir metas ambientais, sem pôr em causa as atividades económicas, em particular a indústria nacional.

No âmbito da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA 2020), a DGAE, enquanto responsável pelo Grupo de Trabalho Economia, criou três subgrupos de trabalho para um mais eficaz e eficiente levantamento e acompanhamento destas questões ao nível setorial - Subgrupo Turismo, Subgrupo Indústria e Subgrupo Comércio e Serviços. Foi levada a cabo uma apresentação junto dos operadores e associações nacionais sobre a ENAA, que serviu como ponto de partida dos trabalhos. Foi elaborado o primeiro relatório preliminar intercalar, no final de 2016, continuando os trabalhos para 2017.

No domínio do Rótulo Ecológico da UE (REUE), a DGAE é, a nível nacional, o Organismo Competente, em parceria com a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), na análise de candidaturas e na atribuição de licença para a utilização do REUE. Neste contexto, foi assegurada a participação nas Reuniões de Comitês e Grupos de Trabalho técnicos sobre o REUE, realizadas em Bruxelas, nas quais se negociou, em representação nacional, a defesa dos interesses dos operadores económicos no âmbito das Decisões da Comissão que estabelecem os critérios ecológicos para a atribuição do REUE a diferentes grupos de produtos e serviços.

No que se refere à Economia Circular, a DGAE acompanhou as negociações entre os EM das quatro propostas que visam alterar a legislação da UE em matéria de resíduos: Diretiva Resíduos, Diretiva Embalagens e Resíduos de Embalagens, Diretiva Aterros e Diretivas Veículos em Fim de Vida, Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos e Pilhas e Acumuladores.

Relativamente aos Sistemas Integrados de Gestão de Resíduos, a DGAE, enquanto entidade corresponsável pelo licenciamento das entidades gestoras em sete fluxos específicos de resíduos, participou nos procedimentos necessários à publicação das novas licenças no âmbito do SIGRE.

O enquadramento legal da gestão de resíduos sofreu uma alteração através da publicação do Decreto-Lei n.º 71/2016 de, 4 de novembro, que procedeu igualmente à alteração do Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, e da Portaria n.º 29-B/98, de 15 de janeiro, tendo participado ativamente nas diferentes reuniões e versões de redação da referida alteração legislativa. Na sequência da mencionada publicação, em novembro de 2016, foram igualmente publicadas as novas licenças SIGRE e o despacho relativo às contrapartidas financeiras, a entrar em vigor no dia 1 de janeiro de 2017.

Foi também elaborado e submetido à apreciação da APA, um Projeto de Protocolo no sentido de agilizar procedimentos e operacionalizar troca de informação entre as duas entidades no âmbito do acompanhamento da atividade das entidades gestoras de fluxos.

Ainda no decurso de 2016, foi iniciada a análise de um caderno de encargos apresentado pela AMB 3 E para gerir o SIGRE. Foram analisadas diversas propostas de alteração das licenças do SIGRE e do SIGREEE e foram elaborados pareceres sobre as diferentes propostas enviadas pelo Ministério do Ambiente. A DGAE participou ativamente nos trabalhos desenvolvidos no contexto da Coligação para o Crescimento Verde, como coordenador do Grupo de Trabalho Temático “Resíduos”.

Foram elaborados contributos no âmbito do acompanhamento das Diretivas Resíduos, Embalagens e Resíduos de Embalagens, Aterros, Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, Pilhas e Acumuladores, Veículos em Fim de Vida, construção e demolição, bem como no âmbito das alterações legislativas decorrentes da diretiva RoHS e de um trabalho conjunto com a ASAE, a APA e com a IGAMAOT relativamente a uma proposta legislativa para alteração do Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, que visava ultrapassar situações de inoperacionalidade no âmbito das funções de fiscalização da competência da ASAE, a qual se concretizou na publicação do Decreto-Lei 30/2016, em junho de 2016. Este diploma estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos e decorre da transposição da Diretiva n.º 2011/65/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 08 de junho.

Na senda da implementação do novo quadro legislativo relativo à colocação no mercado de Matérias Fertilizantes Não Harmonizadas, foi elaborado um procedimento com o intuito de simplificar a tramitação dos pedidos de registo e as respetivas propostas de autorização para a sua colocação no mercado, nos termos do Decreto-lei n.º 103/2015, de 15 de junho. Foram registados, no decurso do ano 2016, 149 novos produtos fertilizantes não harmonizados dos 273 pedidos submetidos à DGAE.

Paralelamente, foi elaborado e publicitado um conjunto de Perguntas Frequentes (FAQs), desenvolvidas com base nas questões que, com alguma frequência, os operadores económicos têm vindo a colocar à DGAE, procurando solucionar problemas relacionados com a interpretação das novas regras junto dos operadores económicos e das entidades parceiras.

Acresce que a DGAE assegurou a representação nacional no Grupo de Harmonização Técnica no quadro da negociação da revisão do regulamento sobre matérias fertilizantes, bem como no GT Adubos e no Comité de Regulamentação dos Adubos, em Bruxelas, procurando defender os interesses dos operadores nacionais do setor.

A DGAE é a Entidade dinamizadora em Portugal da implementação da iniciativa europeia *Small Business Act (SBA) para a Europa*, sendo, também, o Ponto de Contacto Nacional para o SBA (*SHERPA do SME Envoy*). Neste âmbito, foram asseguradas a preparação e a participação nas reuniões organizadas pela Comissão Europeia e dirigidas aos *SHERPAS* dos *SME Envoys*, bem como nas reuniões da Rede dos *SME Envoys* dos Estados-membros. Ainda no que respeita ao acompanhamento da implementação do SBA em Portugal, a DGAE participou nas reuniões do Grupo Técnico que apoia o Comité de Acompanhamento em Portugal do SBA (atribuído à RCAEI<sup>5</sup> pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 14/2014, de 13 de fevereiro), desempenhando igualmente as funções de Secretariado do Grupo Técnico.

No quadro da União Europeia, foi assegurada a representação de Portugal nas reuniões do Grupo Política de Empresa - Grupo de Trabalho sobre Inovação (*EPG - Innovation*), no Grupo da Cooperação Industrial Euromed, no Grupo de Peritos das Indústrias de Base Florestal, no GAN IIE – Grupo de Alto Nível das Indústrias Intensivas em Energia, como representante do Ministério da Economia no Comité do Espaço Europeu de Investigação e Inovação (*ERAC*), e no Grupo de Peritos sobre a Taxação às PME (*SME Taxation Expert Group*). Importa também sublinhar a participação nas reuniões do Grupo de Trabalho constituído no âmbito do Plano de Trabalho para a Cultura 2015-2018, que se tem revelado de grande interesse, na medida em que procura identificar medidas inovadoras para promover o empreendedorismo e novos modelos empresariais nos setores culturais e criativos.

Junto da OCDE, foi assegurada a representação nacional nas reuniões do Comité da Indústria, Inovação e Empreendedorismo (*CIIE*) e do Grupo de Trabalho das PME e do Empreendedorismo (*WPSMEE*). Como perito nacional, a DGAE esteve representada na reunião de peritos no projeto *Benchmarking Policies for Stronger SME Performance*. Refira-se ainda a participação nas reuniões do Comité do Aço da OCDE e no Simpósio de Alto Nível sobre o Excesso de Capacidade e Ajustamento Estrutural no Setor do Aço (realizado no mês de outubro, em Bruxelas), onde os países demonstraram interesse na adoção de medidas para

---

<sup>5</sup> Reunião de Coordenação dos Assuntos Económicos e do Investimento, estrutura interministerial regulada nos termos do Regimento do Conselho de Ministros, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2013, de 8 de agosto.

promover a reestruturação da indústria siderúrgica e reduzir o excesso de capacidade global de aço. Neste contexto, e no âmbito do G20, em dezembro de 2016, foi constituído o Fórum Global do Aço, que se tornou a primeira plataforma plurilateral para discussão das questões do setor do aço, reunião na qual a DGAE também assegurou a representação de Portugal.

No plano nacional, tem sido acompanhado o desenvolvimento e a implementação de medidas no âmbito da Agenda Digital Nacional, tendo a DGAE participado nas reuniões da Comissão de Acompanhamento da Agenda Portugal Digital 2020 (APD). Foi, igualmente, assegurada a participação nas reuniões do Grupo de Trabalho Interministerial para a Redução do Consumo de Sal e, no âmbito da plataforma *Food & Nutrition Awards*, nas reuniões do respetivo *Advisory Board* e como elemento do júri para atribuição dos prémios na categoria Produto Inovação.

No âmbito do setor florestal, a DGAE desempenhou um papel bastante ativo, tendo participado no Grupo de Trabalho Florestas, enquadrado na Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA 2020) e no Grupo Temático da Agricultura e Florestas, no contexto da Coligação para o Crescimento Verde. Destaca-se ainda a participação no Conselho Florestal Nacional e na PARF – Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais e questões setoriais relacionadas.

No quadro do apoio às políticas de planeamento e ordenamento do território, a DGAE participou ainda na 1.ª Reunião dos Sistema de Pontos Focais que apoiam a DGT na Alteração do PNPOT, na 1.ª reunião do Grupo Temático Cidades e Território, também constituído no contexto da Coligação para o Crescimento Verde, e na Conferência Procedimental sobre o Plano de Pormenor do Cais do Ginjal.

Através da participação em várias reuniões, seminários e *workshops*, tem vindo a ser acompanhada a implementação dos Incentivos e Instrumentos Financeiros decorrentes dos Fundos Estruturais PT2020 e Programas e Iniciativas Comunitárias, tais como o Programa COSME, Horizonte 2020 e o Plano *Juncker*.

Também têm vindo a ser acompanhadas as medidas de simplificação administrativa e de legislação europeia, por forma a ser criado um ambiente regulamentador mais favorável às empresas, no quadro da iniciativa europeia *Better Regulation*, e, no plano nacional, no quadro do SIMPLEX +.

Na base do acompanhamento da evolução de alguns setores industriais, foram elaboradas fichas setoriais e de comércio externo e foi dada continuidade à atualização das fichas de informação económica por NUT II.

No que respeita à matéria Precusores de Droga, que passou a ser assegurada pela DGAE, foram desenvolvidas ações no sentido de proceder à atualização de toda a informação a disponibilizar aos utilizadores, nomeadamente, a criação de novos formulários.

Na vertente da Política Comercial Externa do comércio internacional, a DGAE acompanhou os trabalhos do Comité de Política Comercial (CPC) da União Europeia (UE), nas suas formações de Titulares, Suplentes e Serviços e Investimento.

Em sede de CPC Titulares e Suplentes, foram acompanhadas matérias de política comercial de índole: multilateral, em especial no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e no seguimento dos resultados da Conferência Ministerial de 2015; plurilateral, em particular, as negociações do Acordo sobre Bens Ambientais (EGA) e o acordo sobre o comércio em serviços (TiSA); bilateral, com destaque para acordos de comércio livre com parceiros estratégicos, já concluídos (caso do Canadá, da Coreia do Sul e de Singapura), ou em negociação (caso do Japão, do Mercosul e dos EUA). Complementarmente, a DGAE: participou nas reuniões técnicas informais agendadas pela Comissão Europeia, em Bruxelas, com o objetivo de preparar e analisar os resultados das rondas de negociação com estes parceiros estratégicos (em especial os EUA e o Mercosul); efetuou consultas às empresas e associações setoriais para definição dos interesses nacionais nessas negociações (caso do Mercosul, Filipinas, Indonésia, Tunísia e Turquia); participou em sessões de esclarecimento, sensibilização e auscultação das

empresas e associações setoriais sobre o TTIP – *Transatlantic Trade and Investment Partnership*, com os EUA.

Nos trabalhos inerentes ao CPC Serviços e Investimento, a DGAE acompanhou as propostas específicas a estas matérias, apresentadas no âmbito das negociações mencionadas no parágrafo anterior – com particular ênfase no TiSA. Assumiram ainda particular relevância as discussões sobre: regulamentação interna em serviços, transparência e comércio eletrónico, no âmbito da OMC; promoção e facilitação do investimento e comércio eletrónico, no âmbito do Grupo de Trabalho especializado do G20; e de um leque alargado de temas, no âmbito do Comité de Investimento da OCDE. Ademais, acompanhou a revisão do modelo de texto regulatório no que concerne a serviços postais, bem como de artigos pontuais noutros textos regulatórios. Por último, foi ainda assegurada a participação num conjunto alargado de reuniões técnicas informais, tanto na vertente de serviços como em reuniões associadas à análise e discussão de normas de proteção de investimento a incluir nos acordos em negociação pela UE, desde logo o novo mecanismo de resolução de litígios – o *International Court System* (ICS) e regras aplicáveis às empresas estatais.

No âmbito da OCDE, a DGAE assegurou, ainda, a representação de Portugal em reuniões do Comité de Comércio e do Comité de Investimento.

No quadro de aplicação dos Instrumentos de Defesa Comercial (IDC) da UE, a DGAE acompanhou o início de novos processos de defesa comercial (anti-dumping e antisubvenções), bem como a imposição ou prorrogação de medidas, visando as importações de produtos de diversas origens, procurando acautelar os interesses de vários setores industriais nacionais. Estes setores, cujo principal destino das suas vendas é o mercado europeu, têm requerido junto do Governo e da Comissão Europeia a imposição de medidas de defesa comercial, por estarem muito expostos à concorrência de produtores-exportadores de países terceiros para a UE, que, para penetrarem e aumentarem a sua quota no mercado europeu, praticam com frequência dumping nos preços das suas exportações, ou beneficiam

de subvenções estatais que lhes conferem vantagens competitivas sobre os setores industriais europeus e nacionais.

A DGAE acompanhou igualmente os processos de defesa comercial iniciados por países terceiros contra importações originárias da UE, com particular enfoque nos casos visando empresas exportadoras portuguesas. Neste âmbito, a DGAE alertou as empresas e respetivas associações empresariais do início dos processos, no decurso destes, prestou esclarecimentos técnicos sempre que solicitados, preparou contributos para a participação de Portugal em audições públicas e para contactos bilaterais aos mais diversos níveis, em permanente articulação com o MNE, AICEP e com a Comissão Europeia, junto das Autoridades dos países terceiros responsáveis pelos processos em causa. Importa destacar os novos processos, cujas medidas terão impacto nas exportações nacionais, nomeadamente, o processo anti-dumping iniciado pelo Canadá sobre a eventual prática de dumping de varões de aço para reforço de betão, visando diversas origens, entre as quais Portugal.

A DGAE, à semelhança dos anos anteriores, continuou a assegurar a representação nacional no Comité Consultivo de Acesso ao Mercado da Comissão Europeia (MAAC), que constitui o principal vetor da Estratégia de Acesso ao Mercado da UE. O recurso a medidas protecionistas tem vindo a agravar-se, sendo os casos mais flagrantes a imposição de quotas à importação na Argélia (produtos do aço e cimento) e o registo de exportadores, no Egito (abrangendo um leque muito diversificado de produtos industriais). As questões que afetam o acesso ao mercado Turco não só se mantiveram, como foram introduzidas novas medidas que afetam o setor farmacêutico e da maquinaria. Ao longo de 2016, foram também adotados regulamentos técnicos (em vigor ou a entrar em vigor em 2017) que afetarão as exportações portuguesas, nomeadamente, regulamentos relativos à etiquetagem de pneus na Arábia Saudita, e os regulamentos relativos à qualidade e alergénicos utilizados no vinho no Brasil.

O Grupo de Peritos do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG) continuou a ser acompanhado pela DGAE, destacando-se a habitual monitorização aos países beneficiários do SPG+ (através dos *scorecards* – documentos que indicam a implementação das Convenções

Internacionais relevantes ao abrigo do SPG+), tendo sido notórios casos problemáticos de violação de direitos humanos nas Filipinas e no Paquistão.

Destaque também para a apresentação e discussão do relatório intercalar de monitorização do SPG + (relativo aos anos de 2014 e 2015). Este relatório, previsto pelo Artigo 14.º do Regulamento SPG, tem como objetivo apresentar as principais evoluções no que concerne a implementação das Convenções Internacionais relativas a Direitos Humanos, Laborais, Proteção do Ambiente e Boa Governação por parte dos beneficiários do sistema. Relativamente a este relatório, Portugal, através da DGAE, manifestou a sua confiança na avaliação feita pela CE e pelas organizações internacionais envolvidas, salientando que, uma vez atribuídas as preferências ao abrigo do SPG+, o foco deverá ser a implementação das 27 Convenções, ou seja, assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos pelos países beneficiários.

No que diz respeito à negociação por Portugal de acordos de proteção e promoção de investimento (BIT) com países terceiros, foi concluída a revisão do respetivo modelo nacional, que passa a integrar os elementos essenciais da “nova abordagem europeia” na matéria. O processo, que reuniu contributos da Associação Portuguesa de Arbitragem e de diversos Ministérios (Negócios Estrangeiros, Justiça, Finanças e Administração Interna), implicou a realização de uma reunião interministerial e diversos contactos bilaterais com a Comissão Europeia. Ainda neste âmbito, Portugal requereu à Comissão Europeia autorização para a abertura formal de negociações com dois novos países – o Barém e o Irão. De assinalar, por fim, a realização da primeira ronda negocial para celebração de um BIT com a Arábia Saudita, decorrida em Riade, após o desenvolvimento dos devidos esforços de aproximação das versões de texto dos dois países.

Na vertente do comércio internacional e das relações internacionais, a DGAE preparou, durante o ano de 2016, um vasto número de pastas de apoio, no âmbito de deslocações oficiais e encontros bilaterais (em Portugal e no exterior) de membros da Tutela, tendo sido cumpridos os prazos de entrega estipulados.

No que respeita à preparação da participação do ME em Cimeiras, Comissões Mistas e outras reuniões de alto nível, salientam-se: Cimeira bilateral com o Brasil; Comissões Mistas com a China, Rússia, Arábia Saudita e República da Coreia, acrescendo o número significativo de contributos remetidos ao MNE, no âmbito de visitas oficiais e outros eventos de alto nível. No âmbito multilateral, destaca-se a participação de Sua Exa. o Ministro da Economia na Reunião do Conselho da OCDE a nível Ministerial, na Reunião Ministerial OCDE sobre Economia Digital, na 5.ª Conferência Ministerial do Fórum Macau, e do Sua Exa. o Secretário de Estado da Indústria na 2.ª Reunião de Ministros do Comércio da CPLP; salienta-se ainda a informação preparada para os encontros bilaterais mantidos por S. Exa. o Secretário de Estado Adjunto e do Comércio à margem da XIV Ministerial da UNCTAD.

No que respeita ao Fórum Macau, para além da participação na 5.ª Conferência Ministerial, a DGAE assegurou a gestão da participação de Portugal nos 3 Colóquios realizados em 2016, bem como a gestão da participação nacional em iniciativas de curta duração.

A DGAE assegurou também o acompanhamento da negociação de um elevado número de instrumentos jurídicos bilaterais nas áreas de competência do ME.

No âmbito dos assuntos europeus, a atuação da DGAE passou, em traços gerais, por dois níveis de atuação: preparação e apoio da intervenção dos Membros do Governo da área do Ministério da Economia; articulação e coordenação dos Organismos e Serviços do Ministério da Economia, salientando-se que, em 2016, foi dada prioridade ao reforço da coordenação.

Foram preparadas e submetidos elementos de apoio (denominadas pasta de apoio) para quatro reuniões do Conselho Competitividade, duas do Conselho de Transportes e duas para o Conselho Telecom.

No domínio do reforço da coordenação interdepartamental no âmbito do ME, e no seguimento de proposta da DGAE, S. Exa o Ministro da Economia promoveu, em julho de 2016,

uma reunião com todos os dirigentes máximos dos Organismos do Ministério no sentido de: reforçar a coerência das negociações Europeias com as prioridades do Governo; articular as posições no seio do ME; reforçar a partilha de informação no seio do ME, nomeadamente, através dos relatórios de missão.

Neste âmbito, estes documentos de missão passaram a ser disseminados por toda a rede do Ministério e utilizados como instrumentos de apoio valiosos à construção da posição do ME em sede de negociação Europeia.

Acresce que o enquadramento institucional existente durante todo o ano de 2016 levou a que a DGAE desenvolvesse as suas atividades num quadro institucional pouco tradicional, em que apoiou Gabinetes Governamentais de dois Ministérios diferentes, o que, em certas ocasiões, tornou mais complexo os desafios de coordenação e concertação de posições setoriais.

A DGAE foi, ainda, nomeada como representante do ME para as reuniões dos pontos-focais da CIAE para o acompanhamento do BREXIT. Neste contexto, não só participou ativamente nas reuniões interministeriais, como remeteu um documento de trabalho sobre uma análise preliminar de eventuais impactos económicos decorrentes da saída do Reino Unido da União Europeia.

Adicionalmente, no domínio dos auxílios de Estado (AE), esta Direção-Geral, como coordenadora do Ministério da Economia nesta matéria, promoveu trabalhos no domínio da transparência, articulando, com o COMPETE 2020, a criação de uma base de dados nacional onde se poderão pesquisar todos os apoios públicos às empresas, com exceção dos apoios de origem fiscal. Todavia, neste domínio concreto, participou num Grupo de Trabalho, cuja composição foi nomeada pelo Governo, para propor uma proposta legislativa ou administrativa de forma a criar mecanismos de reporte e de sistematização das informações de auxílios de benefícios fiscais contratuais (por oposição do regime de apoio fiscal, de cariz genérico).

Por último, de salientar a promoção e a dinamização realizada pela DGAE, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de cursos de formação para os pontos focais dos organismos do ME com responsabilidades no domínio dos AE, ministrados pela Comissão Europeia.

Assim, no domínio dos Assuntos Europeus há que salientar positivamente:

- O trabalho de aprofundamento da coordenação que levou a uma melhoria do processo de consulta e de tomada de posição, adequando quantitativa e qualitativamente este processo;
- O reforço da posição nacional no processo de negociação com a Comissão Europeia no domínio dos auxílios de Estado, sendo de referir o sucesso do processo negocial, tendo em vista a notificação do alargamento das atividades da Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD), que permitiu a antecipação da disponibilização de instrumentos financeiros de apoio à competitividade empresarial portuguesa;
- O aumento qualitativo da intervenção de Portugal no âmbito da Competitividade.

De sublinhar, ainda, o desafio colocado em 2016, após o referendo britânico sobre a permanência do Reino Unido na UE, que implicou, no imediato, um esforço acrescido de levantamento das preocupações defensivas e ofensivas deste processo.

Compete, também, à DGAE prestar apoio ao Governo em matéria de planeamento civil de emergência, em estreita parceria com a Autoridade Nacional de Proteção Civil. Neste domínio, foi possível diagnosticar, no âmbito da participação no *Crisis Management Exercise* NATO 2016 (CMX 2016), a necessidade de se diligenciar uma melhor articulação com as várias entidades, públicas e privadas, que concorrem para o efetivo planeamento civil de emergência, no estrito cumprimento do quadro legal definido. Como matérias conexas, de relevar a participação no Conselho Nacional de Proteção Civil, bem como a participação no Quarto Grupo de Trabalho no âmbito do Plano Nacional para a Redução dos Riscos de Catástrofes.

Relativamente ao Acompanhamento dos Contratos de Contrapartidas em execução, matéria que compete à DGAE, em articulação com o Ministério da Defesa Nacional, deve ser dada especial ênfase, no ano de 2016, à conclusão do Projeto Âncora e, desse modo, ao reconhecimento, pelo Estado Português, do cumprimento integral da obrigação contratual de Contrapartidas estabelecida no contrato celebrado em 2014 com o German Submarine Consortium. De particular relevância reveste-se, ainda, no âmbito do Programa de Contrapartidas pela Aquisição das Viaturas Pandur, para além da conclusão do projeto de fornecimento de um Simulador Dinâmico de Condução Pandur ao Exército Português, equipamento tecnologicamente avançado, desenvolvido por uma empresa portuguesa de referência na área da simulação, a ETI, S.A., a celebração de um novo aditamento contratual com vista a viabilizar a execução, até agosto de 2017, do Projeto I-05, relacionado com a obtenção, pelo Exército Português, da capacidade autónoma em realizar a Manutenção de Nível III das Viaturas Pandur, projeto fundamental para a manutenção das capacidades operacionais dos equipamentos adquiridos ao longo da sua vida útil.

Ainda no domínio do Acompanhamento dos Contratos de Contrapartidas, foram realizadas, ao longo de 2016, doze visitas técnicas aos locais de implementação dos projetos, catorze reuniões de acompanhamento junto das Entidades Beneficiárias e/ou Prestadores de Contrapartidas, tendo-se analisado cerca de 27 Pedidos de Creditação que concorreram para a contabilização e creditação de contrapartidas no montante total de 386,12 M€, restando para cumprir contrapartidas no valor de 384,81 M€. Tendo em consideração o volume de contrapartidas por cumprir transitado da extinta Comissão Permanente de Contrapartidas no final de 2012, no montante de 1.990 M€, verificou-se mais um passo significativo na prossecução do objetivo traçado, o de levar a bom porto e maximizar a execução dos contratos de contrapartidas, procurando defender os interesses do Estado Português no estrito cumprimento das normas e regras aplicáveis.

## *1.2 Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo*

A DGAE é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, integrado no Ministério da Economia (ME).

De acordo com o Decreto Regulamentar n.º 5/2015, de 20 de julho, a DGAE tem por missão a promoção e o desenvolvimento de um ambiente institucional mais favorável à competitividade e à inovação empresarial, através do apoio à conceção, execução, divulgação e avaliação de políticas do comércio e dos serviços, bem como assegurar a coordenação das relações bilaterais, europeias e internacionais, no âmbito de atuação do ME.

No âmbito da respetiva lei orgânica, a DGAE prossegue as seguintes atribuições:

- Contribuir para a definição, articulação e dinamização das políticas setoriais relativas ao comércio e aos serviços, acompanhando e avaliando a execução das medidas delas decorrentes;
- Monitorizar e avaliar a execução das medidas decorrentes das políticas públicas definidas e dirigidas às atividades económicas, promovendo e participando na elaboração do respetivo enquadramento legislativo e regulamentar, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;
- Contribuir para a definição de políticas económicas no quadro da economia circular, nomeadamente, das aplicáveis à gestão de resíduos, propondo medidas conducentes à criação de valor económico, designadamente de valorização dos resíduos, enquanto matéria – prima secundária, colaborando na conceção e elaboração dos respetivos instrumentos legais e regulamentares, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;

- Promover a adoção de políticas e de regulamentação que visem a simplificação administrativa e a redução ou eliminação dos custos de contexto para os agentes económicos, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;
- Preparar, apoiar e assegurar a intervenção nacional na adoção de medidas internacionais e da União Europeia, no domínio das políticas públicas económicas, incluindo a transposição de diretivas e a aplicação de regulamentos, sem prejuízo das competências do IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P. (IAPMEI, I. P.), relativas à indústria e inovação;
- Assegurar a coordenação nacional para o acompanhamento da aplicação, enquanto instrumento de política económica, da Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno, nomeadamente, como ponto de contacto nacional para a assistência mútua e cooperação entre autoridades administrativas competentes, no quadro do Sistema de Informação do Mercado Interno;
- Acompanhar a conceção e a execução das políticas setoriais para a indústria e participar na preparação da posição nacional sobre os dossiês com relevância para a indústria a assumir nas instâncias europeias e internacionais, sem prejuízo das competências atribuídas ao IAPMEI, I. P.;
- Potenciar a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento do empreendedorismo, da competitividade, da inovação, da sustentabilidade e da internacionalização das empresas, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;
- Promover a articulação da política de empresa com outras políticas públicas, visando o crescimento sustentável;

- Definir, coordenar e dinamizar, no âmbito do ME, o desenvolvimento e a adoção de instrumentos e de iniciativas estratégicas, relativas à responsabilidade social e ao desenvolvimento sustentável;
- Coordenar e dinamizar a atuação do ME em matéria de auxílios de Estado;
- Contribuir para a definição e execução das políticas que enquadram o relacionamento económico externo, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), apoiando o ME em matéria de relações internacionais e de relações com a União Europeia (UE);
- Coordenar a participação do ME no quadro dos assuntos europeus, designadamente através do acompanhamento dos processos de transposição das diretivas e de execução dos regulamentos, bem como dos processos de pré -contencioso e de contencioso da UE;
- Coordenar, propor e desenvolver atividades no âmbito da cooperação internacional, europeia e bilateral, designadamente com os países de língua oficial portuguesa, sem prejuízo das competências próprias dos órgãos e serviços do MNE;
- Assegurar o planeamento do aprovisionamento e gestão das matérias -primas e dos recursos industriais em situação de crise e de guerra e apoiar o Governo em matéria de planeamento civil de emergência, no quadro definido pelo Decreto-Lei n.º 73/2012, de 26 de março;
- Assegurar, a nível externo, a representação nacional nos grupos de trabalho correspondentes do Comité de Planeamento Civil de Emergência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em articulação com os serviços competentes do Ministério da Defesa Nacional.

Compete, ainda, à DGAE, durante a vigência dos contratos de contrapartidas ou de cooperação industrial celebrados entre o Estado Português e os fornecedores de material de defesa, no âmbito de programas de aquisição de equipamentos e sistemas de defesa, acompanhar a respetiva execução, em articulação com o membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

## II. AUTOAVALIAÇÃO

### 2.1 *Análise dos resultados alcançados*

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a avaliação de desempenho de cada serviço público assenta num Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) que é estruturado em objetivos estratégicos plurianuais e em objetivos operacionais, definidos anualmente e que concorrem para os objetivos estratégicos.

Os objetivos operacionais são considerados segundo três níveis de parâmetros: eficácia, eficiência e qualidade. Para o QUAR da DGAE de 2016<sup>6</sup> foram considerados dois objetivos de eficácia, três de eficiência e um de qualidade, conforme se pode verificar no quadro I.

**QUADRO I - Objetivos do QUAR 2016**

OBJETIVOS OPERACIONAIS	OE
<b>Eficácia</b>	
O1. Garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	OE1, OE2, OE3, OE4 e OE5
O2. Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas	OE1, OE2, OE3, OE4 e OE5
<b>Eficiência</b>	
O3. Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DGAE	OE1, OE2, OE3, OE4 e OE5
O4. Racionalizar os custos operacionais da DGAE	OE1, OE3 e OE5
O5. Melhorar o acesso ao exercício das atividades económicas	OE1, OE2, OE3, OE4 e OE5
<b>Qualidade</b>	
O6. Melhorar a qualificação e as competências das/os trabalhadoras/es da DGAE	OE1, OE2, OE3, OE4 e OE5

OE - Objetivos estratégicos

<sup>6</sup> Anexo II – QUAR da DGAE - Resultados.

### 2.1.1. Resultados dos Indicadores

Para cada objetivo foram definidos indicadores de desempenho e estabelecidas metas, para aferir em que medida os objetivos foram alcançados. Seguidamente, serão analisados, em detalhe, os resultados de cada objetivo e dos respetivos indicadores<sup>7</sup>.

## OBJETIVOS DE EFICÁCIA

**Quadro II – Resultados dos indicadores do objetivo 1**

O1. Garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais			Peso: 50%
<i>Indicadores</i>	Meta	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 1. Taxa de participação em reuniões planeadas	[85%;95%]	88,15%	100%
Ind. 2. Taxa de recomendações de políticas públicas relevantes apresentadas	[10%;20%]	11,83%	100%

A DGAE é a entidade coordenadora dos assuntos europeus, das relações internacionais e das relações económicas bilaterais e multilaterais com os países parceiros de Portugal. Assim, para além das atribuições de entidade coordenadora das posições do Ministério da Economia, acresce a necessária participação ativa em diversos espaços de discussão e negociação no âmbito da União Europeia, bem como noutras organizações internacionais.

O **indicador 1** representa a percentagem de participação da DGAE nas reuniões planeadas, mais especificamente nas instâncias europeias e internacionais, onde, na generalidade das

<sup>7</sup> Convém precisar uma questão metodológica: a taxa de realização de cada indicador foi calculada de acordo com o critério definido pelo GEE, nomeadamente no documento “SIADAP 1 - Orientações para a preparação do QUAR 2014”.

situações, são discutidas, preparadas e negociadas as posições a assumir por Portugal no quadro do ME.

Não obstante se ter verificado um constrangimento de ordem financeira que terá impedido a realização de algumas deslocações, mas que foi depois ultrapassado, o resultado deste indicador 1 foi atingido, uma vez que das 211 reuniões previstas a DGAE esteve representada em 186, o que resulta numa taxa participação de 88,15%, que se enquadra no intervalo previsto para este indicador.

Para além da defesa dos interesses nacionais nessas reuniões de âmbito europeu e internacional, é fundamental que, nos relatórios decorrentes dessas reuniões, sejam apresentadas propostas que permitam reforçar futuramente a atuação e a posição portuguesa nos temas em discussão ou que possam contribuir para melhorar o conhecimento ou a ação governativa nas áreas em apreço.

Deste modo, o **indicador 2** traduz precisamente a relação entre o número de propostas apresentadas face ao número de reuniões onde a DGAE esteve representada. O resultado para este indicador foi de 11,83%, situando-se no intervalo previsto para a meta. Os dados mais detalhados para este indicador, com informação sobre o número de propostas por direções de serviço, constam do próximo quadro.

**Quadro III – Taxa de recomendação de políticas públicas por Unidade Orgânica**

U.O.	Recomendações	Reuniões	Taxa
DSAE	6	22	27,27%
DSCI	4	89	4,49%
DSPE	3	27	11,11%
DSSE	6	35	17,14%
DSCSR	3	13	23,08%
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>186</b>	<b>11,83%</b>

U.O. – Unidade Orgânica

#### Quadro IV – Resultados dos indicadores do objetivo 2

O2. Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas			Peso: 50%
<i>Indicadores</i>	Meta	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 3. N.º de propostas de formulação e avaliação de políticas públicas relevantes apresentadas	[4;6]	4	100%

O **indicador 3** diz respeito ao número de propostas de formulação e avaliação de políticas públicas relevantes apresentadas pela DGAE à Tutela que tenham como propósito contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas ou para o quadro de atuação do Ministério da Economia.

Neste indicador foram apresentadas as seguintes quatro propostas:

- a) Medida para a Requalificação do “Comércio Tradicional”, englobando as seguintes componentes: Modelo de implementação similar ao IFRRU aplicável ao comércio; Inventar o “Comércio Tradicional” - Desafios do Mercado Único Digital; Criação de uma plataforma única de redes de conhecimento e de comércio *online*; Proposta de Alteração Legislativa ao NRAU;
- b) Proposta de Despacho Ministerial para a criação de um Grupo de Trabalho de Alto Nível para os Assuntos Internacionais, com proposta de governança, monitorização e acompanhamento dos temas internacionais no seio do Ministério da Economia;
- c) Revisão do quadro legislativo do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens, incluindo os novos projetos de licença das entidades gestoras do sistema;
- d) Proposta de enquadramento e proposta de alterações legislativas destinadas a admitir, como entidade beneficiária da medida Comércio Investe, os estabelecimentos de restauração e de bebidas.

A meta para este indicador foi atingida com a apresentação das quatro propostas acima discriminadas, já que está incluída no intervalo que tinha sido estabelecido.

## OBJETIVO DE EFICIÊNCIA

### Quadro V – Resultados dos indicadores do objetivo 3

O3. Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DGAE			Peso: 35%
<i>Indicadores</i>	Meta	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 4. % de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo	[92,5%;97,5%]	99,83%	124%
Ind. 5. % de solicitações respondidas com carácter substantivo dentro do prazo	[92,5%;97,5%]	98,89%	121%

Pretendeu-se com este objetivo, e com os indicadores que lhe estão associados, que uma elevada percentagem dos pareceres técnico-jurídicos e de solicitações dirigidas à DGAE (envolvendo a análise de propostas, a emissão de outro tipo de pareceres, a preparação de dossiês, a transposição de diretivas, etc.) e enquadradas nas suas atribuições fossem efetuados nos prazos estipulados ou acordados com as entidades que os solicitaram, procurando garantir, em simultâneo, a qualidade do trabalho efetuado.

Nesse sentido, para o **indicador 4**, foram apurados os seguintes resultados globais, envolvendo todos os Serviços: dos 596 pareceres que foram solicitados à DGAE, nas mais diversas áreas, 595 foram respondidos nos prazos estipulados, o que corresponde a 99,83%, ou seja, acima do limite superior da meta que foi estabelecida no QUAR. Essa informação consta do sistema de gestão documental e dos quadros de acompanhamento e avaliação que foram criados para monitorização permanente da emissão de pareceres.

No que diz respeito ao **indicador 5**, há a registar 2406 solicitações respondidas dentro dos respetivos prazos, de um total de 2436 solicitações dirigidas à DGAE, cumprindo-se assim, em 98,89% das situações, os prazos que foram fixados. Esses elementos foram recolhidos dos

quadros de gestão que monitorizam as respostas às solicitações existentes nos diversos serviços, que contêm indicação das solicitações recebidas, prazos de resposta e as datas em que as mesmas foram objeto de resposta.

#### Quadro VI – Resultados dos indicadores do objetivo 4

O4. Racionalizar os custos operacionais da DGAE			Peso: 35%
<i>Indicadores</i>	Meta	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 6. Taxa de redução dos custos médios das despesas das deslocações face à média de 2015	[7,5%;12,5%]	8,31%	100%

O que está subjacente ao **indicador 6** é a obtenção de uma redução dos custos médios das despesas das deslocações (incluindo viagens e alojamento), entre os 7.5% e os 12,5%, face à média de 2015.

Relativamente a 2015, o custo médio das deslocações foi de 581,55 €, calculado a partir da informação constante do quadro de Registo de Serviço Externo (RSE), onde obrigatoriamente são assinaladas todas as deslocações externas, identificando o tipo de reunião, quem nelas participa, assim como, para além de outros elementos, os custos associados.

Em 2016, verificaram-se dois constrangimentos que poderiam comprometer a concretização desta meta, designadamente, o atentado verificado no aeroporto de Bruxelas, que condicionou os voos para aquela cidade e aumentou, concomitantemente, os preços das viagens, e a realização de um número de viagens superior ao normal para destinos fora da Europa, devido a compromissos assumidos no âmbito do ME, que implicaram custos mais elevados.

No entanto, em resultado das opções que foram tomadas que passaram pelo planeamento atempado das deslocações, para beneficiar das tarifas mais reduzidas, pela solicitação de

soluções alternativas com custos mais económicos, incluindo a escolha de voos *Low Cost*, foi possível atingir a meta prevista para este indicador.

Com efeito, o custo médio das deslocações, em 2017, foi de 533,21 €, o que representa um decréscimo de 8,31%, caindo no intervalo definido para esta meta.

#### Quadro VII – Resultados dos indicadores do objetivo 5

O5. Melhorar o acesso ao exercício das atividades económicas			Peso: 30%
<i>Indicadores</i>	Meta	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 7. Tempo médio de emissão de título	[3;5]	3	100%

Um dos propósitos da DGAE, de carácter operacional, que foi inscrito no Plano de Atividades de 2016, foi o de melhorar o acesso ao exercício das atividades económicas nas seguintes áreas que dependem exclusivamente da atuação dos serviços: prestamistas, leiloeiras, diamantes e certificados profissionais.

O compromisso, constante do **indicador 7**, foi o de que o tempo de resposta médio (não incluindo os períodos em que se aguardava a apresentação de documentação em falta por parte dos requerentes) se situasse, para essas 5 áreas, entre os 3 e os 5 dias. O resultado obtido foi ligeiramente superior a 3 dias, o qual está compreendido no intervalo que foi considerado para a meta deste indicador. Informações adicionais, com alguns detalhes sobre o número de licenças atribuídas, constam dos anexos<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Anexo III – Relatórios de Licenciamentos.

## OBJETIVOS DE QUALIDADE

### Quadro VIII – Resultados dos indicadores do objetivo 6

O6. Melhorar a qualificação e as competências das/os trabalhadoras/es da DGAE			Peso: 100%
<i>Indicadores</i>	Meta	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 8. Número de eventos promovidos pela DGAE	[5;9]	10	115%
Ind. 9. Número de ações realizadas em colaboração com a Academia	[3;7]	5	100%

No que diz respeito ao **indicador 8**, estava prevista a realização de 5 a 9 eventos internos, tendo-se realizado 10, ultrapassando-se o que estava previsto para a meta, sendo de salientar que cada Direção de Serviços deveria realizar um evento sobre as suas atribuições e competências, já que a orgânica da DGAE foi alterada profundamente com a publicação da Portaria n.º 316/2015, de 30 de setembro, que estabeleceu a competência das novas unidades nucleares.

Os temas dos eventos foram os seguintes:

- Apresentação das atribuições e competências da DSCSR;
- Estratégia Europeia para o Mercado Interno - Criar oportunidades para os consumidores e operadores económicos;
- Apresentação das atribuições e competências da DSAE;
- Balanço da Presidência Neerlandesa;
- Apresentação das atribuições e competências da DSCI;
- Ponto de situação das negociações do TTIP (Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento);

- Apresentação das atribuições e competências da DSPE;
- Tecido Empresarial Português/Capitalização e Financiamento das PME;
- Apresentação das atribuições e competências da DSSE;
- Responsabilidade Social das Empresas.

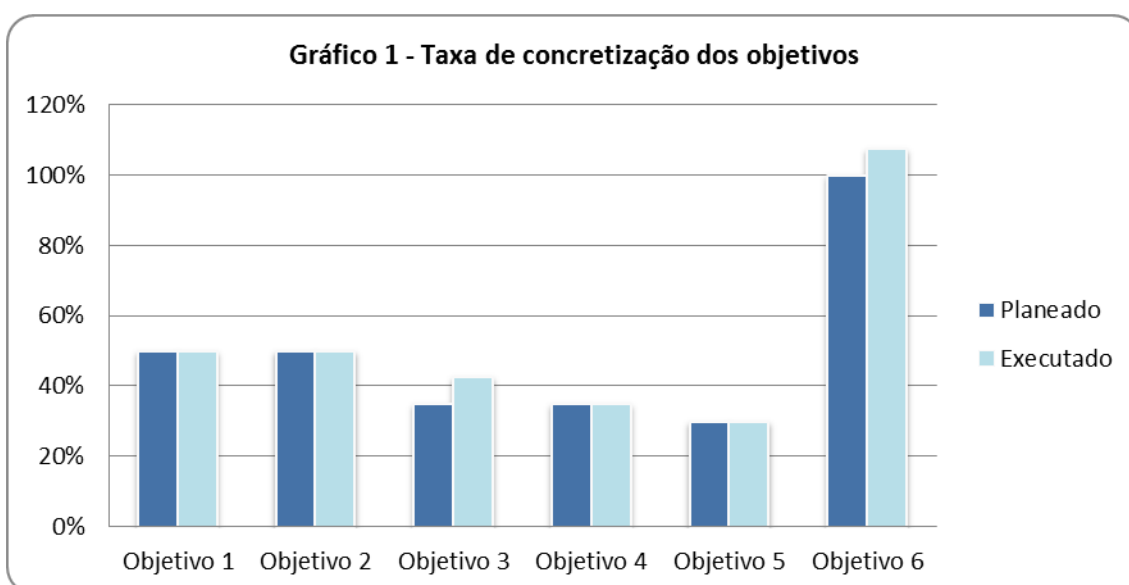
No **indicador 9** estava em causa o número de ações a realizar com a Academia, tendo sido fixada uma meta entre 3 e 7 ações, correspondendo pelo menos a uma por Direção de Serviços.

Ora, em 2016, foram realizadas as seguintes 5 ações com a Academia:

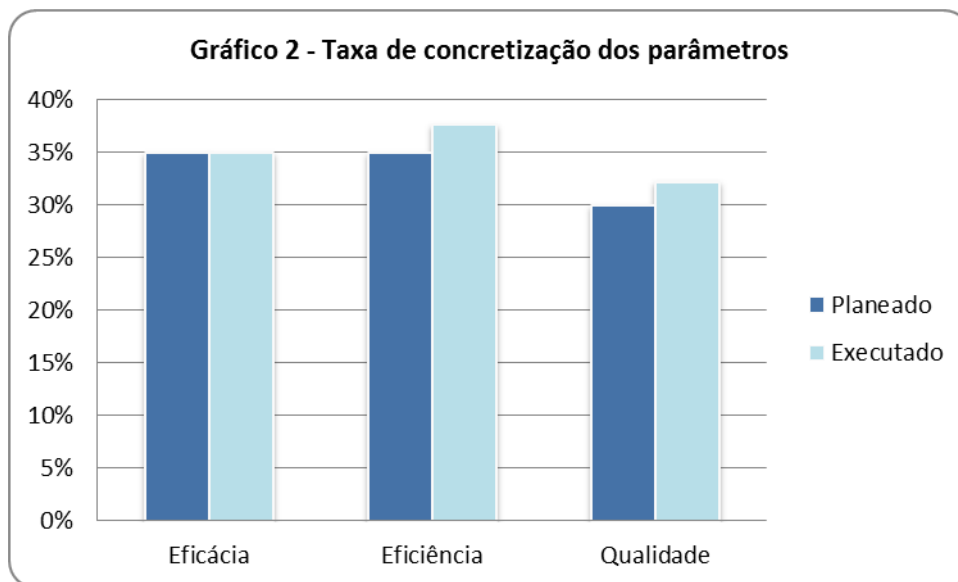
- Seminário, organizado pela DSCI, sobre as Cadeias de Valor Global, tendo como orador o Professor João Amador, da Universidade Nova de Lisboa;
- Conferência, organizada pela DSSE em colaboração com o Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE) e com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade de Lisboa, sobre Sustentabilidade Empresarial: Desafios e Oportunidades;
- Seminário, organizado pela DSPE, sobre “O Design como motor da Inovação”, tendo como orador o Professor José Rui Marcelino, da Faculdade de Arquitetura, da Universidade de Lisboa;
- Assinatura, por iniciativa da DSCSR, de um Protocolo entre a DGAE e o Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação, da Universidade Nova de Lisboa, visando a cooperação técnica e científica entre as duas instituições, no âmbito qual foi, nomeadamente, desenvolvida a avaliação das práticas individuais restritivas do comércio;
- Seminário, organizado pela DSAE, sobre o “BREXIT e a Integração Europeia”, tendo como oradora a Professora Carla Guapo Costa, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade de Lisboa.

### 2.1.2. Resultados dos Objetivos

Com base na taxa de realização dos indicadores, foram apuradas as taxas de concretização dos objetivos, que são ilustradas no gráfico 1, da análise do qual se pode concluir que os resultados dos objetivos 1, 2, 4 e 5 foram atingidos e os dos objetivos 3 e 6 foram superados.



No que diz respeito aos resultados dos parâmetros, verificou-se (como se pode constatar pelo gráfico 2 e pelo quadro IX) que, no caso do parâmetro eficácia, a taxa de concretização atingiu os 35% conforme planeado, e que, relativamente aos parâmetros eficiência e qualidade, as taxas de concretização situaram-se uns pontos percentuais acima do previsto, ou seja, 2,7 p.p. e 2,3 p.p., respetivamente.



Os resultados globais do serviço, tendo em conta os objetivos operacionais que foram definidos para 2016, constam do quadro IX, apesar de terem sido realizadas muitas outras atividades, como será detalhado no ponto seguinte deste relatório, que podem não ter contribuído diretamente para estes objetivos, mas que foram essenciais para o desempenho positivo dos serviços.

**QUADRO IX - Avaliação global do serviço**

	Eficácia	Eficiência	Qualidade
Planeado	35,0%	35,0%	30,0%
Executado	35,0%	37,7%	32,3%
Avaliação global	104,9%		

Como conclusão da autoavaliação, é de referir que todos os objetivos previstos no QUAR foram atingidos ou superados e que a taxa de concretização global foi de 104,9%.

## 2.2 *Análise dos desvios relativamente aos recursos*

### 2.2.1. *Recursos Humanos*

Em conformidade com os dados do Balanço Social, a DGAE tinha preenchidos, no final do ano de 2016, 113 postos de trabalho, correspondendo a uma diminuição de cerca de 5,8%, em relação ao ano de 2015. Esta é uma tendência que se tem vindo a verificar desde 2013, em que o número total de efetivos foi de 137, caindo para 132 em 2014 e para 120 em 2015. Este decréscimo teve, essencialmente, duas ordens de razões: saída de trabalhadores (em especial devido a aposentação), que não foi possível substituir na totalidade, e transição, ocorrida em 2016, de trabalhadores para o IAPMEI, I.P., no âmbito da transferência de atribuições da DGAE para aquele Instituto nos domínios da indústria e inovação.

Como se pode constatar também pelo Quadro X, em relação ao número de trabalhadores planeados para 2016, considerados necessários para o cabal desempenho das competências e atribuições deste organismo, verificou-se uma quebra de 12,4%, que se ficou a dever à dificuldade de recrutamento de técnicos especializados para as áreas em que a DGAE tem efetivas necessidades, sendo ainda de acrescentar a condicionante orçamental.

**Quadro X - Recursos Humanos**

Grupo de Pessoal Cargo/Carreira	Planeados (QUAR)	Efetivos (31-12-2016)	Desvio	
			Planeado	2015
Direção Superior	2	1	-1	0
Direção intermédia	18	18	0	1
Técnico Superior <sup>(*)</sup>	81	67	-14	-10
Assistente Técnico <sup>(**)</sup>	20	21	1	1
Assistente Operacional	8	6	-2	1
<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>113</b>	<b>-16</b>	<b>-7</b>

(\*) - Inclui especialistas de informática

(\*\*) - Inclui técnicos de informática

Relativamente à contagem dos recursos humanos, segundo o género, 32% dos trabalhadores eram do género masculino e 68% do género feminino. Quanto à média de idades, no final de 2016, foi de 49 anos, enquanto em 2015 tinha sido de 50,3 anos.

### 2.2.2. Recursos Financeiros

O valor da despesa de funcionamento da DGAE, em 2016, atingiu os 4,8 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 9,3% em relação ao ano transato, ou seja, cerca de 495 mil euros a menos (cf. quadros XI e XII).

Os únicos agrupamentos de despesas que tiveram peso significativo foram os relativos às despesas com o pessoal (80,46%) e com a aquisição de bens e serviços (18,99%), já que as despesas com juros e outros encargos, transferências correntes, outras despesas correntes e aquisições de bens de capital tiveram reduzida expressão na estrutura de despesa da DGAE.

**Quadro XI - Estrutura da despesa em 2016**

Unidade: Euro

GRUPOS DE DESPESA	2016							
	Inicial		Disponível		Executado		Taxa de execução	Desvio
	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
Despesas com pessoal	4.657.876,00	77,81%	3.896.356,00	71,24%	3.893.680,74	80,46%	99,93%	2.675,26
Aquisição de bens e serviços	1.238.708,00	20,69%	1.286.042,00	23,51%	919.049,79	18,99%	71,46%	366.992,21
Juros e outros encargos	0,00	0,00%	500,00	0,01%	10,68	0,00%	2,14%	489,32
Transferências correntes	16.925,00	0,28%	15.205,00	0,28%	15.203,89	0,31%	99,99%	1,11
Outras despesas correntes	24.836,00	0,41%	16.041,00	0,29%	6.350,76	0,13%	39,59%	9.690,24
Aquisições de bens de capital	47.700,00	0,80%	255.470,00	4,67%	4.718,89	0,10%	1,85%	250.751,11
<b>Total</b>	<b>5.986.045,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.469.614,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.839.014,75</b>	<b>100,00%</b>	<b>88,47%</b>	<b>630.599,25</b>

Fonte: SGME

A taxa de execução do orçamento foi elevada, cifrando-se em 88,47%, embora com um pequeno decréscimo de 3,46% comparativamente com o ano transato, que se havia situado nos 91,93%. Relativamente ao montante não executado no agrupamento das aquisições de bens e serviços, tal ficou a dever-se essencialmente ao facto de a fonte de financiamento 212 –

FEDER – PO fatores de competitividade, que dispunha de uma dotação no montante de, aproximadamente, 222 mil euros não ter apresentado qualquer execução financeira e à não execução de algumas despesas previstas, nomeadamente, 36.000 € do contrato celebrado em dezembro com a Agência de Viagens, cerca de 16 mil euros para a instalação do sistema de Wi-Fi e 10.332 € da fatura da prestação de serviços referente aos trabalhos efetuados de manutenção Ativa e Proactiva da Plataforma de Gestão Documental GESCOR, a qual só viria a dar entrada em 2017. Por outro lado, no que diz respeito ao agrupamento das aquisições de bens de capital, há a referir que cerca de 222 mil euros diziam respeito ao novo sistema de gestão documental (cujo processo aquisitivo por parte da SGME sofreu algum atraso) e cerca de 28.000 € relativos à aquisição de *software* que não chegou a efetuar-se.

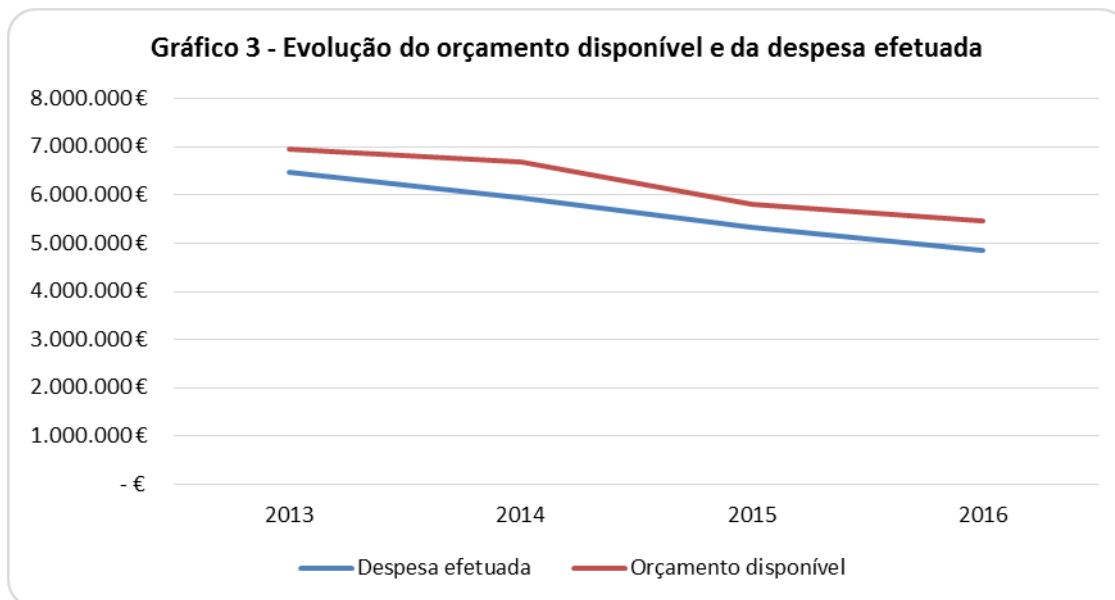
Como se poderá verificar no gráfico 3, o orçamento disponível da DGAE tem vindo a decrescer significativamente desde 2013, o mesmo acontecendo com a despesa realizada.

#### Quadro XII – Comparação do orçamento disponível e da despesa efetuada entre 2015 e 2016

Unidade: Euro

GRUPOS DE DESPESA	Disponível		Executado	
	Desvio (2016-2015)	%	Desvio (2016-2015)	%
Despesas com pessoal	-710.638,00	-15,43%	-452.057,77	-10,40%
Aquisição de bens e serviços	203.729,00	18,82%	818,86	0,09%
Juros e outros encargos	450,00	900,00%	0,11	1,04%
Transferências correntes	-1.677,00	-9,93%	-152,64	-0,99%
Outras despesas correntes	-4.464,00	-21,77%	-4.680,06	-42,43%
Aquisições de bens de capital	180.020,00	238,60%	-38.648,78	-89,12%
<b>Total</b>	<b>-332.580,00</b>	<b>-5,73%</b>	<b>-494.720,28</b>	<b>-9,28%</b>

Fonte: SGME



### *2.3 Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano de Atividades*

No âmbito da persecução dos seus objetivos, a DGAE tinha inscrito no seu Plano de Atividades para 2016 um conjunto de atividades, a realizar pelas diversas Unidades Orgânicas e pelos serviços de apoio, relativamente às quais há que aferir da sua realização e dos resultados alcançados.

Por outro lado, durante o ano, houve a necessidade de realizar outras atividades que não tinham sido previstas (e que, como tal, não constavam do referido Plano) de modo a ser possível corresponder a solicitações de diversa índole ou a orientações que foram dirigidas à DGAE pela Tutela.

Uma parte significativa de todas essas atividades contribuiu decisivamente para o cumprimento dos objetivos constantes do QUAR da DGAE, enquanto outras, embora possam não estar traduzidas nesses objetivos, foram essenciais para o desempenho dos serviços.

### **2.3.1. Projetos e atividades no âmbito do Programa SIMPLEX+ 2016**

No Plano de Atividades de 2016 estavam previstas determinadas atividades no âmbito do Programa SIMPLEX+2016 em que a DGAE participava como entidade coordenadora ou colaborante, em relação às quais é feito o respetivo ponto de situação, sem prejuízo de, na parte respeitante às atividades desenvolvidas pelas Unidades Orgânicas, poder ser feita a referência a estas atividades.

- **Medida “Abrir um restaurante” (Medida #23)**

Ministério responsável: Ministério da Economia

Descrição da medida: Disponibilizar *online*, no Portal de Cidadão, um guia para a instalação e exploração de estabelecimentos de restauração e bebidas, contendo toda a informação relevante, incluindo em matéria fiscal, designado “Guia da Restauração”.

Prazo de implementação previsto: 4.º Trimestre de 2016.

Ponto de situação: A DGAE concluiu, em 31-10-2016, os trabalhos de elaboração do Guia da Restauração, devendo o mesmo ser objeto de um folheto que será preparado por uma entidade externa à DGAE especializada em matéria de comunicação, que será contratada para esse efeito.

- **Medida “Balcão do Empreendedor +” (Medida #58)**

Ministério responsável: Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa, em colaboração, nomeadamente com o Ministério da Economia.

Descrição da medida: Disponibilizar progressivamente processos de licenciamento de acesso e de exercício de atividades económicas no Balcão do Empreendedor, garantindo a utilização de *webservice* para a integração dos processos nas aplicações das entidades que os tramitam, nomeadamente, e no que à DGAE diz respeito, as de prestamistas, leiloeiras e outros previstos

no regime jurídico das atividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR), prevendo-se que, até maio de 2017, estejam integrados 40% dos processos.

Prazo de implementação previsto: 1.º Trimestre de 2018.

Ponto de situação: A DGAE participava apenas como entidade colaborante na implementação desta medida, tendo sido realizados diversos contactos e prestadas todas as informações solicitadas pela AMA no sentido de a operacionalizar, mas nenhum dos regimes previstos nessa medida foi integrado até ao final de 2016.

- **Medida “Informação ao Consumidor + Simples” (Medida #133)**

Ministério responsável: Ministério da Economia.

Descrição da medida: Simplificar e harmonizar as obrigações de informação ao consumidor que têm de estar afixadas nos estabelecimentos comerciais de venda de bens e/ou prestação de serviços.

Prazo de implementação previsto: 1.º Trimestre de 2017.

Ponto de situação: Foi elaborado um documento, em conjunto com a Direção-Geral do Consumidor, consolidando todas as obrigações de informação ao consumidor que têm de estar afixadas nos estabelecimentos comerciais de venda de bens e/ou prestação de serviços, tendo sido decidido pela Tutela que o trabalho fosse mais além e se procedesse a uma harmonização de todos os dígitos a afixar pelos agente económicos, trabalho que será executado em 2017.

### ***2.3.2. Atividades desenvolvidas pelas Unidades Orgânicas***

Nos quadros seguintes, apresenta-se, por Unidade Orgânica, uma síntese dos resultados alcançados em cada uma dessas atividades. Para adequada leitura desses quadros, deve ser

tida em consideração a seguinte legenda correspondente à coluna dos níveis de realização respeitante a cada atividade:

- R - Realizada
- NR - Não realizada
- T - Transferida para outra Unidade Orgânica ou para o ano seguinte
- CA - Cancelada

**QUADRO XIII**  
**ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO (DSCSR)**

Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração - DSCSR										
UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DMIS	1	Contribuir para a posição nacional relativamente a matérias em negociação, a nível comunitário, e que tenham implicações para o setor do comércio serviços e restauração.	X						R	Foram garantidos contributos em diversas áreas, nomeadamente no âmbito da Diretiva do Destacamento dos Trabalhadores, da Diretiva Acessibilidade, do Regulamento da Portabilidade, na Estratégia do Mercado Interno de Serviços e a proposta referente ao bloqueio geográfico injustificado. Foi, ainda, elaborada uma proposta para um grupo de trabalho sobre a Economia Colaborativa.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração - DSCSR**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DAP	2	Grupo de Trabalho para a resolução alternativa de litígios de consumo	X						R	Foi assegurada a participação de DGAE nas reuniões do Grupo de Trabalho da Resolução Alternativa de Litígios. Neste âmbito, foram apresentados diversos contributos nomeadamente: 1) Breve análise sobre o potencial impacto do alargamento dos centros de arbitragem ao B2B para Microempresas; 2) Breve análise sobre reclamações efetuadas junto das várias entidades reguladoras, no âmbito do Grupo de Trabalho para a Resolução Alternativa de Litígios de Consumo; 3) Proposta para definição/delimitação do setor dos transportes no contexto de um possível alargamento da arbitragem necessária a esta área; 4) Breve análise sobre o potencial impacto do alargamento dos centros de arbitragem às relações B2B
DAP	3	Grupo de Trabalho para a Gratuitidade e Reutilização de Manuais Escolares	X						R	Foi assegurada a participação de DGAE nas reuniões do Grupo de Trabalho para a Gratuitidade e Reutilização de Manuais Escolares.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração - DSCSR**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DCSR	4	Assegurar o funcionamento da Comissão de Investimentos do Fundo de Modernização do Comércio		X					R	Foi prestada assessoria ao Presidente da CI nas reuniões realizadas no ano 2016. Foram elaboradas as 22.ª, 23.ª e 24.ª Atas das reuniões da CI. Foi elaborada uma matriz de competências do FMC. Foi apresentada proposta para a integração da Restauração em projetos individuais no âmbito da sua elegibilidade no Fundo de Modernização do Comércio.
DMIS	5	Coordenação do domínio legislativo dos Serviços no âmbito da assistência mútua e cooperação entre autoridades administrativas, via IMI		X					R	Neste âmbito e de acordo com o previsto no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, foi respondido a um pedido de cooperação da Áustria, relativo a uma agência de viagens, tendo encaminhado os responsáveis da administração austríaca para a entidade nacional competente para prestar a resposta.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração - DSCSR**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DAP	6	Assegurar a participação e o contributo da DGAE na Plataforma de Acompanhamento das Relações da Cadeia Agroalimentar (PARCA)		X					R	Foi assegurada a participação da DGAE nas Reuniões Plenárias da PARCA. Ainda neste âmbito, foram produzidos vários contributos, designadamente sobre: 1) o alargamento do âmbito da PARCA aos produtos de grande consumo; 2) a Pergunta Parlamentar n.º 380 XIII, de 21-01-2016; 3) o Projeto de Resolução n.º 158/XII/1.ª apresentado pelo CDS-PP, onde se recomendava ao Governo que fosse revisto o sistema sancionatório, indexando o valor das coimas ao volume de vendas da superfície comercial no que diz respeito a rotulagem, origem dos géneros agroalimentares e vendas com prejuízo; 4) a 4.ª reunião ministerial relativa aos mercados e preços dos produtos agrícolas, no âmbito da FAO - UN.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração - DCSR**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DCSR	7	Colaborar com a AMA na disponibilização e melhoria dos conteúdos relativos à atividade de comércio, serviços e restauração no BdE, bem como participar nos grupos de trabalho e elaboração de propostas		X					R	Os regimes das autorizações conjuntas, dos prestamistas, das leiloeiras e o processo <i>Kimberley</i> , ainda não foram desmaterializados no Balcão do Empreendedor (BdE), pelo que foi necessário elaborar e disponibilizar os formulários no BdE, capazes de acautelar os pedidos dos agentes económicos, em conformidade com os respetivos regimes jurídicos. Aguarda-se que a AMA coloque em produção estes regimes no BdE. Na COM/7/2016, foi proposta a constituição de um grupo de trabalho DGAE/AMA para monitorização do BdE e aperfeiçoamento do mesmo, tendo em conta as dúvidas colocadas pelos utilizadores do mesmo.
DCSR	8	Assegurar o tratamento célere dos processos de autorização.					X		CA	Tendo em conta que os processos de autorização se encontram autonomizados e consubstanciados nas Atividades 19, 20 e 21.
DCSR	9	Assegurar o tratamento célere dos processos de autorização conjunta.					X		R	Foram emitidas 5 (cinco) Autorizações Conjuntas de grandes superfícies comerciais/Conjuntos comerciais, no prazo médio de 40 dias.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração - DSCSR**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DAP	10	Aumentar a celeridade do processamento dos registos setoriais de comércio ao abrigo dos anteriores regimes legais.				X			R	Procedeu-se ao registo de 1.729 pedidos de inscrição no Cadastro Comercial.
DAP	11	Monitorizar e avaliar a aplicação do regime jurídico das PIRC		X					T	Esta atividade encontra-se a ser desenvolvida em parceria com a Universidade NOVA IMS. A aplicação da metodologia selecionada para condução da avaliação não permitiu concluir os trabalhos durante o ano de 2016, tendo sido necessário transferir a conclusão desta atividade para o ano de 2017.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração - DCSR**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DCSR	12	Assegurar a emissão de pareceres nos prazos solicitados			X				R	Contribuição para a elaboração de 54 pareceres sobre projetos de diplomas (Leis, Decretos-Lei e Portarias), de RCM, de Despachos, de Despachos de Laboração Contínua, de pedidos de Relevante Interesse Público, de Perguntas Parlamentares, bem como apreciação de exposições apresentadas a S. Exa. o ME e pontos de situação relacionados com as atividades de serviços e preços, no prazo médio de 3,5 dias. Destes 54 pareceres, apenas 4 não tinham data-limite e a taxa de cumprimento dos restantes foi de 100% para 44 pareceres, tendo sido superada em 5 situações e não cumprida em uma. Foi ainda elaborado um contributo para intervenção pública de S. Exa. o ME.
DCSR	13	Encerrar os projetos MODCOM suspensos, da sequência das indicações do DCIAP					X		NR	Não foram encerrados os 79 projetos MODCOM suspensos, em virtude de não terem sido concluídas as investigações criminais em curso pelo DCIAP e pelos DIAP de Setúbal e do Porto.
DCSR	14	Reduzir o prazo legal para emissão do parecer especializado de projetos do Comércio Investe, em 3					X		R	Emissão de 14 pareceres especializados de projetos COMÉRCIO INVESTE, no prazo médio de 2,14 dias.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração - DSCSR**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
		dias								
DCSR	15	Assegurar a celeridade na resposta aos agentes económicos no âmbito das atividades de comércio, serviços e restauração.					X		R	Foi dada resposta a 44 pedidos de informação por parte de agentes económicos. O tempo médio de resposta foi de 4,17 dias.
DCSR	16	Assegurar a qualidade das propostas de medidas de política setorial, de iniciativas legislativas e dos pareceres emitidos pela unidade orgânica		X					R	Foram emitidas 15 propostas de medidas de política setorial e de iniciativas legislativas, com a qualidade exigida. O tempo médio de resposta foi de 3,5 dias.
DAP	17	Melhorar a qualidade e atualização da informação disponibilizada sobre o setor do comércio		X					T	Esta atividade encontra-se dependente da conclusão do projeto do Cadastro Único Empresarial. Uma vez que o referido projeto não se encontra concluído, mostra-se necessário transferir esta atividade para o ano de 2017.
DAP	18	Executar o protocolo DGAE/DGAV, competindo à DGAE disponibilizar dados do Cadastro Comercial		X					T	Esta atividade encontra-se dependente da conclusão do projeto do Cadastro Único Empresarial. Uma vez que o referido projeto não se encontra concluído, mostra-se necessário transferir esta atividade para o ano de 2017.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração - DCSR**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
			Eficácia		Eficiência			Qualidade			
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6			
DCSR	19	Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime da atividade prestamista						X		R	Foram apreciados e emitidas 28 Autorizações de Atividade Prestamista, no prazo médio de 3 dias.
DCSR	20	Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo novo regime do sistema de certificação do processo <i>Kimberley</i>						X		R	Foi feita a apreciação e emitidas 10 licenças de Autorização de Importação e Exportação de Diamantes em bruto, no prazo médio de 1 dia.
DCSR	21	Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime da atividade leiloeira						X		R	Foram apreciados e emitidas 65 Autorizações de Atividade Leiloeira, no prazo médio de 1,9 dias.
DCSR	22	Representar da DGAE na Subcomissão de Regulação e Fiscalização das Substâncias Lícitas	X							R	No âmbito da Comissão Técnica para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, a DGAE integra a Subcomissão de Regulação e Fiscalização das Substâncias Lícitas, tendo dado o seu contributo.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração - DCSR**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
			Eficácia		Eficiência			Qualidade			
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6			
DCSR	23	Concluir a implementação de uma central de atendimento para as atividades de comércio, serviços e restauração.						X		R	Através da central de atendimento, foram prestados 4.584 esclarecimentos a agentes económicos, autarquias e pessoas individuais, relativamente ao novo Regime Jurídico das Atividades de Comércio, Serviços e restauração (RJACSR).
DCSR	24	Elaborar um Plano de Formação dirigido aos Municípios, no âmbito da implementação do RJACSR		X						R	Foram realizados dois Seminários de capacitação de Interlocutores do RJACSR, um na CIM Oeste e outro na AMAL-CIM Algarve.
DCSR	25	Assegurar a emissão de Certificados de Atividade profissional						X		R	Foram emitidos 124 Certificados comprovativos do exercício da atividade profissional como empresário, em Portugal, para as CAE 05 a 043, inclusive.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração - DSCSR**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DAP	26	Assegurar o funcionamento observatório da cadeia de valor agroalimentar	X						R	Foi assegurada a participação da DGAE no âmbito do Observatório da Cadeia de Valor Agroalimentar. Ainda neste âmbito, foram assegurados contributos: 1) Destinados a assessorar o Gabinete do Sr. Ministro da Economia no âmbito dos trabalhos desenvolvidos pelo Observatório da Cadeia de Valor; 2) Respeitantes ao projeto de resolução n.º 158/XIII/1.º que recomenda ao Governo a criação de um Observatório de preços da carne de suíno; 3) Análise e parecer sobre o relatório intermédio apresentado pela ADISEGI à Direção-Geral da Consumidor no âmbito do "Estudo sobre a Transparência na Cadeia de Valor Agroalimentar"
DAP	27	Assegurar a representação da DGAE no Conselho Superior de Estatística	X						R	Foi assegurada a representação da DGAE junto do Conselho Superior de Estatística, nomeadamente no Grupo de Trabalho para as Classificações Económicas e Sociais.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração - DCSR**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DAP	28	Assegurar a representação da DGAE na Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI)	X						R	Foi assegurada a participação da DGAE na CPAI. Ainda neste âmbito, foi assegurada a produção de 7 declarações de voto relativas aos seguintes projetos de interesse nacional: 1) Tejo Project; 2) Transportes São Luís; 3) Celbi; 4) Solar Transparency; 5) W Algarve; 6) Paulo Antunes; 7) Hilodi.
DAP	29	Assegurar a representação da DGAE na Comissão Consultiva para a Certificação de Produtos Tradicionais (CCCPAT)	X						R	Foi assegurada a participação da DGAE na CCCPAT e elaboradas duas declarações de voto sobre certificação: 1) das produções tradicionais do “Bordado de Tibaldinho” e do “Bordado de Castelo Branco”; 2) da produção tradicional do “Traje à Vianense - Viana do Castelo”.
DCSR	30	Efetuar a revisão das listas de obrigações de informação a prestar aos consumidores, conjuntamente com outros organismos do Ministério da Economia, tendo em vista a sua simplificação e harmonização.	X						R	No âmbito da Medida 133 do SIMPLEX + e em conjunto com a Direção-Geral do Consumidor, foi elaborado um documento que compila todas as obrigações de informação ao consumidor que têm de estar afixadas nos estabelecimentos comerciais de venda de bens e/ou prestação de serviços.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração - DSCSR**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DMIS	31	Apoiar a área internacional da DGAE, nomeadamente, contributos para intervenção externa na área dos serviços	X						R	Foram efetuados contributos para o OCDE Economic Survey Portugal e prestada colaboração no âmbito de um projeto de avaliação de impacto concorrencial da AdC-OCDE.
DAP	32	Prosseguir o registo de todos os estabelecimentos, nomeadamente, recuperação dos registos atrasados, na BD da Restauração e Bebidas.			X				R	Procedeu-se ao registo de 9.939 estabelecimentos de restauração e bebidas. No final de 2016 encontravam-se ainda pendentes 15.662 registos pelo que se mostra necessário dar continuidade a esta atividade em 2017.
DCSR	33	Acompanhar a implementação do novo Regime Jurídico de Acesso às Atividades de Comércio Serviços e Restauração (RJACSR)		X					R	Para além das medidas que constam das Atividades n.ºs. 23 e 24, procedeu-se à atualização do Guia RJACSR, com as principais FAQ, foi implementada uma caixa de correio própria "rjacsr.apoio", que deu resposta por escrito a 789 pedidos de esclarecimento por parte de agentes económicos, associações, autarquias e pessoas singulares. Foi ainda efetuado o levantamento dos principais constrangimentos na aplicação do regime e procedeu-se à interpretação de artigos do mesmo.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração - DCSR**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DCSR	34	Emitir pareceres relativos a diplomas relacionados com atividades de comércio, serviços e restauração			X				R	Esta Atividade já está contemplada na Atividade 12.
DAP	35	Negociar e acompanhar a Convenção de preços aplicável aos manuais escolares do ensino básico e secundário		X					R	Foi assegurada a representação da DGAE no processo de negociação da Convenção de Manuais Escolares, que veio a ser celebrada em 20-03-2016. Ainda neste âmbito, foi efetuada: 1) a validação dos preços máximos dos manuais escolares para o ano letivo de 2016/2017 e para o ano letivo de 2017/2018; 2) a análise ao cumprimento da Convenção de Preços dos Manuais Escolares para o ano letivo de 2016/ 2017.
DAP	36	Negociar e acompanhar a Convenção referente ao tarifário do Serviço de Transporte de Passageiros em Táxi		X					T	Foi assegurada a condução do processo de negociação da Convenção de Preços referente aos Serviços de Transporte de Passageiros em Táxi. Não tendo sido possível chegar a acordo relativamente à celebração de uma nova Convenção, mostra-se necessário que esta atividade seja transferida para 2017.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração - DSCSR**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DCSR	37	Produzir o Guia de apoio à instalação de estabelecimentos de restauração e bebidas		X					R	No âmbito da Medida 23 do SIMPLEX +, "Abrir um restaurante", foi elaborado o Guia para a instalação e exploração de estabelecimentos de restauração e bebidas.
DAP	38	Formação						X	R	Verificou-se a participação em ações de formação relevantes para o desenvolvimento das suas competências dos técnicos da Direção de Serviços, entre elas: "Programa de formação avançada para a negociação europeia; Workshop "Competition and regulatory trends in digital markets"; Seminário "Reforms driving Recoveries"; Conferência "Passaporte Serviços" da Comissão Europeia.
DMIS	39	Coordenar o procedimento de notificações no âmbito do Sistema de Informação do Mercado Interno (IMI)		X					R	Foi elaborada uma proposta legislativa com vista a reforçar o procedimento de notificação, foram analisadas juridicamente diversos diplomas, a fim de detetar requisitos passíveis de notificação, foram efetuadas 4 notificações, foram dadas resposta a vários pedidos de esclarecimento da COM e foram recebidas 118 notificações de outros EM.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração - DSCSR**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DMIS	40	Assegurar a Adaptação dos Projetos de Diploma à Diretiva Serviços		X					R	Sobre esta temática, foram emitidos pareceres relativos a projetos de diploma nos prazos solicitados pela tutela
DMIS	41	Promover a representação da DGAE nas estruturas nacionais e europeias no âmbito do Mercado Interno de Serviços	X						R	Assegurada a participação no Workshop interministerial Estratégia do Mercado Interno de Serviços, bem como no workshop sobre o bloqueio geográfico injustificado
DMIS	42	Promover a colaboração com outros EM no âmbito da definição de políticas públicas com impactos no aprofundamento do Mercado Único de Serviços		X					R	Foi elaborado um <i>Non-Paper on the Single Market Strategy – PT/IT</i> , apresentado em Conselho de Competitividade de 28-11-2016, por S. Exa. o Secretário de Estado Adjunto e do Comércio.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração - DSCSR**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DMIS	43	Assegurar a transposição de diretivas e a execução de regulamentos relativos ao comércio, serviços e restauração e promover a sua aplicação a nível nacional;		X					R	Foi analisado o "Processo por incumprimento NIF 2013/2176 – transposição da Diretiva 2005/29/CE por Portugal", em que foram solicitados esclarecimentos no âmbito da transposição para o ordenamento interno da Diretiva 2005/29/CE, relativa às práticas comerciais desleais das empresas face aos consumidores no mercado interno, o Projeto diploma que transpõe a Diretiva n.º 2014/54/EU, a Proposta de DL dos Ascensores que transpõe a Diretiva 2014/33/EU, a Lei que transpõe a Diretiva n.º 2013/55/UE. Foram também dados contributos para um pedido de observações da Comissão Europeia relativo ao "Processo EU PILOT 8750/16/TAXU - Tributação das atividades de jogo e a sua conformidade com a livre prestação de serviços.
DMIS	44	Assegurar o cumprimento dos procedimentos relativos ao exercício da atividade económica dos feirantes no âmbito da Lei 27/2013 de 12 de abril					X		R	Foram enviados 51 comprovativos e efetuados 5.248 registos no <i>webuild</i> .

**QUADRO XIV**  
**ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS PARA A POLÍTICA EMPRESARIAL (DCSR)**

Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração - DCSR										
UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DCSR	1	Assegurar a representação da DGAE no âmbito da Comissão para a revitalização do Comércio Local de Proximidade	x						R	A DGAE esteve representada numa reunião.
DAP	2	Assegurar a representação da DGAE no Grupo de Trabalho da Informação Empresarial Simplificada (IES)	x						R	Foi assegurada a participação da DGAE no Grupo IES.
DAP	3	Assegurar a representação da DGAE no Grupo de Trabalho IVA da Restauração	x						R	Foi assegurada a participação da DGAE no Grupo de Trabalho do IVA para a restauração.
DAP	4	Projeto de avaliação de impacto concorrencial OCDE - AdC	x						R	Foi assegurada a participação da DGAE no Projeto de avaliação de impacto concorrencial OCDE-AdC

**QUADRO XV**  
**ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (DSSE)**

Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Sustentabilidade Empresarial - DSSE											
UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
			Eficácia		Eficiência			Qualidade			
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6			
DDS	1	Participar nas reuniões inerentes às funções de organismo competente para a atribuição do Rótulo Ecológico da União Europeia (REUE), bem como analisar as candidaturas do Rótulo Ecológico da União Europeia - Produtos e Serviços	X		X			X	X	R	Foi assegurada a participação da DGAE nas 9 reuniões realizadas no âmbito do Rótulo Ecológico (3 do Fórum dos Organismos competentes, 3 do Grupo de Trabalho REUE e 3 do Comité Regulamentador do REUE). Foram celebrados 5 novos contratos para utilização do Rótulo Ecológico (3 para produtos - tintas e 2 para serviços de alojamento - Hotéis), tendo transitado 8 processos para 2017, que se encontravam em análise.
DDS	2	Elaborar o plano de comunicação para o Rótulo Ecológico da União Europeia para os Produtos e Serviços		X					X	T	O Plano de Comunicação foi elaborado, mas por falta de recursos humanos afetos à unidade, que permitissem uma correta e eficaz resposta a um eventual aumento das solicitações, a sua implementação transitou para 2017.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Sustentabilidade Empresarial - DSSE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
			Eficácia		Eficiência			Qualidade			
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6			
DDS	3	Participar em iniciativas e ações relevantes para a sustentabilidade empresarial, assim como apoio à área europeia e internacional da DGAE neste domínio.		X	X				X	R	Foi assegurada a participação da DGAE na reunião anual do Grupo de Alto Nível da UE, sobre Responsabilidade Social, bem como no Grupo de Trabalho da Conduta Empresarial Responsável da OCDE, em 3 das 4 reuniões realizadas, constituindo esta participação parte fundamental no conhecimento das melhores práticas europeias e internacionais, para posterior proposta de Políticas Públicas sobre este tema, nomeadamente na elaboração do Plano Nacional de Ação, ou na revisão do Ponto de Contacto Nacional.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Sustentabilidade Empresarial - DSSE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DDS	4	Assegurar a participação da DGAE nos diversos Grupos e Redes relativos à Responsabilidade Social das Empresas (RSE)	X	X					R	Foi assegurada a participação da DGAE na Rede de Responsabilidade Social das Organizações (RSO PT), nas 7 reuniões realizadas, (em duas foi a DGAE o anfitrião da Rede) cujo resultado será um manual/brochura sobre a importância de/como elaborar um Código de Ética e de Conduta dirigido às organizações, mas em particular às PME. Assegurou-se ainda o reforço da parceria com o Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE) tendo participado em diversas reuniões e eventos sobre o tema Responsabilidade Empresarial, Social e Direitos Humanos - Prémio Voluntariado Jovem, Carta da Diversidade, Capitalismo Consciente, Grupo Sectorial da Responsabilidade Social das Entidades Públicas.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Sustentabilidade Empresarial - DSSE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
			Eficácia		Eficiência			Qualidade			
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6			
DDS	5	Assegurar as funções de Ponto de Contacto Nacional - Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais	X	X		X			X	R	Foi assegurada a participação da DGAE na reunião/fórum anual dos PCN em Paris, na OCDE, bem como na reunião de <i>Capacity building</i> dos PCN, em Varsóvia. Foram ainda asseguradas as funções da DGAE enquanto um dos organismos responsáveis pelo PCN em Portugal, em parceria com a AICEP.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Sustentabilidade Empresarial - DSSE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DDS	6	Assegurar o acompanhamento e execução dos Planos Nacionais relativos à Violência Doméstica, Tráfico de Seres Humanos, Igualdade e Direitos Humanos.		X		X			R	No âmbito da representação do ME na Comissão Nacional dos Direitos Humanos, a DGAE participou em 7 das 9 reuniões realizadas em 2016. Sob orientação de S. Exa. a Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, registou-se a participação nas seguintes reuniões: uma sobre Tráfico de Seres Humanos, uma outra sobre Violência Doméstica, e ainda uma terceira sobre discriminação racial. No quadro do Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica, verificou-se a participação em mais 3 reuniões sobre Violência Doméstica e compromissos nacionais face a organizações internacionais. Participação, ainda em 3 reuniões que tiveram lugar em 2016 no âmbito do Alto Comissariado para as Migrações. No quadro dos compromissos desta DGAE nos diversos Planos Nacionais, verificou-se uma participação ativa, tendo sido entregues os nossos contributos atempadamente e cumprido com o acordado em reuniões multiministeriais.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Sustentabilidade Empresarial - DSSE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
			Eficácia		Eficiência			Qualidade			
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6			
DDS	7	Realizar um fórum de divulgação sobre a responsabilidade social das empresas		X				X		R	Foi organizada pela DGAE, em novembro de 2016, em parceria com o GRACE, e em colaboração com o ISCSP, a Conferência «Sustentabilidade Empresarial: Desafios e Oportunidades», cuja elevada adesão de participantes e variada temática abordada pelos oradores convidados, valorizaram e prestigiaram a atuação da DGAE, designadamente, pelo reconhecimento positivo que veio a merecer por parte de entidades externas, no domínio da Responsabilidade Social.
DDS	8	Elaborar o Plano de Ação Nacional sobre a Responsabilidade Social das Empresas		X						R	Foi elaborado o "Plano Nacional de Ação para a Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos", entretanto submetido a consulta para contributos por parte dos outros Ministérios envolvidos na sua implementação e desenvolvimento. Espera-se a sua aprovação pela Tutela e publicação em RCM em 2017.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Sustentabilidade Empresarial - DSSE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
			Eficácia		Eficiência			Qualidade			
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6			
DDS	9	Representar o ME nos Grupos de Trabalho relativos às Alterações Climáticas, nomeadamente no âmbito da ENAAC	X			X			X	R	A DGAE, enquanto responsável pelo Grupo de Trabalho Economia, no âmbito da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (EN AAC), criou três subgrupos de trabalho para um mais eficaz e eficiente levantamento e acompanhamento destas questões ao nível setorial - Subgrupo Turismo, Subgrupo Indústria e Subgrupo Comércio e Serviços. A DGAE participou no Grupo Coordenação ENAAC (dirigido pela APA) nas 3 reuniões realizadas em 2016. Foi levada a cabo uma apresentação junto dos operadores e associações nacionais sobre a ENAAC, que serviu como ponto de partida dos trabalhos, com vista a calendarizar e estipular as diferentes atividades a desenvolver. Foi elaborado o primeiro relatório preliminar intercalar, no final de 2016, continuando os trabalhos para 2017.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Sustentabilidade Empresarial - DSSE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
			Eficácia		Eficiência			Qualidade			
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6			
DDS	10	Representar o ME nos Grupos de Trabalho relativo ao Comércio de Emissões	X						X	R	Participação em 4 reuniões do Grupo Ambiente (tendo havido mais reuniões do Grupo Ambiente, ao longo de 2016, foram selecionadas aquelas onde foi debatida a revisão da Diretiva sobre Comércio Europeu de Licenças de Emissões de Gases com Efeito de Estufa - CELE). Participação em reuniões com outros organismos do ME sobre o CELE, para consolidação da posição do ME, bem como com a DGAE/MNE e a APA, na tentativa de consensualizar a posição nacional. Procurou-se de forma assertiva defender o que foi considerado serem os interesses das atividades económicas nacionais neste contexto, tendo-se procurado a validação política junto da Tutela para temas cujo entendimento com o Ministério do Ambiente nem sempre foi consensual.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Sustentabilidade Empresarial - DSSE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DDS	11	Assegurar a gestão dos dossiers do pacote Energia/Clima nos planos nacional e europeu.		X	X				R	Participação nas 3 reuniões do Grupo de Trabalho Temático sobre Energia e Clima, no quadro do Compromisso para o Crescimento Verde. Acompanhamento da temática na perspetiva das atividades económicas, nomeadamente das Indústrias Intensivas de Energia. Participação em reunião do Quadro Estratégico da Política Climática (QEPIC), como elemento enquadrador da ENAAC, mas igualmente como fonte de conhecimento e informações a analisar no contexto das atividades económicas.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Sustentabilidade Empresarial - DSSE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DDS	12	Dinamizar e promover a Eco-Inovação no âmbito do ME e proceder ao acompanhamento das questões relacionadas com as compras públicas ecológicas	X	X					R	Participação na Coligação para o Crescimento Verde, no Grupo de Trabalho sobre Compras Públicas Ecológicas. Como organismo competente para o Rótulo Ecológico, procedemos à sua promoção e divulgação no quadro das competências deste GT temático das Compras Públicas. Foi ainda analisada a proposta de legislação sobre a Estratégia de Compras Públicas Ecológicas 2020 [projeto de diploma (RCM 137/2016) de 28 de março de 2016] bem como sobre a nona alteração ao Código dos Contratos Públicos.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Sustentabilidade Empresarial - DSSE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
			Eficácia		Eficiência			Qualidade			
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6			
DEC	13	Assegurar o acompanhamento do Plano de Ação da UE sobre Economia Circular e a criação de um grupo de reflexão composto por representantes dos organismos do ME sobre esta temática.	X	X					X	R	A criação do grupo de reflexão teve que ser abandonada por manifesta insuficiência de recursos humanos. No entanto, a DGAE assegurou o acompanhamento do Plano de Ação da UE sobre a Economia Circular, nomeadamente das alterações às diretivas que se encontravam a ser negociadas, e produziu contributos para consolidar a posição nacional nas matérias de gestão de resíduos, fertilizantes, composto e reciclagem de produtos. Participação, também, na reunião de coordenação realizada no MNE, sobre Economia Circular, no Seminário sobre financiamento da Economia Circular, e no Fórum dos Resíduos; Assegurada a participação da DGAE no II Congresso Nacional da Groquifar, no dia Europeu da reciclagem de pilhas, no XIV encontro anual da rede Valor Pneu, no evento de apresentação do prémio INOV Ação da ValorPneu, e ainda no Workshop organizado pela Smart Waste Portugal. De registar ainda a visita ao CRecAborCiclo de Vida, no LNEG.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Sustentabilidade Empresarial - DSSE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
			Eficácia		Eficiência			Qualidade			
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6			
DEC	14	Elaboração de procedimentos para registo das matérias fertilizantes		X	X			X		R	Foi aprovado o procedimento para registo dos fertilizantes, o qual está a ser implementado desde 1 de setembro, com o objetivo de imprimir maior celeridade e simplificação à análise dos processos com pedido de registo para colocação no mercado de matérias fertilizantes não harmonizadas.
DEC	15	Assegurar a análise e a decisão sobre pedidos relativos ao registo de matérias fertilizantes.		X				X		R	Dos 233 pedidos efetuados em 2016, foram atribuídos 149 novos registos, foram indeferidos ou aguardavam informação complementar 95 e, no final do ano, estavam em análise 26 processos. Foram igualmente atribuídas 17 autorizações e indeferida uma autorização ao abrigo da Portaria n.º 1322/2006, de 24 de novembro.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Sustentabilidade Empresarial - DSSE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DEC	16	Assegurar a gestão dos dossiers dos fertilizantes.		X		X	X		R	Foi assegurada a participação da DGAE em 10 das 11 reuniões realizadas no âmbito da negociação em curso do Regulamento 2003/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de outubro - matérias fertilizantes. Foi igualmente assegurada a participação na única reunião do GT Adubos e na reunião do Comité de Regulamentação dos Adubos.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Sustentabilidade Empresarial - DSSE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
			Eficácia		Eficiência			Qualidade			
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6			
DEC	17	Assegurar o co licenciamento das entidades gestoras nos diversos Sistemas Integrados de Gestão de Resíduos	X	X				X		R	Foram apresentadas diversas propostas de alteração legislativa e participação nas reuniões de coordenação entre os Gabinetes dos Secretários de Estado da Economia e do Ambiente. Foi ainda iniciada a análise de um caderno de encargos, apresentado em novembro, pela AMB 3 E para gerir o SIGRE. Foram analisadas diversas propostas de alteração das licenças do SIGRE e do SIGREEE e foram elaborados pareceres sobre as diferentes propostas enviadas pelo Ambiente. Participámos em diversas reuniões de coordenação entre Gabinetes de SEA Economia e do Ambiente, para articulação desta matéria. As alterações legislativas, bem como as novas licenças e o despacho de contrapartidas financeiras a entrar em vigor no dia 1 de janeiro de 2017, foram publicados no decurso de novembro de 2016.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Sustentabilidade Empresarial - DSSE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DEC	18	Assegurar o acompanhamento da atividade desenvolvida pelas entidades gestoras dos vários fluxos específicos de resíduos		X	X				R	Foi elaborado um Projeto de Protocolo no sentido de agilizar procedimentos e operacionalizar a troca de informação entre a DGAE e a APA, no âmbito do acompanhamento da atividade das entidades gestoras de fluxos. Com a publicação das alterações legislativas operadas no pacote SIGRE, foi estatuída novamente a criação da CAGER com uma estrutura distinta da anterior e com mais competências na área dos mecanismos de alocação e de compensação, organismo que deverá estar a funcionar em janeiro de 2017. Para além disso, foram analisados oito relatórios de atividades de diferentes entidades gestoras dos fluxos específicos de resíduos, foi elaborado parecer sobre a candidatura de uma terceira entidade gestora ao SIGREEE, bem como sobre um conjunto de relatórios intercalares que foram apresentados trimestralmente por cada uma das entidades gestoras, de acordo com as respetivas licenças.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Sustentabilidade Empresarial - DSSE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DEC	19	Apoio à área europeia e internacional da DGAE, com contributos para intervenção externa na área da economia circular, nomeadamente através do acompanhamento da Diretiva Resíduos de construção e demolição		X	X				R	Foram elaborados contributos no âmbito do acompanhamento das diretivas resíduos, resíduos de embalagens, aterros, REEEs, Pilhas e Acumuladores, Veículos em Fim de Vida, construção e demolição, todas em negociação incluídas no Plano da Economia Circular. Foram elaborados contributos no âmbito das alterações legislativas decorrentes da diretiva RoHS.
DEC	20	Assegurar o acompanhamento do dossier sobre a Coligação para o Crescimento Verde.	X	X					R	Foi assegurada representação da DGAE na 6.ª reunião da Coligação CV, onde foi apresentada por S. Exa. o Ministro do Ambiente a plataforma Eco.Nomia cuja apresentação pública ocorreu posteriormente a 21 de outubro. De registar também a participação nas quatro reuniões do GT Temático dos Resíduos em 7 de abril, 31 de maio, 29 de setembro e 6 de dezembro, em sistema de coordenação com a APA e o Secretariado Executivo da Coligação para o Crescimento Verde.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Sustentabilidade Empresarial - DSSE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DEC	21	Assegurar a representação do ME no Conselho Consultivo da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos e no Conselho Tarifário da ERSAR.	X	X					R	Foi assegurada a participação nas reuniões do Conselho Consultivo, respetivamente em 15 de abril e 6 de outubro, nas quais estiveram fundamentalmente em causa a discussão da alteração de uma das normas do Regulamento Tarifário dos resíduos (art.º 49.º) e também o documento complementar ao regulamento tarifário, que pretende constituir uma ferramenta de auxílio ao reporte das entidades gestoras à ERSAR no que respeita às contas reguladas.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Sustentabilidade Empresarial - DSSE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
			Eficácia		Eficiência			Qualidade			
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6			
DEC	22	Participar em iniciativas e ações relevantes para a Economia Circular, nomeadamente no GT da Lamas, na Comissão Nacional de Transporte de Mercadorias Perigosas entre outros	X			X			X	R	A pedido da DGADR, foram dados contributos para a elaboração de procedimentos no âmbito do GT das Lamas e assegurada a participação em 3 reuniões. De registar, também, a participação nas 56.ª e 57.ª reuniões plenárias da Comissão Nacional de Transporte de Mercadorias Perigosas, respetivamente em 1 de junho e 12 de outubro. Garantida a representação da DGAE no GT do diploma ABS (Acesso aos Recursos Genéticos), tendo sido analisados e elaborados pareceres sobre esta temática que que passou a ser acompanhada desde a reunião de 12 de abril.
DEC	23	Assegurar a representação do ME no Conselho Consultivo da Autoridade Marítima Nacional.	X							T	Participação na 1.ª reunião deste CC em 9 de março no decurso da qual foram decididos vários processos de contraordenação ambiental para os quais a DGAE foi chamada a pronunciar-se, mas por decisão superior esta matéria passou a ser acompanhada pela DSPE, desde setembro de 2016.

**QUADRO XVI**  
**ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (DSSE)**

Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Sustentabilidade Empresarial - DSSE										
UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DEC	1	Participação no Grupo de Trabalho criado pelo Despacho n.º 14415/2016, de 29 de novembro, com vista a apresentar ao Governo propostas para operacionalização do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE).	X	X					R	A DGAE representou o ME no Grupo de Trabalho criado pelo Despacho n.º 14415/2016, de 29 de novembro, que iniciou funções em 5 de dezembro, com a finalidade de apresentar um conjunto de propostas, até 31 de dezembro, sobre o SIGRE. Essas propostas foram remetidas aos Gabinetes de S. Exas. os Secretários Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente.

**QUADRO XVII**  
**ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS PARA A POLÍTICA EMPRESARIAL (DSPE)**

Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Política Empresarial - DSPE										
UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
			Eficácia		Eficiência					Qualidade
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5			OB6
DPE	1	Dinamizar a implementação em PT da Iniciativa Europeia Small Business Act (SBA) para a Europa, decorrente da nossa participação nos trabalhos desta iniciativa a nível da U.E		X		X			R	Participação nas reuniões SHERPAS, realizadas em Bruxelas, em 16 e 17 de fevereiro e em 27 de maio. Participação nas reuniões da Rede SME Envoys realizadas em 1 de abril, em Amsterdão, em 16 e 17 de junho, em Liubliana, e em 6 e 7 de outubro, em Bruxelas. Em 24 de novembro em Bratislava no âmbito da Assembleia das PME 2016. Preparação dos respetivos dossiês de apoio ao SHERPA e SME Envoy. Realização, em 6 de dezembro, da 3ª Reunião do Comité de Acompanhamento SBA. Tarefas desenvolvidas no âmbito da preparação da 3.ª reunião do Comité de Acompanhamento do SBA. Foi realizada uma reunião com o GEE/ME (Gabinete de Estratégia e Estudos/Ministério da Economia) e Consultor da Comissão Europeia com vista à elaboração das <i>fact sheet SBA 2016</i> .

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Política Empresarial - DSPE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DPE	2	Assegurar a representação nacional no âmbito da U.E, no Subgrupo EPG Política de Inovação	X			X			R	Preparação dos dossiês e participação nas reuniões do EPG Inovação de 16 de junho e 28 de novembro, ambas em Bruxelas.
DPE	3	Assegurar a representação nacional no âmbito da U.E, no Grupo da Cooperação Industrial Euromed	X			X			R	Preparação de dossiê e participação na reunião EUROMED que teve lugar em Bruxelas em 23 fevereiro.
DPE	4	Representação nacional do ME, no Comité Espaço Europeu I&I (ERAC)	X			X			R	Preparação de dossiê e participação na reunião ERAC, em Amsterdão, nos dias 14 e 15 de janeiro.
DPE	5	Representação nacional nos Grupos de Trabalho para a elaboração do Roteiro Nacional ERA (Espaço Europeu de Investigação e Inovação), privilegiando a transferência do conhecimento para as empresas	X						R	Foram desenvolvidos trabalhos neste grupo com a realização, no mês de janeiro, das 3.ª e 4.ªs reuniões, tendo havido na sequência contributo por parte da DGAE relativamente a levantamento nacional.
DPE	6	Representação da DGAE na Comissão de Acompanhamento da Agenda Portugal Digital 2020 (APD)	X						R	Realizaram-se, com a participação da DGAE, em 29 de março, a 13.ª reunião da Comissão de Acompanhamento da Agenda Portugal Digital 2020, em 30 de junho a 14.ª reunião, em 29 de setembro a 15.ª e em 15 de dezembro a 16.ª.
DPE	7	Acompanhamento do desenvolvimento e implementação das medidas no âmbito da Agenda Digital Europeia		X	X				R	Leitura e análise crítica da documentação e outros conteúdos sobre a Agenda Digital Europeia.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Política Empresarial - DSPE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DPE	8	Representação do ME no Grupo de Coordenação Informal "Future Internet Fórum" (U.E)	X			X			T	Atividade que transitou para a DSAE
DPE	9	Representação da DGAE, no Grupo de Trabalho Interministerial/Redução do Consumo de Sal	X						R	Pesquisa e análise de informação económica sobre a produção e consumo de sal, analisando as questões que se colocam ao objetivo de reduzir o valor médio de consumo de sal pela população nacional, nomeadamente as consequências para a nossa indústria de produção de sal e indústrias agroalimentares.
DPE	10	Representação nacional no Comité da Indústria, Inovação e Empreendedorismo (CIIE) (OCDE)	X			X			R	Participação nas reuniões CIIE em Paris nos dias 7 e 8 de março e 12 e 13 de outubro.
DPE	11	Representação nacional no Grupo de Trabalho das PME e do Empreendedorismo (WPSMEE) (OCDE)	X			X			R	Preparação dos dossiês e participação da DGAE no Comité WPSMEE - reunião de 7 e 8 de março e reunião de 18 e 19 de outubro, em Paris.
DPE	12	Representação como perito nacional no Projeto Benchmarking Policies for Stronger SME Performance (OCDE)	X			X			R	Assegurada a representação da DGAE na reunião de 20 de janeiro, em Paris.
DPE	13	Representação da DGAE no Advisory Board e elemento do júri na categoria Serviço/Inovação no âmbito dos Food & Nutrition Awards	X						R	Apreciação das candidaturas, com entrega de prémios em Cerimónia, em Lisboa, a 13 de outubro.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Política Empresarial - DSPE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
			Eficácia		Eficiência					Qualidade
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5			OB6
DPE	14	Reforçar o conhecimento no domínio do Acesso ao Financiamento por parte das empresas, acompanhando a implementação de Instrumentos Financeiros decorrentes dos Fundos Estruturais PT2020 e Programas/Iniciativas comunitárias		X	X				R	Elaboração de fichas relativas aos regimes de financiamento às Empresas e em particular às PME.
DPE	15	Acompanhamento das medidas de simplificação administrativa e da legislação europeia, com vista a criar um ambiente regulamentar favorável às empresas, incluindo o acompanhamento do Teste PME em Portugal (Princípio Think Small First)		X	X				R	Acompanhamento das iniciativas europeias neste domínio, pela leitura crítica da documentação disponibilizada pela Comissão Europeia. Acompanhamento e sensibilização da Tutela para a necessidade de implementar o Teste PME em Portugal.
DPE	16	Participação na Comissão Técnica no âmbito do enquadramento nacional dos Sistemas de Incentivos às empresas	X	X					T	Esta atividade transitou para a DSAE
DPE	17	Acompanhar a definição de planos e instrumentos de ordenamento do território, assegurando a preservação e expansão harmoniosa da atividade industrial.		X					R	Participação na 1.ª reunião dos Pontos Focais que apoiam a DGT - Direção Geral do Território, na alteração do PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Política Empresarial - DSPE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DPS	18	Assegurar a representação nacional nas reuniões GAN Indústria Automóvel (U.E)	X			X			NR	Apesar das diligências efetuadas pela DGAE, para Portugal integrar o Grupo de Alto Nível (GAN) GEAR 2030, a escolha dos 12 Estados membros que fazem parte do Grupo foi feita pelo Gabinete da Comissão, com base nos participantes dos anos anteriores e critérios de produção. O Gabinete do Ministro da Economia esteve envolvido, mas PT não entrou no GAN, pelo que não participou nas suas reuniões.
DPS	19	Assegurar a representação nacional nas reuniões do Comité do Aço - OCDE	X			X			R	Participação no Simpósio de Alto Nível, a 18 de abril, em Bruxelas, na Reunião do Comité do Aço, em Bruxelas, a 19 de abril, na reunião do Comité do Aço, em Paris, a 8 e 9 setembro, e no Fórum Global, em Berlim, a 16 de dezembro.
DPS	20	Assegurar a representação nacional nas reuniões GAN Indústrias Intensivas em Energia (U.E)	X			X			R	Assegurada a representação na Conferência de Alto Nível, em Bruxelas, a 15 de fevereiro e no Grupo de Alto Nível IIE - Indústrias Intensivas em Energia, na reunião realizada em Bruxelas, a 20 de junho.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Política Empresarial - DSPE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DPS	21	Representação nacional como Perito no Grupo de Trabalho para a Cultura 2015-18: Indústrias Culturais e Criativas (U.E)	X			X			R	Participação nas reuniões: 1.ª reunião, em 7 e 8 de março, 2.ª reunião em 15 e 16 junho, ambas em Bruxelas; 3.ª reunião, de 19 a 23 novembro, em Malmo. Elaboração da listagem contendo instrumentos financeiros de apoio à inovação e empreendedorismo para o Setor Cultural e Criativo (SCC) e envio à Comissão Europeia; Contributo para o GEPAC (Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais) sobre Crowdfunding4culture; contributo para o GEPAC/UNESCO sobre projetos, programas e iniciativas ligados ao SCC.
DPS	22	Acompanhamento da evolução de setores industriais/elaboração de sinopses setoriais		X					R	Início do desenvolvimento de sinopses referentes às indústrias de base florestal; indústrias culturais e criativas; indústrias da fileira do aço e do calçado.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Política Empresarial - DSPE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DPS	23	Atualização de Fichas Setoriais		X					R	Foram elaboradas e atualizadas 19 Fichas do Tecido Empresarial referentes a: Portugal e Indústrias; Indústria do Tabaco; Indústrias Alimentares e Bebidas; Indústria Têxtil e do Vestuário; Indústria do Couro e Calçado, Indústrias de Base Florestal; Indústria Petroquímica, Química e Farmacêutica; Indústria da Borracha e Plástico; Indústrias dos Produtos Minerais não Metálicos; Indústria dos Materiais de Construção; Indústrias da Fileira do Aço; Indústria de Moldes; Indústria do Equipamento Elétrico e Eletrónico; Indústria Automóvel; Indústria do Mar e Naval; Indústria do Mobiliário; Indústrias Culturais e Criativas; TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação; e Indústrias Extrativas.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Política Empresarial - DSPE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DPS	24	Atualização de Fichas de Comércio externo		X					R	Procedeu-se à elaboração e atualização de 11 Fichas de Comércio Externo relativas a: Portugal; Indústrias Alimentares e Bebidas; Indústrias Têxteis e de Vestuário; Indústrias do Couro e Calçado; Indústrias de base Florestal; Indústria Petroquímica, Química e Farmacêutica; Indústria do Tabaco; Indústria dos Produtos Minerais não Metálicos; Indústrias da Fileira do Aço; Indústrias de Equipamento Elétrico e Eletrónico e Indústrias Extrativas.
DPS	25	Atualização da Ficha de informação macroeconómica PT		X					R	Trabalho em desenvolvimento.
DPS	26	Atualização de Fichas de informação económica por NUT		X					R	Foram atualizadas 14 Fichas Regionais (NUTS II) relativas aos anos 2012 e 2013 e elaborada a Ficha com informação económica regional referente ao ano 2014.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Política Empresarial - DSPE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DPS	27	Participação em Grupos de Trabalho temáticos no âmbito da Coligação para o Crescimento Verde	X						R	GTT (Grupo de Trabalho Temático) Agricultura e Florestas foi o 1.º grupo a ser constituído tendo havido 4 reuniões em 5 abril; 17 maio; 20 setembro e 29 novembro. No GTT Cidades e Território realizou-se a primeira reunião em 22 de novembro. Em 15 de novembro a primeira reunião do GTT Indústria Transformadora e Extrativa.
DPS	28	Elaboração de Base de Dados, no contexto da ferramenta Outlook, relativa a Associações empresariais/Polos e Clusters/Living labs/Centros Tecnológicos/Centros de Incubação/Universidades		X					R	Elaborada a Base de Dados em folha de cálculo, atualizada permanentemente.
DPS	29	Representação nacional no Grupo de Peritos para as Indústrias de Base Florestal (U.E)	X			X			R	Preparação e participação nas duas reuniões do Grupo de Peritos para as Indústrias de Base Florestal que tiveram lugar no ano de 2016. Bruxelas: 20 de abril e 14 de novembro.
DPS	30	Representação do ME na Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais (PARF)	X						R	Representação da DGAE com a realização de uma reunião do Secretariado em 21 de dezembro.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Política Empresarial - DSPE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DPS	31	Apoio à representação da DGAE no Conselho Florestal Nacional	X						R	Participações: 1.ª reunião do CFN - Conselho Florestal Nacional em 8 fevereiro, 2.ª reunião em 18 agosto, 3.ª reunião em 16 novembro, Lisboa; na reunião da Secção Especializada do Ordenamento e da Gestão Florestal, criada no âmbito do CFN, em 3 de outubro.
DPS	32	Coordenação interna do processo de consulta e receção de contributos DGAE/associações empresariais		X					R	Em 2016, foram realizadas 25 consultas, em nome da DGAE.
	33	Respostas às solicitações internas à DGAE com vista à preparação de posições nacionais ME, a integrar dossiês de apoio aos representantes nacionais a nível da U.E			X				R	Foram elaboradas 206 respostas a solicitações internas.
	34	Emissão de pareceres/contributos referentes a solicitações por parte do Governo			X				R	Foram elaborados 26 pareceres
	35	Emissão de pareceres/contributos referentes a solicitações por parte de outras entidades da Administração Pública e outras entidades particulares			X				R	Foram elaborados 53 respostas a solicitações.
	36	Elaboração de contributos para a atualização do sítio Web da DGAE relativos á Política de Empresa		X					R	Foram elaborados 30 contributos para o site da DGAE.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Política Empresarial - DSPE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
			Eficácia		Eficiência					Qualidade
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5			OB6
	37	Participação em Conferências/Seminários						X	R	Instrumentos Financeiros ESIF Funds, a 18-01. Conferência Start up Go Global, a 4-02. Transformação digital das Organizações, a 18-02. Proteção dos Consumidores na Economia Digital, a 13-03. Cerimónia PME Excelência 2015 Crescimento e Competitividade, a 10-02. Financiamento Europeu para as PME e Start-ups Inovadoras, 9-03. Bolsa Empreendedorismo, 9-05. Apresentação da Estratégia Indústria 4.0, a 21-04. Semana do Empreendedorismo, em Lisboa, a 2-8 de maio. Reestruturar para Crescer, a 30-05. COMPETE 2020 ao lado do que cria valor, a 7-06. Portugal Novo Paradigma Digital, a 31-05. 4.º aniversário da EspAP, a 15-06; Capitalização e Financiamento das PME, a 28-06. Iniciativa On Going Local - Portugal 2016, a 3-10. Prémios Europeus de Promoção Empresarial - Resultados Nacionais - a 8-09. Sessão Final do Fórum para a Sociedade da Informação, a 22-11. Floresta e Sustentabilidade, a 21-03. Economia Circular, a 11-04. Indústria, Energia e Inovação, a 31-05. Startup Portugal, a 6-06. Prémio Floresta e Sustentabilidade, a 22-06. Futuro da Indústria na Europa, a 1-06. Road2WebSummit, a 21-09. Europa Criativa - Subprograma Cultura, a 6-04 e Subprograma Media, a 12-04. Ciência, Inovação e Criatividade, a 6-05. INE - Portal de Estatísticas Oficiais, a 17-06. EUROSTAT - Informação Estatística Europeia, a 3-06.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Política Empresarial - DSPE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
	38	Ações de Formação Externa						X	NR	Não foram realizadas as ações de formação que tinham sido propostas pela DS.
	39	Ações em colaboração com a Academia						X	R	Foi organizada e realizada, a 11 de novembro, em colaboração com a Academia Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa - Prof. Rui Marcelino (Almadesign), o seminário com o tema "O design como motor da Inovação".
DPS	40	GT do Açúcar	X						R	Apreciação do projeto de diploma e Reunião com a PROBEB - Associação Portuguesa das Bebidas Refrescantes não alcoólicas, em 9 de junho.

**QUADRO XVIII**  
**ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS PARA A POLÍTICA EMPRESARIAL (DSPE)**

Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Política Empresarial - DSPE										
UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
	1	Reuniões da DGAE com entidades da Administração Pública e Privada							R	Reuniões na DGAE com a Associação Técnica da Indústria do Cimento (ATIC), em 12 e 24 de abril. Reunião com a empresa AIR Liquid, em 1 de junho. Reunião com a ACEPI - Associação da Economia Digital reuniões, em 8 de junho e 17 de julho. Reunião com a Associação dos Operadores de Telecomunicações (APRITEL), em 21 de junho. Reunião com European Fruit Juice Association (AIJN), em 31 de outubro.
DPE	2	Comissão de Gestão da Certificação do LNEC							R	Participação na 8.ª reunião, no dia 14 de setembro
DPE	3	Grupo de trabalho SME Taxation Group							R	Participação na reunião, em Bruxelas, a 19 de outubro.
DPS	4	Questões Atómicas							R	Participação na reunião realizada em 18 de julho.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Política Empresarial - DSPE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DPS	5	Precusores de droga							R	Lançamento, recolha e tratamento de informação - inquérito às empresas em 3 de agosto e envio de resposta ao SICAD, em 2 setembro, no âmbito da Convenção da ONU. Elaboração de novos formulários relativos a Pedidos de Licença, Registo de Operadores e Informação sobre a Atividade Anual.
	6	Conselho Consultivo da Autoridade Marítima Nacional							R	Indicação do Diretor de Serviços como representante do Ministério da Economia.
DPS	7	Grupo Digitalização Indústria 4.0							R	Participação na Mesa Redonda sobre digitalização da Indústria, realizada em Bruxelas, em 19 de setembro.
	8	Comissão Consultiva IPAC - Instituto Português de Acreditação.							R	Participação na reunião realizada em 29 de setembro.
	9	Conselho Consultivo INFARMED							R	Participação nas reuniões realizadas em 11 de março e 14 dezembro.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços da Política Empresarial - DSPE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DPE	10	Acompanhamento de políticas e iniciativas nacionais, europeias e internacionais sobre Economia Prateada.							R	Pesquisa de informação sobre a matéria.
DPS	11	Participação no GT FLORT, no âmbito da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020)							R	Participação em duas reuniões (30 março e 3 maio) e envio de contributos ao ICNF. Participação e elaboração de questionário, a enviar aos setores industriais, no âmbito do GT ECON - Subgrupo Indústria, após a reunião de 24 de maio (este Subgrupo transitou para o IAPMEI em junho).

**QUADRO XIX**  
**ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DOS ASSUNTOS EUROPEUS (DSAE)**

Matriz de Atividades da Direção de Serviços dos Assuntos Europeus - DSAE										
UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DCAE	1	Coordenação da Intervenção do ME no quadro do Semestre Europeu	X	X	X				R	Foram enviados contributos no âmbito da coordenação da Intervenção do ME no quadro do Semestre Europeu.
DCAE	2	Contributo para Conselho Europeu na área do ME	X						R	Atividade correspondida conforme previsto, através de envio de contributos, sendo de salientar a proposta de redação acolhida para a Declaração do Conselho Europeu sobre competitividade.
DCAE	3	Preparação dos elementos de apoio para a participação ME nos Conselhos Competitividade (vertente mercado Interno e Indústria) e Energia	X	X	X				R	Atividade correspondida conforme previsto, através de envio de contributos. Para o Conselho TTE-Energia, apesar de dificuldades, o apoio foi efetivamente prestado ao Governo.
DCAE	4	Preparação dos elementos de apoio para a participação DGAE no GAN Competitividade e Crescimento	X	X	X	X			R	Participação em 4 reuniões do GAN, que tem como função preparar o Conselho de Competitividade.
DCAE	5	Coordenação e dinamização da posição ME para a área Competitividade e Crescimento	X		X				R	Atividade correspondida conforme previsto, através de envio de contributos. Participação em duas reuniões.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços dos Assuntos Europeus - DSAE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DCAE	6	Coordenação e dinamização da posição ME para a área Harmonização Técnica	X		X				R	Atividade correspondida conforme previsto, através de envio de contributos. Parte de negociações foram transferidas para o Ministério do Planeamento e Infraestruturas.
DCAE	7	Coordenação e dinamização da posição ME para questões do "Grupo Consumidores"			X				R	Atividade correspondida conforme previsto, através de envio de contributos.
DCAE	8	Coordenação e dinamização da posição ME para a área da Energia e Ambiente e Saúde			X				R	Atividade correspondida conforme previsto, através de envio de contributos. De salientar o trabalho extraordinário de apoio à Tutela, com reunião de apoio ao Gabinete do ME.
DCAE	9	Coordenação e dinamização da posição ME para a área da Fiscalidade e Serviços Financeiros			X				R	Atividade correspondida conforme previsto, através de envio de contributos.
DCAE	10	Assegurar a participação nacional: Grupo de Diretores Gerais da Política de Empresa (EPG)	X		X	X			T	No ano de 2016, a Comissão Europeia não convocou nenhuma reunião deste Grupo, sendo que, em 2017, este grupo assumirá outro formato/modelo.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços dos Assuntos Europeus - DSAE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DCAE	11	Acompanhamento, dinamização e apoio aos organismos do ME na transposição de diretivas		X	X				R	Atividade realizada, através das iniciativas proativas de mapeamento dos processos de transposição de diretivas, tanto junto dos Organismos do ME, da Tutela e junto do MNE. De salientar a intervenção proativa da DGAE no processo de transposição da Diretiva "pneus" que fez evitar a litigância da CE relativamente ao Estado Português.
DCAE	12	Acompanhamento, dinamização e apoio aos organismos do ME nos processos pré-contencioso e contencioso da UE			X				R	Atividade realizada, através das iniciativas proativas de mapeamento dos processos de transposição de diretivas, tanto junto dos Organismos do ME, da Tutela e junto do MNE.
DCAE	13	Acompanhamento, dinamização e apoio aos organismos do ME relativamente aos pedidos de esclarecimento da COM no âmbito do EU-PILOT			X				R	Atividade realizada, através das iniciativas proativas de mapeamento dos processos de transposição de diretivas, tanto junto dos Organismos do ME, da Tutela e junto do MNE.
DCAE	14	Assegurar a coordenação do ME em Matéria de Auxílios de Estado (AE)		X	X				R	Atividade correspondida conforme previsto, através de envio de contributos. De salientar a realização de uma reunião de coordenação interdepartamental ao nível do ME.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços dos Assuntos Europeus - DSAE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DCAE	15	Representação ME nas estruturas EU e PT em matérias de AE	X		X				NR	Por questões de agenda e orçamental, não foi possível assegurar a totalidade das representações no quadro do processo SAM (Modernização dos Auxílios de Estado). De registar a participação na totalidade (duas) das reuniões do High Level Forum dos Auxílios de Estado.
DCAE	16	Dinamização e coordenação do Grupo de Reflexão sobre Auxílios de Estado	X		X				R	Realizou-se uma reunião de coordenação deste Grupo de Reflexão
DCAE	17	Coordenação e dinamização da posição ME para questões dos Alargamento			X				R	Atividade correspondida conforme previsto, através de envio de contributos.
DCAE	18	Eventos internos					X		R	Foram realizados dois seminários, um sobre o Balanço da Presidência Neerlandeza e outro sobre o BREXIT.
DCAE	19	Preparação dos elementos de apoio para a participação DGAE na CIAE	X						R	Participação ativa em 10 reuniões da CIAE agendadas e realizadas.
DCAE	20	Recolha, tratamento no sistema de gestão documental e distribuição pelos técnicos da informação internacional em áreas de interesse para ME							R	Atividade realizada, consubstanciando-se em disseminação regular de informação não-institucional considerada relevante para os organismos do ME.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços dos Assuntos Europeus - DSAE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DCAE	21	Apresentação de proposta de Despacho Ministerial do Grupo de Alto Nível de Assuntos Europeus do ME	X		X	X			R	Foi elaborado e apresentado um projeto de Despacho Ministerial, não se conhecendo desenvolvimento desta proposta, por parte da Tutela. Importa salientar que se realizou uma reunião, chefiada por S. Exa o Ministro da Economia, no sentido de reforçar a coordenação e o reporte dos assuntos Europeus junto da DGAE.
DCAE	22	Relatórios/estudos temáticos		X				X	R	Foram realizados trabalhos individuais por todos os Técnicos Superiores da DCAE.
DCAE	23	Participação em eventos relevantes na área dos Assuntos Europeus	X					X	R	Participação em 15 eventos relevantes.
DRI	24	Assegurar a Presidência Portuguesa do GTMO 5+5 (2014-2016)	X	X			X		NR	Os desenvolvimentos e ações desta iniciativa não se realizaram por inexistência de orientações da Tutela
DRI	25	Acompanhamento do Diálogo 5+5 - Transportes e Telecomunicações	X				X		R	Atividade correspondida conforme previsto, através de envio de contributos.
DRI	26	Acompanhamento das iniciativas de cooperação no âmbito da UpM nos setores dos transportes e das telecomunicações	X				X		R	Atividade correspondida conforme previsto, através de envio de contributos.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços dos Assuntos Europeus - DSAE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DRI	27	Preparação do dossiê e dos elementos de apoio e para a participação MPI nos Conselhos Transportes				X			R	Foram preparadas 4 reuniões, através da elaboração de pastas, tendo em vista o suporte da intervenção do Governo.
DRI	28	Preparação do dossiê e dos elementos de apoio para a participação MPI nos Conselhos Telecomunicações				X			R	Neste âmbito, foram preparadas 2 reuniões, através da elaboração de pastas, tendo em vista o suporte da intervenção do Governo.
DRI	29	Coordenação das atividades de natureza financeira e técnica relacionadas com a Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T)	X			X			R	Atividade correspondida conforme previsto, através da elaboração de relatórios, mapeamento de propostas de projetos a submeter por Portugal, negociação com a COM e análise de candidaturas nacionais. Foram, ainda, submetidas propostas de validação de projetos (competência do Diretor-Geral da DGAE).
DRI	30	Conselho Executivo do Corredor Ferroviário de Mercadorias do Atlântico (antigo nº 4)	X			X			R	Atividade correspondida conforme previsto, através de envio de contributos.
DRI	31	Grupo de Trabalho dos Corredores Ferroviários de Mercadorias do SERAC (Single European Railway Area Committee)	X			X			R	Atividade correspondida conforme previsto, através de envio de contributos.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços dos Assuntos Europeus - DSAE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DRI	32	Coordenação e dinamização da posição MPI para a área dos Transportes Terrestres				X			R	Atividade correspondida conforme previsto, através de envio de contributos.
DRI	33	Coordenação e dinamização da posição MPI para a área da Aviação				X			R	Atividade correspondida conforme previsto, através de envio de contributos.
DRI	34	Coordenação e dinamização da posição MPI para questões Intermodais e Redes, etc.				X			R	Atividade correspondida conforme previsto, através de envio de contributos.
DRI	35	Coordenação e dinamização da posição MPI para a área das Telecomunicações, da Sociedade de Informação e Serviços Postais				X			R	Atividade correspondida conforme previsto, através de envio de contributos.
DRI	36	Acompanhamento, dinamização e apoio aos organismos do MPI na transposição de diretivas			X	X			R	Atividade realizada, através das iniciativas proativas de mapeamento dos processos de transposição de diretivas, tanto junto dos Organismos do MPI, da Tutela e junto do MNE.
DRI	37	Acompanhamento, dinamização e apoio aos organismos do MPI nos processos pré-contencioso e contencioso da UE				X			R	Atividade realizada, através das iniciativas proativas de mapeamento dos processos de transposição de diretivas, tanto junto dos Organismos do MPI, da Tutela e junto do MNE.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços dos Assuntos Europeus - DSAE**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DRI	38	Acompanhamento, dinamização e apoio aos organismos do MPI relativamente aos pedidos de esclarecimento da COM no âmbito do EU-PILOT				X			R	Atividade realizada, através das iniciativas proativas de mapeamento dos processos de transposição de diretivas, tanto junto dos Organismos do MPI, da Tutela e junto do MNE.
DRI	39	Recolha, tratamento no sistema de gestão documental e distribuição pelos técnicos da informação internacional em áreas de interesse para MPI				X			R	Atividade realizada, consubstanciando-se em disseminação regular de informação não-institucional considerada relevante para os organismos do MPI.
DRI	40	Eventos internos	X					X	R	Contributos para o seminário interno sobre o Balanço da Presidência Neerlandesa.
DRI	41	Relatórios/estudos temáticos		X					R	Foram realizados trabalhos individuais por todos os Técnicos Superiores da DRI. Irão constar no site desta Direção-Geral.
DRI	42	Participação em eventos relevantes na área dos Assuntos Europeus						X	R	Participação em 14 eventos relevantes.

**QUADRO XX**  
**ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DOS ASSUNTOS EUROPEUS (DSAE)**

Matriz de Atividades da Direção de Serviços dos Assuntos Europeus - DSAE											
UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
			Eficácia		Eficiência			Qualidade			
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6			
DCAE		Representação do ME no Grupo de Coordenação Informal "Future Internet Fórum" (U.E)	x	x	x					R	Participação, em coordenação com o MCTES (FCT), neste fórum, o que permitiu a defesa da posição nacional e, simultaneamente, a melhoria dos elementos de apoio à Tutela em matérias de inovação.

**QUADRO XXI**  
**ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL (DSCI)**

Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional - DSCI											
UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
			Eficácia		Eficiência			Qualidade			
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6			
DPCE	1	Preparar documentos de apoio/contributos para a intervenção da Tutela nos diversos fora em que participa.			X					R	Nesta atividade é de destacar: o contributo para a participação de S. Exa. o Secretário de Estado Adjunto e do Comércio na Ministerial da UNCTAD em Nairobi; o trabalho desenvolvido a propósito do modelo BIT, dos BIT intracomunitários ou da criação de um mecanismo de Tribunal Multilateral de Litígios de Investimento; as informações referentes ao EEM China; o processo de modernização do Regulamento de Instrumentos de Defesa Comercial; o estudo sobre o BREXIT e os possíveis cenários ao nível da Política Comercial.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional - DSCI**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DPCE	2	Coordenar, preparar e participar em reuniões, encontros e intervenções da responsabilidade do ME na área do comércio internacional			X				R	Participação num conjunto alargado de reuniões ao longo de 2016, destacando-se o processo de atualização do BIT nacional, a preparação da ronda negocial com a Arábia Saudita e a coordenação com o MNE no processo de modernização do Regulamento IDC.
DPCE	3	Coordenar e definir a contribuição do ME para a posição nacional na vertente do comércio internacional, no âmbito do Comité de Política Comercial Comum.			X				R	Preparação de contributos com a posição da DGAE-ME para todas as reuniões de CPC Titulares, Suplentes e Serviços e Investimento.
DPCE	4	Participação em reuniões do Comité de Política Comercial da UE nas suas diferentes formações.	X						R	Participação assegurada em 19 reuniões do Comité de Política Comercial, nas formações Titulares, Suplentes e Serviços e Investimento.
DPCE	5	Definir a posição ME em questões relacionadas com a Política Europeia de Investimento.			X				R	Definição da posição do ME nos acordos da UE com proteção de investimento, nomeadamente o TTIP, Japão, China, CETA e a sua entrada provisória em vigor.
DPCE	6	Participação nas reuniões do Comité Consultivo de Acordos de Investimento da Comissão Europeia.	X						R	Participação nas duas reuniões do Comité Consultivo de Acordos de Investimento marcadas pela Comissão Europeia em 2016, de que a DGAE é titular.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional - DSCI**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DPCE	7	Participação na negociação de Acordos Bilaterais de Investimento (autorizados pela UE).	X						R	Assegurada a representação da DGAE na Comissão Mista Portugal-Arábia Saudita, participando, em Outubro de 2016, em Riade, na primeira ronda negocial do acordo de promoção e proteção de investimento entre a República Portuguesa e o Reino da Arábia Saudita.
DPCE	8	Definir e defender a posição de Portugal no âmbito das questões dos Instrumentos de Defesa Comercial aplicados pela UE ou por Países Terceiros.			X				R	Realizados contactos aprofundados com a indústria nacional em todos os processos IDC que a afetam (APICER, MEGASA, por exemplo); definição da posição a defender por Portugal no Comité Instrumentos de Defesa Comercial.
DPCE	9	Consulta a associações e empresas no âmbito dos processos relativos ao Instrumentos de Defesa Comercial.	X						R	Ao longo de 2016, foi assegurada a colaboração com empresas ou associações empresariais, para ajudar na definição da posição do ME no Comité IDC; por outro lado, foi prestado apoio a empresas nacionais quando foram alvo de medidas por países terceiros.
DPCE	10	Participação nas reuniões do Comité dos Instrumentos de Defesa Comercial da UE.	X						R	A DGAE participou em todas as reuniões do Comité de Instrumentos de Defesa Comercial, de que é titular.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional - DSCI**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DPCE	11	Atualização permanente das Bases de Dados: Dumping, Subvenções, REC, casos IDC de países terceiros contra a UE e casos IDC no TJUE.			X				R	Atualização realizada.
DPCE	12	Participação na reunião do Comité Têxtil (COMTEX)							CA	O Comité COMTEX foi extinto, com a constituição do STIS.
DPCE	13	Definir e defender a posição do ME no âmbito das questões relativas ao Sistema de Preferências Generalizadas.			X				R	Foram enviados contributos regulares à DGAE-MNE para as reuniões do Conselho do Sistema de Preferências Generalizadas.
DPCE	14	Participação no Grupo de Peritos SPG da Comissão Europeia e no Comité das Preferências Generalizadas (SPG) do Conselho da UE.	X						R	Verificou-se a participou em 4 reuniões do Grupo de Peritos SPG da Comissão Europeia, de que a DGAE é titular, e numa reunião do Comité do Conselho.
DPCE	15	Elaborar contributos e/ou pareceres sobre a implementação da estratégia UE de acesso ao mercado.			X				R	Foram elaborados contributos específicos sobre a estratégia EU de acesso ao mercado, prestando-se informações relevantes à indústria nacional, à AICEP e ao MNE.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional - DSCI**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DPCE	16	Elaboração de uma Proposta de Divulgação sobre a Estratégia de Acesso ao Mercado.							R	A nova Estratégia de Acesso ao Mercado esteve em discussão em Bruxelas, tendo a DGAE mantido um contacto próximo com as empresas e associações empresariais, respondendo com rapidez e eficácia a todos os problemas que as empresas portuguesas foram colocando em mercados externos.
DPCE	17	Participação no Comité Consultivo de Acesso ao Mercado da Comissão Europeia.	X						R	A DGAE participou em 9 reuniões do Comité Consultivo de Acesso ao Mercado, de que é titular.
DPCE	18	Dinamização e coordenação do Grupo de Trabalho sobre Acesso ao Mercado.		X					NR	Este grupo de trabalho não contou, como se esperava, com o necessário envolvimento de outras entidades, o que impediu a concretização desta atividade.
DPCE	19	Elaborar Informações, contributos e/ou pareceres relativos às negociações de Acordos da UE com Países Terceiros.			X				R	Foi efetuado um conjunto muito significativo de pareceres ou contributos relevantes, identificando-se os interesses ofensivos, defensivos e as principais barreiras nos mercados do Mercosul, Indonésia, Filipinas, Japão, Jordânia, Tunísia, etc.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional - DSCI**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DPCE	20	Elaborar Informações, contributos e/ou pareceres relativos às negociações de Acordos Plurilaterais em que a UE participa.			X				R	Foi feito o acompanhamento e assegurada a participação em reuniões técnicas, tendo sido preparada informação relevante no que diz respeito à negociação do TiSA ou do acordo de bens ambientais (EGA).
DPCE	21	Participação nas Reuniões Técnicas Informais organizadas pela Comissão Europeia sobre as várias negociações em curso no âmbito da política comercial comum e da política europeia de investimento.	X						R	Registou-se a participação num conjunto alargado de reuniões técnicas informais ao longo de 2016, cobrindo a negociação do TTIP, o acordo com a China ou o TPP e multilateralização de litígios de investimento.
DPCE	22	Elaborar Informações, contributos e/ou pareceres relativos a questões tratadas no âmbito do Grupo de Questões Comerciais do Conselho da UE.			X				R	Foram elaborados contributos relevantes ao longo de 2016, nomeadamente no que diz respeito à discussão da modernização do Regulamento IDC, Minerais de Conflito, EGA ou IPI.
DPCE	23	Participação nas reuniões do Grupo de Questões Comerciais do Conselho da UE.	X						R	Assegurada a participação em 3 reuniões do Grupo de Trabalho de Questões Comerciais.
DPCE	24	Participação nas reuniões do Grupo dos Produtos de Base do Conselho da UE.	X						R	A DGAE participou numa reunião do Grupo PROBA em 2016.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional - DSCI**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DPCE	25	Esclarecimentos e/ou resolução de questões colocadas por associações e empresas ou outras entidades relativas à política comercial comum.			X				R	Foram mantidos contactos próximos com empresas e associações empresariais, respondendo, em tempo útil, a pedidos de esclarecimentos ou a dúvidas no âmbito da Política Comercial Externa.
DPCE	26	Assegurar, sempre que possível, a Delegação Nacional no Comité do Comércio e no Comité do Investimento da OCDE, e ainda, nas reuniões do Grupo de Trabalho do Comité do Comércio.	X						R	A DGAE participou, ao longo de 2016, nas reuniões do Comité de Investimento, Comité do Comércio e do Grupo de Trabalho do Comité do Comércio da OCDE, de que é titular.
DPCE	27	Coordenar, emitir pareceres e elaborar contributos no âmbito do acompanhamento da atividade das organizações internacionais que se ocupam do comércio internacional OMC, OCDE e UNCTAD.			X				R	Foram prestados contributos relevantes relativamente a estas organizações internacionais, nomeadamente quanto à Ministerial da OCDE e à Ministerial da UNCTAD.
DPCE	28	Dinamização e coordenação do Grupo de Trabalho sobre Negociações Comerciais Externas							NR	Este grupo de trabalho não contou com o necessário envolvimento de outras entidades, o que impediu a concretização desta atividade.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional - DSCI**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DRIn	29	Elaborar pastas de apoio para encontros bilaterais e visitas oficiais de membros da Tutela, tanto em Portugal como no exterior.	X		X				R	Registou-se um elevado número de deslocações oficiais e encontros bilaterais (em Portugal e no exterior), tendo sido cumpridos os prazos de entrega estipulados.
DRIn	30	Preparar a participação do ME em Cimeiras, Comissões Mistas, Subcomissões Económicas, Grupos de Trabalho e outros eventos de alto nível, incluindo contributos para o MNE neste âmbito.	X		X				R	Salientam-se os seguintes eventos: Cimeira bilateral com o Brasil; Comissões Mistas com a China, Rússia, Arábia Saudita e República da Coreia. Acresce o número significativo de contributos remetidos ao MNE, no âmbito de visitas oficiais e outros eventos de alto nível.
DRIn	31	Preparar e participar em reuniões de coordenação intra ME, com Embaixadas e outras entidades públicas e privadas, bem como em reuniões interministeriais promovidas pelo MNE.	X						R	Foram preparadas e verificou-se a participação em 64 reuniões.
DRIn	32	Preparar a participação da DGAE nas reuniões da Comissão Interministerial de Política Externa (CIPE).	X		X				R	A DGAE participou nas três reuniões realizadas em 2016.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional - DSCI**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DRIn	33	Acompanhar a negociação de instrumentos jurídicos bilaterais na área económica (incluindo os acordos de investimento autorizados pela UE), em coordenação com os organismos do ME e com o MNE.			X				R	Foi assegurado o acompanhamento da negociação de um elevado número de instrumentos jurídicos bilaterais nas áreas de competência do ME.
DRIn	34	Elaborar e solicitar pareceres nas áreas de competência do ME, tanto ao nível das relações internacionais, como da vertente económica das relações externas da UE.			X				R	Foram emitidos pareceres, sobretudo em matéria de relações internacionais, nas áreas de competência do ME.
DRIn	35	Participar, enquanto Ponto Focal do ME, nas reuniões do Grupo Informal de Peritos de Comércio e Investimento UE-China.	X						R	A DGAE esteve presente na 8.ª reunião (única realizada em 2016).

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional - DSCI**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
			Eficácia		Eficiência			Qualidade			
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6			
DRIn	36	Apoiar a participação da Tutela em reuniões ministeriais de caráter económico, nomeadamente no âmbito da OCDE, ONU, Fórum Macau, CPLP, Cimeira Ibero-Americana e Aliança do Pacífico, entre outros enquadramentos multilaterais.	X		X					R	De destacar a participação de S. Exa. o Ministro da Economia na reunião do Conselho da OCDE, a nível Ministerial, na Reunião Ministerial da OCDE sobre Economia Digital, na 5.ª Conferência Ministerial do Fórum Macau, e de S. Exa. o Secretário de Estado da Indústria na 2.ª Reunião de Ministros do Comércio da CPLP; salienta-se ainda a informação preparada para os encontros bilaterais mantidos por S. Exa. o Secretário de Estado Adjunto e do Comércio, à margem da XIV Ministerial da UNCTAD, e os elementos de apoio à sua participação na 21.ª Feira Internacional de Macau.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional - DSCI**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
			Eficácia		Eficiência			Qualidade			
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6			
DRIn	37	Coordenar a preparação e participar, sempre que se justifique, nas reuniões técnicas e outras iniciativas desenvolvidas ao nível da OCDE, ONU, Fórum Macau, CPLP, Cimeira Ibero-Americana e Aliança do Pacífico, entre outros espaços multilaterais.	X		X					R	De destacar a participação da DGAE na Reunião de Pontos Focais do Comércio da CPLP (preparatória da 2.ª Ministerial) e na Reunião de Altos Funcionários do Fórum Macau (preparatória da 5.ª Ministerial), bem como os contributos remetidos ao MNE no âmbito da XXV Cimeira Iberoamericana, Reunião do Global Strategy Group (GSG) da OCDE e da Conferência Ministerial Programa MENA da OCDE.
DRIn	38	Coordenar, enquanto Ponto Focal, a participação portuguesa em ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Atividades do Fórum Macau, nomeadamente no que respeita aos Colóquios de formação de recursos humanos.	X		X					R	A DGAE assegurou a participação de 11 formandos portugueses nos 3 Colóquios de Formação de RH organizados em 2016, bem como a participação nacional noutras atividades organizadas pelo SP do Fórum Macau (ex: Seminário de Alto Nível sobre Cooperação Financeira e da Capacidade Produtiva, à margem do 7.º Fórum Internacional de Infraestruturas).
DRIn	39	Participar, enquanto Ponto Focal, nas reuniões do Secretariado Permanente do Fórum Macau.	X							R	A DGAE participou na reunião anual do Secretariado Permanente.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional - DSCI**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DRIn	40	Coordenar o levantamento da execução de projetos e programas de cooperação de organismos do ME, enquadráveis na Ajuda Pública ao Desenvolvimento.			X				R	Foi transmitido ao CICL o levantamento anual da execução de projetos desenvolvidos pelos organismos do ME, enquadráveis na APD.
DRIn	41	Preparar e participar em reuniões promovidas pelo CICL sobre temas relacionados com a Cooperação e Desenvolvimento, e elaborar contributos no âmbito do ME.	X		X				R	Destacam-se os contributos elaborados no âmbito da implementação nacional dos ODS 2030 e dos Programas Estratégicos de Cooperação com Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe.
DRIn	42	Preparar e participar, enquanto membro, nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras (coordenado pela AICEP e GPEARIMF).	X						R	A DGAE participou na reunião anual da Comissão de Acompanhamento.
DRIn	43	Atualizar, de forma permanente e pró-ativa, as Fichas de Relacionamento Económico Institucional.			X				R	Objetivo cumprido, nomeadamente no âmbito das visitas, encontros bilaterais e reuniões de alto nível realizadas em 2016.
DRIn	44	Atualizar regularmente a Base de Dados dos instrumentos jurídicos bilaterais em negociação no âmbito do ME.			X				R	Objetivo cumprido (base de dados atualizada regularmente).

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional - DSCI**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DRIn	45	Divulgar informação relevante aos organismos do ME no domínio das relações internacionais.			X				R	Objetivo cumprido, em particular no que respeita às relações económicas bilaterais e à atividade de organizações internacionais, com destaque para a OCDE.
DRIn	46	Preparar e participar em eventos nacionais e internacionais relevantes de carácter económico e/ou empresarial.						X	R	De salientar a preparação da intervenção do Senhor Diretor-Geral no evento comemorativo do Ano Novo Chinês e a participação em diversas Conferências e Seminários (superior ao número inicialmente estimado).
DRIn	47	Grupo de Trabalho de Comércio e Investimento Portugal-Rússia							R	A DGAE preparou e presidiu à 3.ª reunião do GT, realizada à margem da 5.ª Comissão Mista bilateral.
DRIn	48	Observatório de Investimentos Portugal-Marrocos							R	A DGAE preparou a participação do Ministério da Economia na 1.ª reunião técnica do Observatório de Investimentos e, em termos de seguimento, elaborou uma proposta de quadro/matriz sobre os principais projetos de investimento português em Marrocos.
DRIn	49	Comité Técnico de Obras Públicas com a Argélia							NR	A 3.ª reunião encontra-se prevista para 2017. Face à atual orgânica do XXI Governo Constitucional, a DGAE não deverá ser chamada a coordenar a sua preparação.

**Matriz de Atividades da Direção de Serviços do Comércio Internacional - DSCI**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
DRIn	50	Grupo de Trabalho sobre Cooperação Portuária com o México							NR	Ainda não foi possível realizar qualquer reunião deste GT. Face à atual orgânica do XXI Governo Constitucional, a DGAE não deverá ser chamada a coordenar a sua preparação.
DRIn	51	Grupo de Trabalho sobre Cooperação Portuária com o Brasil							NR	Ainda não foi possível realizar qualquer reunião deste GT. Face à atual orgânica do XXI Governo Constitucional, a DGAE não deverá ser chamada a coordenar a sua preparação.

**QUADRO XXII**  
**ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIVISÃO DAS CONTRAPARTIDAS (DC)**

Matriz de Atividades da Divisão de Contrapartidas - DC										
UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
	1	Participar na Comissão Nacional de Proteção Civil.		X					R	Participação em todas as reuniões convocadas: 1.ª Reunião Extraordinária em 17-03-2016; 1.ª Reunião Ordinária em 28-04-2016 e 2.ª Reunião Ordinária em 14-07-2016.
	2	Participar no 4º Grupo de Trabalho da Subcomissão do Plano Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes.		X					R	Participação em todos os eventos realizados: Visita à NOS em 18-02-2016; Visita à GALP em 21-04-2016; Visita à Sonae em 06-07-2016; Simulacro na CGD em 30-09-2016 e visita à TAP em 20-10-2016.
	3	Apoiar o Governo em matéria de planeamento civil de emergência no quadro legal definido.		X					R	Participação no Crisis Management Exercise 2016 da NATO, através da ANPC, tendo-se realizado um total de 6 reuniões de Trabalho em 26-02; 29-03; 31-03; 31/05 e 19-10.

Matriz de Atividades da Divisão de Contrapartidas - DC											
UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
			Eficácia		Eficiência			Qualidade			
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6			
	4	Acompanhar e fiscalizar as Operações de Contrapartidas do Programa de Contrapartidas pela Aquisição dos Helicópteros EH-101 do fornecedor AgustaWestland Limited.	X		X					R	Realização de uma visita técnica (CEIIA em 05-05-2016), de 5 reuniões de acompanhamento com Entidades Beneficiárias e Prestador de Contrapartidas e análise e contabilização de 11 pedidos de creditação.
	5	Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato de Contrapartidas pela Aquisição dos Helicópteros EH-101 do fornecedor AgustaWestland Limited.			X					R	Creditadas contrapartidas no montante de 43.806.429,31 €. Em 31-12-2016 o contrato apresenta uma Taxa de Execução de 65% correspondente a créditos de contrapartidas acumulados no valor de 75,51 M €.
	6	Acompanhar e fiscalizar o Projeto Âncora do Programa de Contrapartidas pela Aquisição dos Submarinos do fornecedor German Submarine Consortium.	X		X			X		R	Realizadas 5 visitas técnicas, duas reuniões de acompanhamento com o prestador de contrapartidas e análise e contabilização de 14 pedidos de creditação.
	7	Acompanhar e fiscalizar a execução do Acordo Âncora celebrado no âmbito do Contrato de Contrapartidas pela Aquisição dos Submarinos do fornecedor German Submarine Consortium.			X			X		R	Creditadas contrapartidas no montante de 292.400.00,00 €, dando-se como integralmente executada a obrigação contratual de contrapartidas estabelecida no Contrato de Contrapartidas pela aquisição dos submarinos para a Marinha Portuguesa, celebrado em 21 de abril de 2004.

Matriz de Atividades da Divisão de Contrapartidas - DC										
UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
			Eficácia		Eficiência					Qualidade
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5			OB6
	8	Acompanhar e fiscalizar as Operações de Contrapartidas do Programa de Contrapartidas pela Aquisição das Viaturas Pandur do fornecedor General Dynamics E. L. Systems-Steyr.	X		X				R	Realizadas 5 visitas técnicas, 7 reuniões de acompanhamento com o prestador de contrapartidas e entidades beneficiárias e análise e contabilização de 1 Pedido de creditação.
	9	Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato de Contrapartidas pela Aquisição das Viaturas Pandur do fornecedor General Dynamics E. L. Systems-Steyr.			X				R	Creditadas contrapartidas no montante de 13.105.827,00 €. Em 31-12-2016 o Contrato apresenta uma taxa de execução de 76,7%, correspondente a créditos de contrapartidas acumulados no valor de 63,27 M€.
	10	Acompanhar e fiscalizar as Operações de Contrapartidas do Programa de Contrapartidas pela Aquisição das Aeronaves C-295 do fornecedor Airbus Defence&Space.	X		X			X	R	Realizadas duas visitas técnicas, 5 reuniões de acompanhamento com o prestador de contrapartidas e entidades beneficiárias e análise e contabilização de 1 pedido de creditação.
	11	Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato de Contrapartidas pela Aquisição das Aeronaves C-295 do fornecedor Airbus Defence&Space.			X			X	R	Creditadas contrapartidas no montante de 36.805.983,00 €. Em 31-12-2016 o contrato apresenta uma taxa de execução de 30,9%, correspondente a créditos de contrapartidas acumulados no valor de 143,45 M€.

**Matriz de Atividades da Divisão de Contrapartidas - DC**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
	12	Acompanhar e fiscalizar as Operações de Contrapartidas do Programa de Contrapartidas pela Aquisição dos Targeting-Pods para os F-16 do fornecedor Northrop Grumman.	X		X				R	Realizadas duas reuniões de acompanhamento com o prestador de contrapartidas e entidade beneficiária.
	13	Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato de Contrapartidas pela Aquisição dos Targeting-Pods para os F-16 do fornecedor Northrop Grumman.			X				R	Não houve execução do contrato de contrapartidas.

**QUADRO XXIII**  
**ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS NO ÂMBITO DA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E APOIO (DPA)**

Matriz de Atividades da Divisão de Planeamento e Apoio - DPA										
UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
	1	Elaborar o Relatório de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão de 2015			X				R	O relatório foi elaborado, estando disponível no <i>site</i> da DGAE.
	2	Preparar o Plano de Atividades para 2016			X				R	Foi preparado e aprovado pela Tutela, estando disponível no <i>site</i> da DGAE.
	3	Preparar o Plano de Atividades para 2017			X				R	Foi realizado o Plano de Atividades no prazo previsto, tendo o mesmo sido enviado para aprovação pela Tutela.
	4	Preparar o Relatório de Atividades de 2015			X				R	Foi elaborado o Relatório de Atividades no prazo previsto, tendo o mesmo sido aprovado pela Tutela, estando disponível no <i>site</i> da DGAE.
	5	Elaborar o QUAR da DGAE para 2016			X				R	Foi elaborado e aprovado.
	6	Efetuar a monitorização do 1.º semestre do QUAR de 2016			X				R	Realizada a monitorização e disponibilizados os dados no prazo solicitado.
	7	Elaborar o QUAR da DGAE para 2017			X				R	Foi elaborado e submetido à aprovação.

**Matriz de Atividades da Divisão de Planeamento e Apoio - DPA**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
	8	Elaborar um relatório do inquérito de satisfação interno			X				R	Foi preparado o questionário, garantida a logística para a realização do inquérito e foi feito o apuramento dos resultados e a sua divulgação.
	9	Preparar o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo riscos de corrupção e infrações conexas para 2016-2018			X				T	Foram iniciados trabalhos de elaboração do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, mas não chegaram a ser concluídos, tendo transitado para 2017.
	10	Preparar um plano de comunicação da DGAE			X				T	Não houve condições para a concretização desta atividade, tendo transitado para 2017.
	11	Realizar um seminário sobre a DPA						X	NR	Não houve oportunidade para a realização deste seminário.
	12	Garantir a logística necessária à realização dos seminários internos						X	R	Foi assegurada a logística para a realização de todos os seminários internos.
	13	Identificar as necessidades de bens e serviços a fornecer à SGME			X				R	Foram identificadas as necessidades de bens e serviços a adquirir, tendo a informação sido disponibilizada à SGME, tendo em vista os procedimentos de aquisição.

**Matriz de Atividades da Divisão de Planeamento e Apoio - DPA**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
			Eficácia		Eficiência					Qualidade
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5			OB6
	14	Implementar, de acordo com as orientações superiores, o Tableau de Bord e assegurar o seu funcionamento					X		R	Implementado todo o sistema inerente ao <i>Tableau de Bord</i> , incluindo a construção de todos os quadros de gestão associados, que está disponível a todos os dirigentes intermédios.
	15	Elaborar ou rever procedimentos internos			X				R	Foram elaborados dois procedimentos internos.
	16	Faturar todas as receitas próprias arrecadadas pela DGAE			X				R	Foi feita a faturação das receitas da DGAE.
	17	Efetuar a gestão do Fundo de Maneio			X				R	Foi assegurada a gestão do Fundo de Maneio, assim como a realização dos inerentes pagamentos.
	18	Validar a faturação das despesas			X				R	Foi feita a validação da faturação das despesas da DGAE e essa informação foi transmitida à SGME.
	19	Assegurar a inserção de conteúdos no site da DGAE			X				R	Foram inseridos todos os conteúdos no site da DGAE, de acordo com o que foi solicitado pelos Serviços.
	20	Assegurar a formação no Sistema de Gestão Documental GESCOR			X				R	Foi dada formação aos novos utilizadores do GESCOR, para além da assistência que foi assegurada a todos os utilizadores.
	21	Promover as publicações em Diário da República			X				T	As publicações no DR têm sido asseguradas pela assessora do Diretor-Geral.

**Matriz de Atividades da Divisão de Planeamento e Apoio - DPA**

UO	N.º	Descrição	Objetivos Operacionais - DGAE						Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
			Eficácia		Eficiência			Qualidade		
			OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6		
	22	Efetuar os procedimentos inerentes à entrada, encaminhamento e expedição de correspondência			X				R	Foi assegurado o registo permanente dos documentos entrados, assim como a sua circulação em suporte físico e através do sistema de gestão documental.
	23	Garantir, em colaboração com a SGME, uma primeira linha de apoio de Helpdesk a nível de microinformática e de telefones			X				R	Atividade realizada permanentemente.
	24	Acompanhar a execução financeira do contrato de deslocações e estadas			X				R	Foi feito o acompanhamento da execução financeira do contrato, assim como do custo médio das deslocações.
	25	Gerir a conservação e a manutenção das instalações, dos bens e equipamentos			X				R	Foi assegurada a conservação e manutenção das instalações em exclusivo com os limitados recursos e meios internos, uma vez que não foi concretizada a contratação de uma entidade externa.

No quadro seguinte é feito o resumo do nível de realização das atividades por Unidade Orgânica, do qual se conclui que 89,5% das atividades foram realizadas de acordo com o que tinha sido previsto.

**Quadro XXIV - Nível de realização das atividades previstas por Unidade Orgânica**

Serviço	Nível de realização				
	R	NR	T	CA	TOTAL
DSCSR	38	1	4	1	44
DSSE	21		2		23
DSPE	36	2	2		40
DSAE	39	2	1		42
DSCI	45	5		1	51
DC	13				13
DPA	21	1	3		25
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>238</b>

R – Realizada, NR – Não realizada, T – Transferida, CA - Cancelada

**2.4 Análise das causas de incumprimento de atividades ou projetos não executados**

Deduz-se, a partir do quadro XXIV, que 5,5% das atividades não foram realizadas (contra 8% verificado no ano anterior), incluindo as canceladas, e a sua não realização não teve impactos nos objetivos que haviam sido previstos no QUAR.

Um dos motivos para o incumprimento de um número significativo dessas atividades teve a ver com a falta de solicitações dirigidas aos serviços. Ou seja, eram atividades que dependiam de fatores exógenos aos serviços, como sejam as que dependiam da realização de reuniões, convocadas por outras entidades.

Outro dos motivos deveu-se à transição de algumas atividades para Direções de Serviço sem que os técnicos que as acompanhavam anteriormente tivessem passado informação suficiente para as mesmas poderem ser retomadas devidamente e em tempo oportuno.

Finalmente, houve um número mais restrito de atividades não realizadas por falta de recursos disponíveis para esse efeito.

## 2.5 Avaliação dos trabalhadores e dos dirigentes intermédios

Tendo em vista a autoavaliação dos serviços por parte dos dirigentes intermédios e dos trabalhadores da DGAE, estes tiveram a possibilidade de, no período de 13 a 24 de março de 2017, responder a um questionário de satisfação, tendo-se utilizado, à semelhança do verificado nos anos anteriores, o modelo da *Common Assessment Framework* (CAF), com algumas adaptações<sup>9</sup>.

Desta vez recorreu-se ao método de preenchimento dos questionários em papel, distribuindo-se um exemplar carimbado a cada inquirido para garantir que não haveria duplicação de respostas, tendo sido assegurado de forma tradicional o anonimato de quem respondeu através da colocação dos questionários numa urna fechada, que só foi aberta no final para apuramento dos resultados.

Foram registadas 79 respostas, o que, tendo em conta os trabalhadores ao serviço nesse período (107), representou uma taxa de participação elevada (73,8%), quando no ano transato tinha sido reduzida (38,7%). Dos inquiridos que responderam ao inquérito, 11 indicaram que pertenciam ao grupo dos “dirigentes intermédios”, 49 como sendo “outros trabalhadores” e os restantes 19 não identificaram o grupo a que pertenciam.

No questionário, foram colocadas à apreciação dos trabalhadores as seguintes dimensões: satisfação global dos trabalhadores com a organização; satisfação com a gestão e sistemas de gestão; satisfação com as condições de trabalho; satisfação com o desenvolvimento da carreira; níveis de motivação; satisfação com o estilo de liderança de topo; satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio; satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços; satisfação com o questionário de 2015.

Na avaliação, foi utilizada uma escala de *Likert* com cinco níveis de satisfação:

- 1 - Muito Insatisfeito

---

<sup>9</sup> Anexo IV – Questionário de satisfação interno.

- 2 - Insatisfeito
- 3 - Pouco Satisfeito
- 4 - Satisfeito
- 5 - Muito Satisfeito

Os resultados globais do inquérito, considerando as percentagens por grupos de questões, constam do quadro XXV.

**Quadro XXV - Resultados do questionário de satisfação interno**

Grupos	MI	I	PS	S	MS	NS/NR	MÉDIA
1. Satisfação global dos trabalhadores com a organização	3,09%	6,89%	22,36%	34,74%	9,56%	23,35%	3,46
2. Satisfação com a gestão e o sistema de gestão	2,95%	5,91%	18,71%	36,15%	16,46%	19,83%	3,59
3. Satisfação com as condições de trabalho	3,01%	3,64%	14,72%	35,92%	23,26%	19,46%	3,72
4. Satisfação com o desenvolvimento da carreira	6,08%	7,34%	23,29%	33,16%	10,38%	19,75%	3,38
5. Níveis de motivação	3,04%	0,51%	12,15%	40,00%	27,85%	16,46%	3,80
6.1. Satisfação com o estilo de liderança de topo	2,99%	1,73%	14,73%	37,97%	19,68%	22,90%	3,69
6.2. Satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio	3,80%	3,80%	10,13%	31,07%	29,23%	21,98%	3,79
7. Satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços	2,32%	2,74%	18,14%	50,84%	10,34%	15,61%	3,55
8. Satisfação com o questionário de 2015	0,84%	3,80%	15,19%	27,00%	4,22%	48,95%	3,48
<b>Total</b>	<b>3,21%</b>	<b>4,06%</b>	<b>16,30%</b>	<b>36,37%</b>	<b>18,27%</b>	<b>21,78%</b>	<b>3,64</b>

MI - Muito Insatisfeito, I - Insatisfeito, PS - Pouco Satisfeito, S - Satisfeito, MS - Muito Satisfeito, NS/NR - Não Sabe/Não Responde

Do conjunto de respostas, assinalam-se aquelas que apresentam resultados percentuais mais elevados em cada um dos níveis de aferição:

- Muito satisfeito: a percentagem mais elevada (29,23%) verificou-se com a *Satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio*, quando, no ano passado, o nível de satisfação mais elevado tinha sido com os níveis de motivação com 37,07%;
- Satisfeito: 50,84% dos trabalhadores consideram-se satisfeitos com as *condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços*, percentagem superior à verificada no ano anterior, que tinha sido de 32,52%;
- Pouco Satisfeito: tal como no ano passado foi na *satisfação com o desenvolvimento da carreira*, com 23,29%, que se registou o resultado mais elevado, em 2015, tinha tido o resultado de 26,34%;
- Insatisfeito: o fator que teve uma percentagem mais elevada foi o relativo à *satisfação com o desenvolvimento da carreira* (7,34%), enquanto no ano anterior tinha sido a *satisfação global dos trabalhadores com a organização*, com 11,65%;
- Muito insatisfeito: o nível de insatisfação mais elevado verificou-se com a *satisfação com o desenvolvimento da carreira*, com 6,08% enquanto no ano anterior tinha sido a *satisfação com o questionário de 2014* (10,57%).

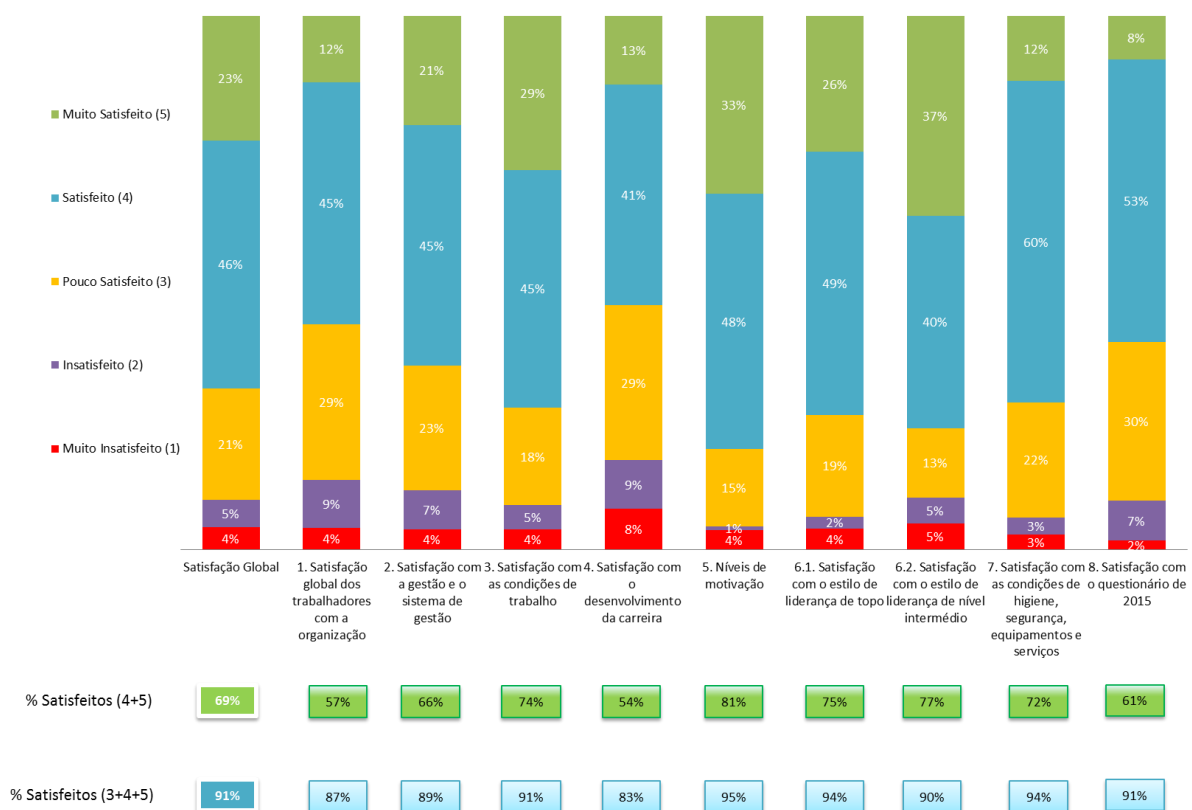
No questionário havia a possibilidade de serem apresentadas sugestões de melhoria, situação que foi aproveitada por 7 dos que responderam (8,9%). Essas sugestões irão ser analisadas com mais detalhe num relatório dedicado em exclusivo aos resultados do inquérito.

Analisando a média aritmética ponderada da pontuação obtida em cada um dos 8 grupos, verificou-se que a mesma foi superior a 3,4 em todas as situações. As mais baixas registaram-se na *satisfação com o desenvolvimento da carreira* (3,38) e na *satisfação dos trabalhadores com a organização* (3,46). As mais elevadas ocorreram na *satisfação com os níveis de motivação* (3,8) e na *satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio* (3,79).

A pontuação média global foi de 3,64, um pouco abaixo da verificada no ano anterior, que tinha sido de 3,79.

Levando apenas em consideração as respostas válidas, isto, é, excluindo os que responderam “não sabe/não responde”, os resultados constam do gráfico 4.

**Gráfico 4 - Satisfação Global por Áreas**



## 2.6 Apreciação da qualidade dos serviços por parte dos destinatários dos serviços

Foi feito um inquérito de satisfação a diversos destinatários dos serviços da DGAE, nomeadamente: Administração Pública Central, Administração Pública Local, Associações, Embaixadas, Empresas, Membros do Governo, Particulares e Universidades.

Com o lançamento desse inquérito, pretendeu-se aferir o grau de satisfação dos destinatários dos serviços, tendo sido adaptado o questionário disponibilizado para o efeito pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP).

As questões constantes desse questionário<sup>10</sup> foram distribuídas por quatro grupos:

- Imagem global da DGAE;
- Envolvimento e participação;
- Acessibilidade;
- Produtos e serviços.

O inquérito foi enviado por correio eletrónico para 392 destinatários tendo sido obtidas 84 respostas, correspondendo a uma taxa de participação de 21,4%, cujos resultados constam do quadro XXVI.

**Quadro XXVI - Resultados do questionário de satisfação por parte dos destinatários dos serviços**

Grupos	MI	I	PS	S	MS	NS/NR
<b>1. Imagem global da DGAE</b>	<b>1,19%</b>	<b>1,19%</b>	<b>4,17%</b>	<b>38,69%</b>	<b>50,60%</b>	<b>4,17%</b>
1.1 Desempenho da DGAE	2,38%	1,19%	4,76%	51,19%	36,90%	3,57%
1.2 Disponibilidade dos trabalhadores da DGAE com quem contacta	0,00%	1,19%	3,57%	26,19%	64,29%	4,76%
<b>2. Envolvimento e participação</b>	<b>0,79%</b>	<b>1,19%</b>	<b>3,97%</b>	<b>42,46%</b>	<b>41,67%</b>	<b>9,92%</b>
2.1 Auscultação dos parceiros /utilizadores/clientes sobre oportunidades de melhoria dos serviços prestados pela DGAE	1,19%	1,19%	5,95%	48,81%	22,62%	20,24%
2.2 A possibilidade de utilização de vários canais de comunicação (telefone; e-mail; reuniões)	0,00%	1,19%	2,38%	47,62%	45,24%	3,57%
2.3 A existência de interlocutores responsáveis pelas relações com os parceiros/utilizadores/clientes	1,19%	1,19%	3,57%	30,95%	57,14%	5,95%
<b>3. Acessibilidade</b>	<b>1,19%</b>	<b>1,19%</b>	<b>3,57%</b>	<b>48,81%</b>	<b>42,86%</b>	<b>2,38%</b>

<sup>10</sup> Anexo V – Questionário de satisfação dos destinatários dos serviços.

Grupos	MI	I	PS	S	MS	NS/NR
3.1 Meios expeditos na prestação do serviço (uso de e-mail, atendimento telefónico, informação disponível no site)	1,19%	1,19%	3,57%	48,81%	42,86%	2,38%
<b>4. Produtos e serviços</b>	<b>1,59%</b>	<b>1,98%</b>	<b>4,76%</b>	<b>40,08%</b>	<b>46,03%</b>	<b>5,56%</b>
4.1 Os serviços prestados	1,19%	2,38%	3,57%	41,67%	45,24%	5,95%
4.2 Qualidade e clareza da informação disponibilizada	1,19%	2,38%	3,57%	45,24%	42,86%	4,76%
4.3 Tempo de resposta às solicitações	2,38%	1,19%	7,14%	33,33%	50,00%	5,95%
<b>Total</b>	<b>1,19%</b>	<b>1,46%</b>	<b>4,23%</b>	<b>41,53%</b>	<b>45,24%</b>	<b>6,35%</b>

MI - Muito Insatisfeito, I - Insatisfeito, PS - Pouco Satisfeito, S - Satisfeito, MS - Muito Satisfeito, NS/NR - Não Sabe/Não Responde

Da análise a estes resultados, constata-se que, em relação à generalidade das questões colocadas, o nível de satisfação foi bastante elevado. Com efeito, 41,5% manifestaram-se satisfeitos e 45,2% muito satisfeitos.

Para apuramento da média ponderada de cada item, apenas foram consideradas as respostas válidas (excluindo, portanto, a opção “não sabe/não responde”. Os resultados constam do quadro XXVII.

**Quadro XXVII - Média dos resultados do questionário de satisfação dos clientes**

Grupos	MI	I	PS	S	MS	NS/NR	MÉDIA
1. Imagem global da DGAE	1,19%	1,19%	4,17%	38,69%	50,60%	4,17%	4,05
2. Envolvimento e participação	0,79%	1,19%	3,97%	42,46%	41,67%	9,92%	3,96
3. Acessibilidade	1,19%	1,19%	3,57%	48,81%	42,86%	2,38%	3,92
4. Produtos e serviços	1,59%	1,98%	4,76%	40,08%	46,03%	5,56%	3,98
<b>Total</b>	<b>1,19%</b>	<b>1,46%</b>	<b>4,23%</b>	<b>41,53%</b>	<b>45,24%</b>	<b>6,35%</b>	<b>3,98</b>

MI - Muito Insatisfeito, I - Insatisfeito, PS - Pouco Satisfeito, S - Satisfeito, MS - Muito Satisfeito, NS/NR - Não Sabe/Não Responde

A média total de satisfação dos destinatários dos serviços da DGAE que participaram neste inquérito foi de 3,98, numa escala de 1 a 5.

## 2.7 Avaliação do sistema de controlo interno

Na avaliação do sistema de controlo interno será seguida a metodologia prevista no documento do Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços, segundo a qual essa avaliação poderá ser efetuada através da resposta ao questionário contante do quadro XXVIII.

**QUADRO XXVIII – Avaliação do sistema de controlo interno**

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	N A	
<b>1 – Ambiente de Controlo</b>				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			Na parte que respeita à DGAE, devem constar do Manual de Procedimentos e das orientações constantes dos despachos exarados pelo Diretor-Geral.
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			Em permanência, na parte que compete à DGAE, com segregação de funções e pelo menos dois níveis de verificação: técnico e chefe de divisão.
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	Não existe uma equipa de controlo e auditoria, devendo esta competência ser assegurada pela SGME, no âmbito da prestação centralizada de serviços.
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			A DGAE aprova anualmente um Plano de Formação, cuja concretização está dependente da realização dos cursos previstos e das disponibilidades financeiras.
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			São efetuadas semanalmente reuniões com os dirigentes intermédios de 1.º grau e reuniões periódicas com todos os dirigentes das diversas unidades orgânicas.
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			Auditoria do Tribunal de Contas (TC) em 2012; auditoria da IGF em 2014;

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	N A	
				auditoria da SGME em 2014. Quer o TC quer a IGF têm vindo a fazer o acompanhamento das respetivas recomendações.
<b>2 – Estrutura Organizacional</b>				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			A estrutura organizacional obedece ao que está estabelecido nos diplomas legais, nomeadamente, no Decreto Regulamentar n.º 5/2015, de 20-07, e na Portaria n.º 316/2015, de 30-09.
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			100% relativamente ao biénio de 2015-2016, foi efetuada a avaliação de todos os trabalhadores que reuniam condições.
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			
<b>3 – Atividades e Procedimentos de Controlo Administrativo Implementados</b>				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Existe um Manual de Procedimentos internos que está em construção e existem outras orientações definidas por despacho do Diretor-Geral.
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Sim, pelo Diretor-Geral, em articulação com a SGME, à qual compete a instrução dos pedidos de autorização de despesa.
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			É feito pela DGAE o levantamento de necessidades em articulação com a SGME.
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	A escassez de recursos técnicos e as especificidades das funções exercidas nas várias áreas não propiciam a rotação regular de funções entre trabalhadores.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			As responsabilidades são definidas por despacho ou através de procedimento adequado e estão também clarificadas no Sistema de Controlo de Execução (SCE)
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			.
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Os circuitos estão definidos e implementados, nomeadamente, através do sistema de gestão documental.
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			Foi aprovado um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas em 2015.
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é	X			Em 2016, foi feita a monitorização do

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	N A	
executado e monitorizado?				plano e elaborado e o respetivo relatório.
<b>4 – Fiabilidade dos Sistemas de Informação</b>				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			Existem, relativamente aos sistemas de gestão documental e de assiduidade, já que as outras áreas (contabilidade e tesouraria) são asseguradas pela SGME. Foi, também, criado um sistema que permite a monitorização de vários indicadores de apoio à gestão.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?			X	
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			Foi substancialmente melhorada a fiabilidade do sistema de gestão documental com a passagem do servidor para a órbita da SGME, assim como do servidor das pastas partilhadas.
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			.
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Na parte que diz respeito aos sistemas de informação esses requisitos devem ser assegurados pela SGME.
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i> )?			X	Deve ser assegurada pela SGME.
4.7 A segurança na troca de informações e <i>software</i> está garantida?			X	Deve ser assegurada pela SGME.

É importante referir, para efeitos de avaliação do sistema de controlo interno, que compete à Secretaria Geral do Ministério da Economia (SGME), em articulação com a DGAE, assegurar a prestação centralizada de serviços nas áreas dos recursos humanos, formação e aperfeiçoamento profissional, apoio jurídico e contencioso, financeira e orçamental, aquisição de bens e serviços e contratação, logística e patrimonial, documentação e informação, comunicação e relações públicas, inovação e modernização e política de qualidade e tecnologias de informação e comunicação (TIC). Deste modo, algumas das áreas relativas ao sistema de controlo interno têm de ser asseguradas pela SGME.

De salientar, também, que o Tribunal de Contas e a Inspeção-Geral de Finanças têm vindo a fazer o acompanhamento das recomendações que constam dos relatórios das auditorias que fizeram à DGAE, designadamente em 2012 e em 2014.

Relativamente ao sistema de gestão documental “GESCOR”, verificou-se uma melhoria substancial no que respeita à fiabilidade e segurança da informação em resultado da migração do sistema para os servidores da SGME, permitindo também a realização de *backups* sem a necessidade de interrupção do serviço aos utilizadores.

### III. BALANÇO SOCIAL

Nos termos do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, os serviços e organismos da administração pública central, regional e local, incluindo os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados e fundos públicos que, no termo de cada ano civil, tenham um mínimo de 50 trabalhadores ao seu serviço devem elaborar anualmente o seu balanço social, com referência a 31 de dezembro do ano anterior.

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, o Balanço Social deve integrar o Relatório de Atividades de cada serviço da Administração Pública, articulando-se com o respetivo ciclo de gestão.

Como a DGAE não tem uma unidade específica no âmbito dos Recursos Humanos, sendo essa área assegurada pela SGME, no quadro da prestação centralizada de serviços, os quadros do Balanço Social da DGAE foram elaborados pela SGME<sup>11</sup>.

Apresentar-se-ão aqui apenas os dados que se consideram mais importantes, comparando-os, sempre que possível, com os dos anos anteriores, para se ter uma ideia mais precisa da evolução que se tem verificado na DGAE, na área dos Recursos Humanos.

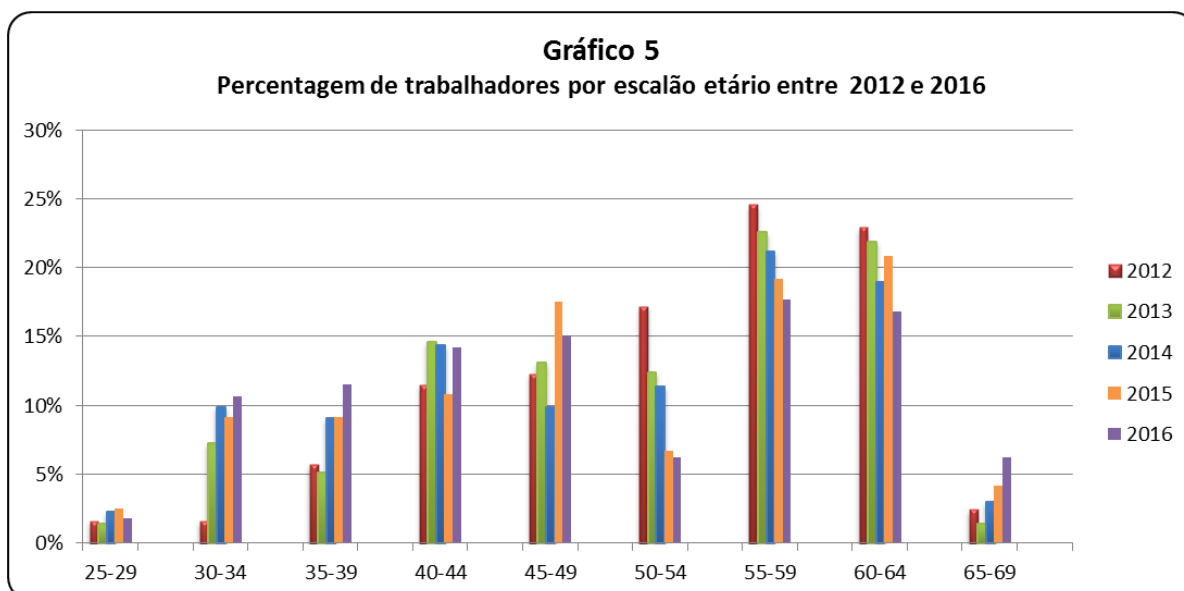
Da análise dos dados do Balanço Social conclui-se que, no total dos trabalhadores da DGAE, existe uma preponderância do sexo feminino, 69,3% em 2013, 71,2% em 2014, 72,50% em 2015 e 68,14% em 2016. No caso específico dos cargos dirigentes, verifica-se que, em 2016, 58% eram do sexo masculino e 42% do sexo feminino.

---

<sup>11</sup> Anexo VI – Balanço Social.

Por outro lado, quanto à modalidade de vinculação, não tem havido oscilações anuais significativas nas percentagens de trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado que, em 2016, representavam 83 % do total, enquanto 17% se encontrava em comissão de serviço, nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), sendo na sua totalidade dirigentes.

Relativamente à estrutura etária dos trabalhadores, conclui-se, a partir dos dados do gráfico 5, que, em 2016, aumentou a percentagem de trabalhadores dos escalões etários 30-34, 35-39 e 40-44 anos e, por outro lado, diminuiu a percentagem de trabalhadores dos escalões etários entre 25-29, 45-49, 50-54, 55-59 e 60-64 anos. No entanto, como a DGAE tinha uma estrutura etária pesada em termos de idade, as percentagens de trabalhadores dos escalões etários 55-59 e 60-64 anos, ainda são, em 2016, as mais elevadas, representando, respetivamente, 18% e 17% do universo, um total de 35%. Consta-se, também, uma tendência crescente do escalão etário dos trabalhadores com mais idade, (65-69).



Com base na informação recolhida do Balanço Social, é apresentada no quadro seguinte uma evolução, nos últimos três anos, sobre dos principais indicadores relativos aos recursos humanos da DGAE.

**QUADRO XXIX – Principais indicadores do Balanço Social**

Indicadores	Anos		
	2016	2015	2014
Taxa de Tecnicidade (sentido restrito)	59,29%	53,33%	59,09%
Taxa de Assistente Técnico	18,58%	15%	15,91%
Taxa de Assistente Operacional	5,30%	4,17%	4,55%
Taxa de Feminização	68,14%	72,50%	71,21%
Taxa de Feminização Dirigente	42,10%	50%	65,22%
Taxa de Enquadramento	16,81%	15%	17,42%
Taxa de Emprego Jovem	0%	0%	0%
Taxa de Envelhecimento	40,70%	44,17%	43,18%
Taxa de Habilitação Superior	76,10%	79,17%	78,03%
Taxa de Trabalhadores Portadores de Deficiência	3,53%	2,50%	3,79%
Taxa de Admissões	23,89%	8,33%	19,70%
Taxas de Saídas	30,08%	16,67%	23,48%
Taxa de Reposição	79,41%	50%	83,87%
Taxa de Absentismo	7,85%	6,56%	3,33%
Remuneração Base Média Anual	24.880,94 €	26.249,68 €	25.762,26 €
Leque Salarial Ilíquido	9,5	7,80	7,63
Taxa de Encargos Sociais	10,71%	10,18%	10,49%
Taxa de Incidência de Acidentes no Local de Trabalho	0,88%	1,67%	0%
Taxa de Participação em Formação	12,38%	54,17%	52,27%
Taxa de Investimento em Formação	0,03%	0,21%	0,12%

## IV. AVALIAÇÃO FINAL

### 4.1 *Apreciação qualitativa dos resultados alcançados*

Conforme previsto no Plano de Atividades, foi implementado, desde o início do ano de 2016, um sistema (*Tableau de Bord*) para melhorar a monitorização dos indicadores de gestão, incluindo os indicadores previstos no QUAR, o que permitiu aos dirigentes verificar, a qualquer momento, se os resultados apresentados estavam de acordo com a trajetória prevista.

Esse sistema de monitorização dos instrumentos e indicadores de gestão permitiu corrigir eventuais desvios relativamente às metas previstas para os vários indicadores, de modo que os resultados tivessem sido atingidos ou mesmo superados, o que revelou exigência e rigor no planeamento.

Com efeito, quatro dos objetivos previstos no QUAR foram atingidos (objetivos 1, 2, 4 e 5) e dois deles foram superados (objetivos 3 e 6), incluindo um dos objetivos mais relevantes (objetivos 6).

Face a esta situação e atendendo ao previsto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, propõe-se que a menção a atribuir como resultado da autoavaliação seja de “Desempenho Bom”.

## 4.2 *Conclusões prospetivas*

A DGAE, enquanto serviço central da Administração Direta do Estado, deve continuar a garantir a prossecução das políticas públicas da responsabilidade do Ministério da Economia, no âmbito das suas competências próprias, prestando serviços no âmbito das suas atribuições ou exercendo funções de apoio técnico aos membros do Governo, nos domínios da concretização das políticas públicas definidas pelo Governo e das orientações emanadas pelo Ministério da Economia, em especial as que venham a ser definidas para o comércio de proximidade, que constitui uma das prioridades da Tutela para 2017.

Igualmente, as relações com a União Europeia e as relações internacionais do Ministério serão certamente asseguradas por esta Direção-Geral. Também na área das contrapartidas militares, enquanto os contratos se encontrarem em execução, será a DGAE a prosseguir com o trabalho de acompanhamento da execução dos mesmos.

Para melhor poder servir os operadores económicos que sejam destinatários dos seus serviços e os cidadãos em geral, é importante que, em 2017, seja revitalizado o portal institucional da DGAE, tornando-o um espaço de fácil navegação, com atualizações frequentes e que transmita uma imagem moderna, atual e fiável, onde os utilizadores consigam encontrar mais facilmente a informação que pretendem.

O projeto de comunicação da DGAE não passa apenas pela modernização do seu site, mas também pela difusão de informação das múltiplas atividades que desenvolve, através de outros canais de comunicação, incluindo o desenvolvimento de uma Newsletter com a publicação das notícias de maior relevo.

Por outro lado, afigura-se primordial garantir as condições de trabalho dos nossos técnicos e continuar a ter a capacidade de atrair novos quadros qualificados que substituam aqueles que

se aposentam e os que entenderem abraçar novos desafios noutras organizações. Para esse efeito, é essencial a concretização do plano de formação dirigido aos trabalhadores e melhorar a capacitação e as competências técnicas dos dirigentes intermédios para que possam ter uma liderança motivadora e tecnicamente ajustada às exigências de uma administração pública moderna, mais eficaz e eficiente.

Caso seja concluído o concurso que foi aberto pela SGME, prevê-se que, em 2017, a DGAE possa ter um novo sistema de gestão documental, o qual implicará a desmaterialização de diversa documentação e que deverá trazer melhorias na gestão de processos e na circulação da documentação, incluindo a nível interdepartamental. A concretizar esse desiderato, tal significará mais um desafio para a DGAE, que deverá proceder à sua implementação com a possível celeridade e sem comprometer o regular funcionamento dos serviços.

